



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E SOCIAL

LUCIVALDO DA SILVA ARAÚJO

**HERMENÊUTICA GESTÁLTICA DO ABUSO SEXUAL PARA
UMA ADOLESCENTE**

Belém
2007

LUCIVALDO DA SILVA ARAÚJO

**HERMENÊUTICA GESTÁLTICA DO ABUSO SEXUAL PARA
UMA ADOLESCENTE**

Dissertação de mestrado apresentada como quesito para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Social pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Pará. Orientado pela Prof^a. Dr.^a Adelma Pimentel.

Belém
2007

A663h Araújo, Lucivaldo da Silva

Hermenêutica gestáltica do abuso sexual para uma adolescente / Lucivaldo da Silva Araújo; Orientadora Adelma Pimentel. Belém, 2007.
110p.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

1. Abuso sexual. 2. Fenomenologia. 3. Gestalt-terapia.
4. Terapia Ocupacional. I. Título.

CDD 150.192

LUCIVALDO DA SILVA ARAÚJO

**HERMENÊUTICA GESTÁLTICA DO ABUSO SEXUAL PARA
UMA ADOLESCENTE**

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Adelma Pimentel (Orientadora)

Prof. Dr. William Gomes – UFRGS

Prof. Dr. André Lima Barreto - UFPA

Data de aprovação: 29 de junho de 2007.

Belém
2007

À adolescente que compartilhou conosco sua dolorosa vivência do abuso sexual intrafamiliar, nos ensinando algo acerca da sua subjetividade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre fiel em suas promessas, autor e consumidor da minha fé e bússola da minha vida.

Aos meus pais, pelo incentivo, apoio e torcida eterna.

À minha esposa Ingrid, para quem e por quem existo, pelo companheirismo, amizade, apoio, pela compreensão nos momentos de estresse e pelo seu incondicional e eterno amor.

À professora Dr^a. Adelma Pimentel, mais que uma orientadora dedicada e competente, amiga e companheira com quem o aprendizado simplesmente flui e a quem serei eternamente grato por suas preciosas contribuições.

Aos professores Ernani Chaves e Luziara Pfeifer, pelas preciosas contribuições na qualificação.

Aos professores do programa de pós-graduação em Psicologia Clínica e Social da Universidade Federal do Pará, pelas contribuições e trocas.

Aos amigos Frederico Oliveira e Lucineide Oliveira, pessoas lindas que representaram um apoio fundamental nessa jornada.

À professora Terapeuta Ocupacional Vera Sarti, pela amizade e pelas contribuições bibliográficas.

A todos os colegas do laboratório do desenvolvimento humano e do núcleo de estudos fenomenológicos (NUFEN), pelas preciosas contribuições e ricas discussões que contribuíram para o amadurecimento teórico-metodológico da pesquisa.

À coordenação da ONG República de Emaús, pela solicitude em permitir a coleta de dados e o acesso à informante, especialmente à educadora Lúcia.

Às amigas Renata e Hilda, pelo companheirismo, cumplicidade e apoio.
Muito obrigado.

A criança é o princípio sem fim, o fim da criança é o princípio do fim. Quando uma sociedade deixa matar suas crianças é porque começou seu suicídio como sociedade. Quando não as ama é porque deixou de se reconhecer como humanidade.

Herbert de Souza (Betinho)

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
1 INTRODUÇÃO	11
2 VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	18
2.1 FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	25
2.2 VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR	32
2.3 INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	40
3 A TRAJETÓRIA TEORICO-METODOLÓGICA	47
3.1 A INTERFACE ENTRE A PSICOLOGIA E A TERAPIA OCUPACIONAL PARA A PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO ABUSO	48
3.2 ESTUDO DE CASO	50
4 RESULTADOS	59
4.1 UNIDADES DE SIGNIFICAÇÃO	61
4.1.1 Dificuldade em falar da sua vivência do abuso sexual	61
4.1.2 Sentimentos em relação ao agressor	66
4.1.3 Consciência dos sentimentos	71
4.1.4 A família “reconstruída”	75
4.1.5 Dificuldades no campo relacional	86
4.1.6 Expansão das fronteiras de contato	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICES E ANEXOS	

RESUMO

Esta pesquisa qualitativa de orientação fenomenológica existencial gestáltica, procura desvelar alguns significados atribuídos ao fenômeno do abuso sexual intrafamiliar, por meio de um estudo de caso em que a informante, dos 9 aos 11 anos, foi vitimizada pelo pai e ainda hoje, no seu campo existencial, é influenciada pela vivência dessa experiência. A violência contra a criança, em suas diversas modalidades, é um problema de saúde pública e de relações interpessoais entre família ou cuidador e a criança. Em se tratando do abuso sexual, em que o agressor é o responsável pelos cuidados primários, geralmente, há negação pela vítima, agressor e a família, e quase sempre, ocorre, envolvendo mais de uma modalidade de violência. Mesmo não havendo um consenso entre os autores, a maioria destaca os efeitos nocivos desses acontecimentos sobre a saúde psíquica, ocupacional, física e desenvolvimental das vítimas. Os dados foram coletados na ONG República de Emaús abrangendo leitura de documentos, relatos informais, observação participante e entrevista com a adolescente, sendo esta última, a principal fonte de apreciação. A análise da entrevista conjugou, na medida do possível, a teoria da interpretação de Ricoeur, alguns conceitos da gestalt-terapia como o de contato, figura-fundo, e nutrição psicológica; e da Terapia Ocupacional, como áreas, componentes e os contextos de desempenho. Da entrevista foram criadas unidades de significação que nortearam as reflexões acerca dos significados do discurso da adolescente. Alguns resultados são: apresentação do peso da vivência do abuso sexual ora como figura ora como fundo; repercussões disfuncionais de auto-contato e contato com o outro; na auto-imagem, auto-estima e em algumas áreas de desempenho: aprendizagem e socialização. O ajustamento criativo pode ser identificado na abertura em revelar a experiência, o que sugere expansão de suas fronteiras de contato. Uma conclusão que o estudo apontou foi sobre a relação da adolescente com o pai que, ainda, destaca-se enquanto uma gestalt aberta.

Palavras-chave: Abuso sexual, Fenomenologia, Gestalt-terapia, Terapia Ocupacional.

ABSTRACT

This qualitative research of orientation Phenomenology, existential gestalt , tries to reveal some meanings attributed to the phenomenon of the abuse sexual inside family, through a case study in that the informer, of the 9 to the 11 years, were been victim for the father and still today, in her existential field, she is influenced by the existence of that experience. The violence against the child, in their several modalities, is a problem of public health and of relationships between family and who takes care the child. In if treating of the sexual abuse, in that the aggressor is the responsible for the primary cares, usually, there is denial for the victim, aggressor and the family, and almost always, it happens, involving more than a violence modality. Same not having a consensus among the authors, it is puts in prominence the noxious effects of those events on the health psychic, occupational, physics and the victims' of the development. The data were collected in ONG Republica of Emaús including reading of documents, informal reports, participant observation and interview with the adolescent, being this last one, the main appreciation source. The analysis of the interview conjugated, insofar as possible, the theory of the interpretation of Ricoeur, some concepts of the gestalt-therapy as the one of contact, illustration-bottom, and psychological nutrition and of the Occupational Therapy, as areas, components and the performance contexts. Of the interview were created units of significance that orientated the reflections concerning the meanings of the adolescent's speech. Some results are: presentation of the weight of the existence of the sexual abuse some times as evidence sometimes as bottom; repercussions own-contact without functionality and contact with the other; in the own-image, self-esteem and in some acting areas: learning and socialization. The creative adjustment can be identified in the opening in revealing the experience, what suggests expansion of their contact borders. A conclusion that the study reach, was about the adolescent's relationship with the father that still, she stands out while an open gestalt.

Word-key: Abuse sexual, Phenomenology, Gestalt-therapy, Occupational therapy.

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo desenvolvimento infantil e o abuso sexual intrafamiliar surgiu a partir de experiências vivenciadas durante minha graduação em Terapia Ocupacional, em que atuei por dois anos em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), vinculada à Universidade do Estado do Pará (UEPA).

O serviço oferecido pela UBS abrangia ações de triagem, vigilância e acompanhamento do desenvolvimento infantil, visitas domiciliares e estimulação precoce, voltadas às crianças que apresentavam riscos ou atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor.

Ao participar da rotina do setor de estimulação precoce, identifiquei que as alterações no desenvolvimento das crianças atendidas estavam ligadas a uma multiplicidade de fatores, ora relacionados à gênese, ora ao agravamento do transtorno. Essa experiência gerou uma monografia de conclusão de curso¹ o qual consistia em um protocolo de avaliação intitulado “PAACS - Protocolo de Avaliação e Acompanhamento do Comportamento Sensorial: um método de detecção precoce das alterações auditivas e visuais no primeiro ano de vida - uma contribuição da Terapia Ocupacional”.

Os procedimentos para a elaboração do protocolo incluíram um levantamento estatístico em 903 prontuários, objetivando categorizar os principais fatores de risco ligados às alterações no desenvolvimento da clientela que atendia, a fim de contribuir na prevenção da ocorrência e na detecção precoce de novos casos.

Durante esta prática, as conversas informais, os grupos de estudo e as observações das notícias locais e nacionais fizeram-me atentar para um fenômeno de grande incidência social que não era investigado em nossos levantamentos – a

¹ Produção conjunta com a Terapeuta Ocupacional Ingrid Bergma Oliveira.

violência² contra a criança – que em muitos países como os EUA e Brasil, neste último em especial no Estado do Pará, alcança índices alarmantes (AZEVEDO; GUERRA, 2002b; MONTEIRO FILHO; PHEBO, 1997; ROSA; SILVA, 2004). De acordo com o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA/Emaús), no período 2000-2002, foram notificados, na região metropolitana de Belém, 11.883 casos de violência contra crianças e adolescentes, sendo deste total, 34,5% praticados por pais, mães, madrastas e padrastos (ROSA; SILVA, 2004).

A repercussão íntima, gerada pelas informações acerca da violência contra a criança no cenário local, conduziu-me para a problematização da temática durante uma especialização em desenvolvimento infantil cursada na UEPA em 2003, produzindo monografia intitulada “Crianças que sofrem violência: a dolorosa construção da infância”.

Prosseguindo minha formação profissional, surgiu a oportunidade de realizar algumas intervenções no campo da Terapia Ocupacional em uma organização não-governamental (ONG), o Centro de Valorização da Criança (CVC), voltada para o atendimento de meninas na faixa etária de 7 aos 12 anos incompletos, vítimas das mais variadas formas de violência. Durante este período, foi possível configurar uma base teórica para orientar a prática das abordagens interventivas com as crianças atendidas.

O cotidiano vivenciado no CVC, destacou a questão dos comprometimentos encontrados nas áreas social, educacional, afetiva, ocupacional, etc., das meninas que haviam sofrido algum tipo de violência sexual.

² No próximo capítulo discutirei a questão da violência de forma mais abrangente, destacando sua tipologia no contexto doméstico. Contudo, introduzindo esta questão, podemos entender a violência contra a criança como toda e qualquer ação ou omissão praticada por pais ou demais responsáveis que acarretam para a primeira danos físicos, sexuais e emocionais. O abandono, a negligência, a agressão física e a psicológica, o atentado ao pudor, cárcere privado, estupro e homicídio, são formas em que a violência é desdobrada (NOGUEIRA; SÁ, 2004).

O conjunto das experiências, refinou minha formação em dois aspectos: a) pensar de forma mais crítica minha prática diagnóstica³ voltada aos infantes, pois, durante os atendimentos na UBS, realizava avaliações através do brincar e da interação com os mesmos no *setting* terapêutico, orientado por um enfoque neuroevolutivo⁴, sem “perceber” possíveis indicadores da vitimização⁵ pela violência; b) continuar a aprofundar o conhecimento do manejo de pesquisas qualitativas nessa área, a fim de compreender aspectos ligados à experiência e a significação atribuída ao vivido por parte daqueles que sofreram algum tipo de violência e, assim, colaborar na prevenção e intervenção em prol da saúde psicológica e ocupacional dos menores.

Desvelar os significados da violência sexual intrafamiliar para uma adolescente vitimizada pelo pai dos 9 aos 11 anos, é o objetivo desta pesquisa de mestrado realizada na UFPA. Do ponto de vista epistemológico e teórico, ela se inscreve no pólo da investigação qualitativa e fenomenologia existencial gestáltica.

Os procedimentos de obtenção dos dados foram realizados na ONG, República de Emaús. Caracterizam-se pelas etapas: a) análise documental sobre a informante e a ONG (estatuto, funcionamento, projetos, etc); b) relatos informais; c) observação participante e d) entrevista com a adolescente.

³ O diagnóstico a que me refiro, não está vinculado à patologia em si, nem a uma categorização dos sinais clínicos apresentados pelo paciente, mas a um conjunto de elementos de sua história que nos permite ter uma visão de sua situação atual e dos possíveis prejuízos que essa condição pode acarretar em alguma de suas áreas de desempenho (atividades de vida diária, atividades de trabalho e produtivas e atividades de lazer ou diversão). Este olhar, “contempla a criança como ser único e íntegro, em que a assistência em Terapia Ocupacional procurará ressaltar as capacidades da criança, e não as suas dificuldades” (MOTTA; TAKATORI, 2001, p. 118).

⁴ Abordagem desenvolvida por Berta e Karel Bobath nas décadas de 40-50 a partir de seus trabalhos com acidente vascular cerebral e paralisia cerebral, que tem por base a neurofisiologia (UNIP, 2004).

⁵ O conceito de vitimização é usado por Azevedo e Guerra (1988) como discordância na ênfase da abordagem de situações de práticas sexuais entre adultos e crianças. “A diferença reside no fato de que, quando se emprega ABUSO, a ênfase é posta no pólo adulto, isto é, naquele que impõe a ‘força’, que coercitivamente domina o processo. Quando se emprega VITIMIZAÇÃO, a ênfase é posta no pólo criança, isto é, naquele que sofre a coação, que recebe a injúria e o dano” (AZEVEDO; GUERRA, 1988, p. 18).

As análises da entrevista, transformada em texto, foram realizadas conjugando, na medida do possível, a teoria da interpretação de Ricoeur (1999); alguns conceitos da Gestalt-terapia como o de contato e figura-fundo (POLSTER; POLSTER, 2001); os parâmetros do domínio de preocupação da Terapia Ocupacional (ANEXO A), que são as áreas, os componentes e os contextos de desempenho (AOTA, 2002) e o conceito de nutrição psicológica (PIMENTEL, 2005).

Esses conceitos configuram a base teórica para as reflexões acerca dos significados apresentados pela informante à experiência do abuso sexual intrafamiliar.

A gestalt-terapia propõe mais do que uma reflexão humanista sobre o psiquismo. O psicólogo, através de uma postura existencial, que procura ver o homem como um ser particular, singularizado no seu modo de ser e de agir, concebendo-o como único no universo, individualizado a partir do encontro verdadeiro entre sua subjetividade⁶ e sua singularidade, faz da compreensão a ferramenta da intervenção (RIBEIRO, 1985). Assim, pautados em pressupostos fenomenológicos, os conceitos que usamos da gestalt-terapia nos permitiram clarificar alguns dos significados atribuídos à experiência do abuso sexual intrafamiliar vivido pela adolescente.

Procurando ampliar as possibilidades de análise dos dados, tentamos manter uma linha dialógica entre os pressupostos fenomenológicos existenciais gestálticos e a Terapia Ocupacional. Desta última, nos valendo das áreas que permeiam a prática da profissão (as áreas, os componentes e os contextos de

⁶ Segundo González-Rey (1997, p. 107-109) a subjetividade pode ser entendida como “a constituição da psique no sujeito individual, e integra também os processos e estados característicos a este sujeito em cada um de seus momentos de ação social os quais são inseparáveis do sentido subjetivo que esses momentos terão para ele (...). Ao falar em subjetividade não nos referimos a um fenômeno homogêneo nem unidimensional (...). A subjetividade tem em todos os seus níveis, formas de expressão e organização, que não são isomórficas com nenhum dos elementos ou formas constitutivas daqueles sistemas sobre os quais se constituiu e que permanentemente intervêm em sua configuração e desenvolvimento”.

desempenho), que interagindo entre si, nos permitem visualizar alguns componentes de desempenho (sensório motores, cognitivos e psicossociais) da informante que apresentam “reflexos” da experiência do abuso sexual intrafamiliar, comprometendo a realização de algumas funções em determinadas áreas de desempenho (atividades da vida diária, atividades de trabalho e produtivas e atividades de lazer ou diversão), influenciando e sendo influenciada pelo conjunto de fatores que compõem seu contexto de desempenho (temporais e ambientais), onde o contato se realiza.

A esses pressupostos, acrescentamos ainda o conceito de nutrição psicológica proposto por Pimentel (2005), que também nos permitiu compreender o significado do abuso sexual intrafamiliar. A autora, fundamentada na tese de Perls (1979) de que a fome de alimento mental e emocional se comporta como a fome física, propõe este conceito, entendendo-o como “o provimento de alimentos afetivos indispensáveis para a formação da auto-estima e auto-conceito saudáveis, além da capacidade de reconhecimento do outro” (PIMENTEL, 2005, p. 23).

No caso que estudamos, a ocorrência da violência física, da negligência e do abuso sexual, apresenta-se permeada de “alimentos nocivos” ao desenvolvimento emocional da informante, refletindo na postura existencial adotada, na qualidade do contato que estabelece e nas funções que exerce em algumas áreas de desempenho.

A estrutura do trabalho contempla quatro capítulos, um voltado à fundamentação teórica e revisão geral sobre o tema e os demais abordam o material empírico investigado, análises e discussões. No primeiro faço uma revisão da literatura, citando um panorama geral acerca da questão da violência contra a criança e o adolescente. Destaco a tipologia, sobretudo da violência doméstica, e o

abuso sexual intrafamiliar. Apresento algumas considerações sobre a interface entre a Psicologia e a Terapia Ocupacional para a prevenção e tratamento do abuso, com o propósito de discutir algumas relações interdisciplinares entre essas duas áreas do conhecimento e a linha de pesquisa que norteia este trabalho. Também situo a concepção de infância e adolescência na pós-modernidade, considerando que o fenômeno da violência sexual intrafamiliar de que trata esta pesquisa, ocorreu com a informante enquanto criança. Atualmente, aos 18 anos, ela transita psicologicamente em um contexto diferente do anterior, de modo que ao compartilhar o significado da experiência vivida, incorpora as repercussões desenvolvimentais acarretadas pela passagem à adolescência.

O segundo capítulo descreve os procedimentos teórico-metodológicos da pesquisa de campo e a fundamentação que nos consentiu analisar os dados obtidos. O terceiro capítulo apresenta o caso, análise e discussão dos dados e no quarto capítulo as considerações finais.

Através desta pesquisa, procuro contribuir para a compreensão deste fenômeno multicausal. O estudo de um caso permitiu compreender feições e modos de aparecer em que a mágoa, o pesar e o descontentamento assumem no discurso da adolescente: aparecem velados, contidos, sugerindo que estão acorrentados sob aparências que não dão a perceber o significado do abuso sexual intrafamiliar. O pai, apesar das transformações que a paternidade atravessa, no universo da informante é figura central. A auto-imagem, aspecto da subjetividade, em quem experiencia tal modalidade de violência, encontra-se envolta na polaridade fluidez-dureza dos sentimentos. Ora como figura, ora como fundo, os significados manifestam-se positivos e negativos na relação que estabelece consigo mesma e na qualidade do contato com o outro.

Finalizando, na linha de pesquisa a intervenção é uma ação vinculada a investigação. Nesta direção, durante a composição da dissertação, estivemos várias vezes com a adolescente para compor o texto final da entrevista. Enquanto procurava compreendê-la concomitante facilitava sua reflexão. Tal procedimento está de acordo com nossa concepção de que a produção do conhecimento só é válida quando beneficia a sociedade mais ampla.

Outro esclarecimento que está no cerne da lógica das pesquisas qualitativas, diz respeito aos falantes que aparecem no texto. Para indicá-los, usamos as pessoas eu e nós, valorizando as teses da intersubjetividade e da construção coletiva dos saberes.

2 VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Neste capítulo traço algumas considerações acerca da violência em geral, da violência sexual intrafamiliar contra a criança e o adolescente, das concepções de infância e adolescência, situando os contextos moderno e pós-moderno, como referência histórica para selecionar os autores com quem dialogo.

As razões para a abordagem desses aspectos são: a) a informante da pesquisa sofreu violência sexual dos 9 aos 11 anos, portanto, considerada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criança; b) a idade atual da mesma: 18 anos, logo vivencia a adolescência nos seus últimos ritos; c) a violência sexual está contida no campo temático da violência.

Focalizamos a questão da violência procurando atentar para a sua complexidade, isto é, nos valem dos saberes que circulam no meio científico considerando a pluralidade dos enfoques, o campo da ética (valores e posições dos autores) e a polissemia deste fenômeno social, que reflete, entre outras expressões, as relações hierárquicas de poder⁷.

Na literatura sobre o problema da violência, os autores descrevem o campo teórico e o fenômeno empírico, ponderando o caráter da construção social. A partir desta perspectiva, é possível considerar que aquilo que, em um dado momento, numa dada sociedade, é considerado como violência, varia de acordo com a natureza da sociedade considerada, configurando a realidade empírica da violência como um fenômeno polissêmico e plural (PORTO, 2002).

⁷ Relações de poder: Exercício da força, legitimada ou não, para se manter ou também resistir à dominação em suas diferentes formas. Esse exercício depende tanto do lugar onde é exercido como dos movimentos das forças em presença, que reforçam ou desgastam as relações estruturadas/estruturantes (...) esse poder estruturante/estruturado vem se exercendo historicamente pela dominação do adulto, do macho, predominante da raça braca, que se tornou o dominador no processo de institucionalização do poder em sua socialização (FALEIROS; FALEIROS, 2001).

De acordo com Zaluar (1999) a etimologia da palavra deriva do latim *violentia* que remete a *vis*, força, vigor, emprego da força física, ou os recursos do corpo para exercer sua força vital.

Essa força se tornaria violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar o ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente (idem, p. 28).

Guerra (1985) considera que o termo violência se refere a uma condição de força, principalmente quando esta é de ordem exterior, que se opõe à espontaneidade, à naturalidade, à responsabilidade jurídica, à liberdade moral, etc. da pessoa que a sofre. Devido às suas características quantitativas e qualitativas, a violência apresenta muitas faces e formas, surgindo na sociedade por meio de ações inter-relacionadas que se fortalecem, possuindo como expressão concreta, os diferentes meios e métodos de coerção e dominação utilizados com a finalidade de conquistar, reter poder ou obter privilégios (RIBEIRO; FERRIANI; REIS, 2004).

Adorno (2002), referindo-se à violência urbana em nosso país, menciona quatro tendências que a sociedade brasileira, há 20 anos egressa de um regime autoritário, vem experimentando nessa área: a) o crescimento da delinquência urbana; b) a emergência da criminalidade organizada, principalmente o tráfico de drogas; c) graves violações dos direitos humanos e d) explosões de conflitos nas relações intersubjetivas. “Trata-se de tendências que, quando relacionadas entre si, radicam em causas não necessariamente idênticas” (idem, p. 88). O discurso de Adorno sugere que a violência não é somente um mecanismo social de expressão da sociedade, mas principalmente uma resposta a um sistema.

Nas sociedades marcadas por relações de violência, como a brasileira, a violência torna-se uma “linguagem organizadora”, forma de senha de identificação que distingue os iguais. Entre os critérios desse caráter lingüístico da violência, podem ser apontadas a definição de regras próprias de funcionamento, as auto-justificativas emocionais e a ausência de explicações racionais; enfim, um sistema em que a regra de acesso é o exercício puro e simples da violência. A violência é, assim, a linguagem possível que subsume das demais manifestações de cada um e as legitima. Ela organiza as relações de poder, de território, de autodefesa, de inclusão e exclusão e institui-se como único paradigma (MARCONDES FILHO, 2001, p. 22).

A concepção gestáltica da violência se detém no exame das modalidades de agressividade: a) motivacional, entendida como “apetite, a passagem do impulso para tomada de providências e iniciativa” (PERLS, 1997, p.150); e b) agressão anti-social, entendida como “o comportamento pessoal que tende a destruir algo dos costumes, instituições ou personalidades vigentes na época e no lugar” (PERLS, 1997, p. 142). Embora ambas constituam uma dialética, o pólo da agressão anti-social pode reduzir seus efeitos negativos na subjetividade infanto-juvenil quando os cuidadores promovem a nutrição psicológica das crianças e adolescentes (PIMENTEL, 2005).

Prover alimentos nutritivos: amor, respeito, escuta, etc. contribui para o auto-conhecimento, e desenvolvimento social criativos. Como exemplo deste ponto de vista, podemos mencionar os nossos ancestrais (*hominídeos*), que só conseguiram sobreviver devido à inteligência na construção de instrumentos de ataque e defesa, superando, desta forma, as dificuldades naturais e a sua reduzida força física.

Hoje em dia, o uso inadequado da tecnologia, ciência, a elevação da pobreza e outros fatores, têm ampliado de modo isolado ou conjunto, a feição anti-social da violência, que deixou de ser reconhecida como um mecanismo de defesa e de sobrevivência (HUIZINGA, 1978).

Envolto neste panorama de ressignificação, o tema da violência tem se tornado um vasto campo de estudos de diversas ciências, principalmente nas duas últimas décadas, em que tem sido focalizado em diferentes temáticas.

O conceito de violência da Organização Mundial de Saúde (OMS) publicado no *Relatório Mundial sobre Violência e a Saúde*, é um dos suportes para a fundamentação teórica desta pesquisa:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou por ameaça, contra a própria pessoa, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que pode resultar em, ou tem alta probabilidade de resultar em morte, lesão, dano psicológico, problemas de desenvolvimento ou de privação (EASTMAN, 2002, p. 12).

Ao eleger esta definição considero que ela transcende o âmbito disciplinar e se estende para o interdisciplinar (jurídico, filosófico, antropológico, psicológico, médico, etc.). O enfoque interdisciplinar é oportuno para o planejamento das intervenções, especialmente na modalidade da violência sexual, pois incorpora o conhecimento de várias disciplinas. No contexto desta pesquisa, Psicologia e Terapia Ocupacional, integram esquemas conceituais e de análise que permitem uma compreensão do fenômeno que supera a compartimentalização do saber, a dicotomização do conhecimento e a acentuada especialização, caracterizadores da ciência moderna, atuando como instrumento articulador capaz de dotar de coerência os múltiplos fragmentos que estão disponíveis no acervo de conhecimentos da humanidade (GUIMARÃES, 2002).

Enriquecendo a tese da interdisciplinaridade em relação à questão da violência recorreremos a Chauí (1985, p. 35), que a entende:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia,

pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

Na ótica da filósofa, a violência é concebida como uma relação de forças caracterizada num pólo pela dominação e no outro pela coisificação. Assim, se considerarmos “a liberdade como uma capacidade e um direito fundamental do ser humano, podemos dizer que a violência é uma violação do direito de liberdade, do direito de ser sujeito constituinte da própria história” (ARAÚJO, 2002, p. 04).

O posicionamento de Chauí (1985) vem somar à compreensão da violência que ocorre no ambiente familiar, expressa nas suas múltiplas formas, das quais me atenho ao abuso sexual infantil. Nesse contexto, considerando que uma das dificuldades encontradas pelos profissionais de saúde que lidam com situações de violência é a falta de uma linguagem e de conceitos que reúnam o conhecimento de forma interdisciplinar sobre esse tema, procuraremos delimitar o campo em que se insere a problemática, apresentando as definições propostas pelo Ministério da Saúde acerca da **violência intrafamiliar** e **violência doméstica** (BRASIL, 2002).

De acordo com este órgão governamental, esses tipos de violência apresentam-se de forma diferenciada. A primeira, designa a violência que ocorre na família⁸, envolvendo parentes que vivem ou não sob o mesmo teto, enquanto que a segunda, por sua vez, não se limita à família, envolve todas as pessoas que convivem no mesmo espaço doméstico, vinculadas ou não por laços de parentesco.

Nesta perspectiva, a violência intrafamiliar é concebida como:

Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum

⁸ A perspectiva de família com que trabalhamos repousa naquela que advém das observações do cotidiano – a família vivida – que pode ser entendida como “um grupo de pessoas, vivendo numa estrutura hierarquizada que convive com a proposta de uma ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre adultos e deles para com as crianças e idosos que aparecerem nesse contexto” (GOMES apud SZYMANSKI, 2003, p. 26).

membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consangüinidade, e em relação de poder à outra (BRASIL, 2002).

O conceito de **violência intrafamiliar** não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também às relações em que se constrói e efetua. Assim, a **violência doméstica** se diferenciaria da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico. Incluem-se aí empregados (as), pessoas que convivem esporadicamente, agregados, etc.

No contexto da violência intrafamiliar, que pode atingir principalmente crianças, adolescentes, mulheres e idosos, me detenho à ocorrência da violência contra à criança⁹, observando repercussões na adolescência, pois no âmbito empírico, o estudo de caso abrange estes dois períodos desenvolvimentais. A informante é uma adolescente que foi vitimizada sexualmente pelo pai dos 9 aos 11 anos, e que passados sete anos desse acontecimento, continua sofrendo influências nas áreas psíquica, relacional e ocupacional, dentre outras, em decorrência da violência sofrida.

A complexidade da delimitação dos marcos conceituais no que se refere ao uso de chaves analíticas que permitam compreender a vivência da adolescência aumenta, na medida em que as definições para violência contra a criança e o adolescente variam de acordo com visões culturais e históricas destes e os direitos e cuidados referentes a eles.

Em uma breve consulta à literatura especializada, verificamos que os termos mais usados são: abuso, castigo, disciplina, maus-tratos, violência, violência doméstica, vitimização doméstica, dentre outros (AZEVEDO; GUERRA, 1988;

⁹ Nesta pesquisa, trabalhei com o conceito de criança e adolescente definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente que considera criança, no seu Art. 2º, a pessoa até 12 anos incompletos e, adolescentes, aquela entre 12 e 18 anos de idade (PLAC, 2001).

AZEVEDO; GUERRA, 2005; GUERRA, 2005; HAZEU, 2004; MONTEIRO FILHO; PHEBO, 1997; PINTO JÚNIOR, 2005).

Sei (2004, p. 20) ainda acrescenta a esta questão que “há mitos e representações instaladas na cultura que acabam por prejudicar a percepção dos maus-tratos, influenciando diretamente no momento de captar o alcance e significado do fenômeno”.

A literatura internacional serve-se do termo *child abuse*¹⁰ com maior frequência quando se refere à violência contra criança. Nesta dissertação, contudo, em que faço uso do termo “violência doméstica” para me referir ao contexto da questão problematizada, mesmo correndo o risco de simplificação, podemos defini-la como:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra criança e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (AZEVEDO; GUERRA, 2002a, p.12).

Este conceito está em consonância com a definição de maus-tratos, apresentada no Art.136 do Código Penal:

Expor a perigo a vida ou a saúde da pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados, indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina (HAZEU, 2001, p. 10).

A definição acadêmica e jurídica traduzem de forma uníssona quatro aspectos que considero elementares para o entendimento da amplitude da violência doméstica contra a criança – o ato de infringir, a omissão, o dano e a coisificação;

¹⁰ Utilizado usualmente como descritor em artigos publicados em importantes periódicos sobre a temática.

aspectos sempre correlacionados a um distúrbio na relação entre as figuras parentais e a criança, como aponta Benetti (2002, p. 137):

Apesar do reconhecimento da importância dos diferentes fatores envolvidos nas situações de violência doméstica, observa-se que uma característica é comum a todos os casos. Independente das circunstâncias, a influência ou efeito dos diferentes fatores converge, em menor ou maior grau, para o ponto principal nessa questão que é a relação da criança com as figuras cuidadoras.

As acepções e posicionamentos apresentados até aqui, acerca da violência doméstica e intrafamiliar, fornecem a estrutura da fundamentação teórica que subsidiou as análises do material empírico investigado. Foi um levantamento que não tentou esgotar as possibilidades de enfoques já que são várias as leituras possíveis, devido ao caráter polissêmico da violência sexual.

A violência deflagrada por um cuidador contra a criança no ambiente doméstico pode assumir vários contornos, dos quais passarei a apresentar alguns de grande relevância.

2.1 FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Em relação à tipologia da violência doméstica, a referência primeira aos autores nacionais se deve à consonância entre essas pesquisas e as teses articuladas nas pesquisas internacionais¹¹, principalmente as norte-americanas, o que reflete em uma produção nacional constantemente atualizada nesta área de conhecimento. Há, entre outras, uma vasta produção bibliográfica das

¹¹ Me refiro especificamente à tipologia da violência doméstica, pois, os conceitos adotados sobre essa questão no Brasil, sofreram desde o princípio, a influência de pesquisadores norte americanos. Quanto à forma que esses pesquisadores conduzem suas pesquisas nessa área “Azevedo deixa claro que se opõe ao modelo utilizado internacionalmente no estudo da violência familiar contra crianças e adolescentes, chamado por ela de ‘modelo interativo’. (...) A autora propõe a construção de uma Teoria e Crítica na área da violência familiar contra crianças e adolescentes” (MELLO, 2002).

pesquisadoras Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de A. Guerra, coordenadoras do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP).

Ambas têm se destacado nacionalmente por oferecer importantes contribuições sobre o fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes, do ponto de vista da produção teórica e da pesquisa, como também da implementação de projetos de capacitação profissional - como o Telecurso de especialização na área, inédito no Brasil e no exterior.

De acordo com Guerra (2005), existem quatro tipos de violência doméstica reconhecidos: negligência, violência física, violência psicológica e violência sexual. A essas categorias, considero relevante acrescentar uma forma de violência pouco explorada pela literatura – a Síndrome de Münchhausen, que também deve ser alvo de investigação por parte de todos aqueles que atuam junto aos infantes e adolescentes, mas que muitas vezes não o fazem pelo desconhecimento de suas características.

a. Negligência

A negligência é uma forma de violência que se caracteriza pela omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais ou responsáveis falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos, etc., e quando tal falha não é resultado das condições de vida além do seu controle (GUERRA, 2005).

A legislação apresentada pelo art.5º do ECA, determina os direitos e critica essa forma de violência.

Art.5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de **negligência**, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou **omissão** aos seus direitos fundamentais (PLAC, 2001, p. 06, grifo nosso).

Monteiro Filho e Phebo (1997, p. 11) referem que “a negligência é o ato ou omissão do responsável pela criança ou adolescente em prover as necessidades básicas ao seu desenvolvimento”.

Para a criança ser vítima de negligência, há necessidade de interação de dois fatores importantes que são as situações de crises, como desemprego, frustrações, divórcios, etc., e o fator tolerância cultural, presente nos dias de hoje na média do senso da nossa população, ainda acostumada ao castigo físico como procedimento educativo, dentro de uma estrutura de poder autoritária, que desconhece a figura da criança como um ser livre, com direitos à integridade biopsíquica e social. Tal situação é mantida pela figura do pátrio poder, que permanece intocável, bem como pela assimilação de costumes reforçados nas escolas arcaicas e no cotidiano da vida do casal (SANTOS, 2004, p. 02).

Guerra e Leme (apud Azevedo; Guerra, 2002a) mencionam algumas modalidades de negligência: **a) médica** que inclui a dentária, caracteriza-se quando as necessidades de saúde de uma criança não estão sendo preenchidas; **b) educacional** que ocorre quando os pais não providenciam o substrato necessário para a freqüência à escola; **c) higiênica**, quando a criança vivencia precárias condições de higiene; **d) de supervisão**, quando a criança é deixada sozinha, sujeita a riscos e **e) física**, quando não há roupas adequadas para uso e a criança não recebe alimentação suficiente.

Essas modalidades de negligência estão muito próximas das apontadas pelo *National Information Clearinghouse* (NIC, 2006), órgão americano ao qual o governo atribui a função de formular parâmetros técnicos e jurídicos de intervenção e se constitui num organismo pioneiro no trabalho na área dos maus-tratos infantis, reconhecido e consultado mundialmente. A instituição acrescenta às modalidades

apresentadas, a categoria **negligência emocional**, caracterizada pela “falta de atenção às necessidades emocionais da criança, o fracasso em prover cuidado psicológico, ou a permissão dada à criança para o uso de álcool e outras drogas” (SEI, 2004, p. 22).

Benetti (2002) afirma que a negligência da criança, juntamente com a violência física, são as formas mais comuns de violência doméstica.

b. Violência Física

É também denominada de síndrome, maus-tratos físicos e abuso físico (BENETTI, 2002; FARINATTI; BIAZUS; LEITE, 1993; MONTEIRO FILHO; PHEBO, 1997; SANDERSON, 2005).

Sobre essa modalidade, Benetti (2002, p. 135) considera que:

O abuso físico consiste em todo ato que resulte em lesões físicas na criança, como por exemplo, socar, chutar, bater, morder, queimar, sacudir, etc. De forma geral, a criança apresenta sinais físicos das lesões que variam desde hematomas e cicatrizes, até fraturas e danos internos de órgãos.

David Gil (apud AZEVEDO; GUERRA, 2002b, p. 10) propôs a seguinte definição: “Abuso físico de crianças é o uso intencional, não acidental de força física por parte de um parente ou outra pessoa, incumbida dos cuidados das crianças, tendo por objetivo danificar, ferir ou destruir aquela criança”.

Azevedo e Guerra (2002b, p. 14-15) ainda acrescentam que:

As definições do final dos anos 80 fazem-nos refletir que o campo conceitual do fenômeno aqui tratado é vasto, complexo e não pacífico. De um lado há os que defendem que este tipo de violência só pode ser assim encarado quanto apresenta “dano” para a vítima e, de outro, há os que influem, sobre tal rubrica, todos aqueles atos que causam dor física, e não apenas dano, abrindo espaço para uma luta em termos de se abolir a

punição corporal, enquanto forma de disciplinamento de crianças e adolescentes, seja no lar, na escola, luta ainda não aceita por muitos países nos quais a criança é considerada como um cidadão de segunda classe.

Uma das manifestações mais comuns desse tipo de violência, principalmente em crianças pequenas, é a Síndrome do Bebê Sacudido (*Shaken Baby Syndrome*), que diz respeito a lesões de gravidade variáveis que acontecem quando a criança, geralmente lactente, é violentamente sacudida, na maioria das vezes pelos próprios pais, causando hemorragias intracranianas e intraoculares que podem levar à morte ou deixar várias seqüelas, que muitas vezes só serão detectadas ao longo da vida em razão de distúrbios no aprendizado ou comportamento. Também é importante ressaltar que esta síndrome pode provocar um grande número de patologias na vítima como: hemiplegia, tetraplegia, convulsões, atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) etc. (THEOPHILO, 2004).

c. Violência Psicológica

São indiscutíveis os benefícios que um relacionamento saudável entre a criança e seus cuidadores têm no desenvolvimento da mesma, do adolescente e do futuro adulto. Por isso, a violência emocional é um fator, dos mais agravantes, dentre aqueles que colocam em risco o desenvolvimento do indivíduo.

A violência psicológica, emocional ou abuso emocional é caracterizada principalmente por atitudes e condutas perante a criança que ocasionem medo, frustração, experiência de temor quanto à própria integridade física e psicológica, ameaças verbais com conteúdo violento, ou emocional. Essa forma de violência é

identificada com menor freqüência e, comumente ocorre associada a outras categorias (HUTZ, 2002; FARINATTI; BIAZUS; LEITE, 1993; BENETTI, 2002).

Constitui-se como um padrão de comportamento que prejudica o desenvolvimento emocional da criança ou seu senso de valor próprio. Pode incluir constantes desaprovações, ameaças ou rejeições, assim com negação de amor, suporte e direção (...) é usualmente mais difícil de ser comprovado, estando quase sempre presente quando outras formas de abuso são identificadas (SEI, 2004, p. 24).

As condutas violentas podem não marcar fisicamente, mas criam a possibilidade de marcar a vida psicológica e comportamental dos menores, influenciando de forma negativa o desenvolvimento da criança e do adolescente (TEOPHILO, 2004).

Farinatti, Biazus e Leite (1993) consideram que há violência emocional quando atos ou omissões por parte do adulto cuidador levam a perturbações do desenvolvimento afetivo, intelectual e social da criança. Segundo esses autores, algumas formas de abuso emocional são: **a) rejeição**: caracteriza-se pelo não reconhecimento da criança em sua condição de sujeito e pode ser percebida mesmo bem antes da criança nascer; **b) degradação**: consiste em sub-valorizar a criança, expondo-a à humilhação pública e atribuindo-lhe apelidos depreciativos; **c) terrorismo**: ameaçar a criança continuamente com surras ou reprimendas e castigos desproporcionados à sua conduta; **d) isolamento**: consiste em não permitir que a criança mantenha laços sociais e, em casos extremos, manter a criança contida com correntes e chaves; e **e) exploração**: é o uso da criança para benefício de terceiros.

É importante destacar que, ao separar violência emocional de outras formas de violência, podemos incorrer provavelmente em “erro”, pois todas as outras formas de violência carregam implícita ou explicitamente uma forte tonalidade emocional negativa, quer durante os atos em si, quer ao se estabelecer as

conseqüências. Portanto, “o abuso emocional é o cerne de todas as formas de abuso infantil” (FARINATTI; BIAZUS; LEITE, 1993, p. 244).

d. Síndrome de Münchhausen

Segundo Meadow (apud MONTEIRO FILHO; PHEBO, 1997, p. 11) “é a situação em que pais, mediante a simulação de uma sintomatologia, logram que, em seus filhos, sejam realizadas inúmeras investigações médicas”.

Esta síndrome leva o nome do barão Karl Frederich Von Münchhausen, mercenário do século XVIII que lutou ao lado dos russos contra os turcos. Este barão inventava histórias fantásticas, compiladas a *posteriori* por Rudolf Erich Raspe no livro “*Baron Munchhausen`s narrative of his marvellous travels and campains in Russia*” no qual é dada uma nova dimensão literária às incríveis aventuras deste barão. Pensando nas histórias extraordinárias do barão, o Dr. Richard Ascher em 1951, atribuiu o nome de *Síndrome de Münchhausen* aos casos de adultos que produziam falsas histórias em relação à sua saúde, fabricando sinais físicos e induzindo a achados laboratoriais que culminavam em tratamentos ou até mesmo em cirurgias desnecessárias.

Em 1977, o Dr. Roy Meadow atribuiu o nome de *Síndrome de Münchhausen by proxy* (por procuração) aos casos em que havia a fabricação de uma história clínica ou de sintomas de uma criança, feita pelos pais com o objetivo de conseguirem avaliações médicas desnecessárias, bem como procedimentos clínicos e hospitalizações (SANTORO JÚNIOR; GUERRA, 2003).

A doença se torna para a criança münchhausizada uma modalidade de superar ou negar o medo de ser abandonada ou rejeitada pelos pais, convicta que enquanto apresentar o sintoma físico, a mãe se preocupará

com ela, enquanto a recuperação da saúde coincidir com o medo do abandono materno (THEOPHILO, 2004, p. 02).

De acordo com Santoro Júnior e Guerra (2003), são várias as formas utilizadas pelos pais para produzirem a síndrome, e estas vão desde a invenção de histórias falsas até situações em que os próprios pais produzem sintomas nos filhos, tais como parada respiratória, apnéia, hematemesa, diarreia, hipernatremia¹², convulsão, etc. Para isso, são capazes de adicionar substâncias em amostras de exames, troca de exames, administração excessiva de laxante, sufocação, etc. Assim, as crianças acabam sendo envenenadas, sufocadas, passam por uma série de procedimentos médicos e freqüentam diversos serviços de saúde, geralmente acompanhadas pelo próprio(a) agressor(a), devido à ocorrência da enfermidade que pode ser simulada¹³ ou produzida¹⁴, sendo que em 25% dos casos há simulação, em 50% há produção e em 25% existem as duas possibilidades (idem).

Tendo apresentado nossa concepção de violência geral e doméstica, e constatando que, em síntese, ambas apontam para uma prática caracterizada pela dominação do adulto e pela coisificação da criança ou do adolescente, passo a problematização mais detalhada da violência sexual intrafamiliar.

2.2 VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR

Guerra (2005, p, 33) define violência sexual infantil como:

¹² Teor de sódio acima do normal (FERREIRA, 1999).

¹³ A doença é considerada simulada quando o agressor falseia dados, por exemplo, a mãe que contamina a urina do filho com sangue menstrual, apresentando o exame ao médico, afirmando que o filho está urinando sangue (SANTORO JÚNIOR; GUERRA, 2003).

¹⁴ A doença é considerada produzida quando o agressor inflige algo no filho (idem).

Todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homosexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-lo para obter uma estimulação sobre sua pessoa ou de outra pessoa.

Na consulta à literatura que trata do tema, verificamos que os seguintes termos têm sido utilizados como sinônimos para a definição do fenômeno: assalto sexual, abuso sexual, exploração sexual, ataque sexual, agressão sexual, maus tratos sexuais, ofensa sexual, perturbação sexual, violência sexual, vitimização sexual, dentre outros (AZEVEDO; GUERRA, 1988; BENETTI, 2002; FARINATTI; BIAZUS; LEITE, 1993; MONTEIRO FILHO; PHEBO, 1997; SANDERSON, 2005; MELLO, 2002; GABEL, 1997).

Azevedo e Guerra (1998) analisando essas variações, concluem que a grande maioria delas refere-se à facetas específicas, porém complementares do mesmo acontecimento, sendo comum, encontrarmos referenciais que, para expressá-lo de forma mais ampla, definem como abuso sexual.

A terminologia “abuso” muitas vezes é usada como sinonímia a essa forma de violência, como podemos observar no posicionamento de Pfeiffer e Salvagni (2005, p. 198):

Define-se abuso ou violência sexual na infância e adolescência como a situação em que a criança, ou o adolescente, é usado para satisfação sexual de um adulto ou adolescente mais velho, (responsável por ela ou que possua algum vínculo familiar ou de relacionamento, atual ou anterior), incluindo desde a prática de carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração, sendo a violência sempre presumida¹⁵ em menores de 14 anos (ABRAPIA, 1997).

Outras vezes, a terminologia “abuso” também pode assumir uma conotação singular, como em Kristensen, Flores e Gomes (2001, p. 110):

¹⁵ Violência presumida é uma expressão jurídica, descrita no artigo 224 do código penal que trata da presunção da violência e considera que “presume-se a violência, se a vítima: a) não é maior de 14 (catorze) anos; b) é alienada ou débil mental, e o agente conhecia esta circunstância; e c) não pode, por qualquer outra causa, oferecer resistência” (BRASIL, 1940, p. 60).

Abuso sexual pode ser operacionalmente definido como o envolvimento de crianças e adolescentes dependentes e evolutivamente imaturos em atividades sexuais que eles não compreendem verdadeiramente, para os quais não são capazes de dar consentimento informado, e que violam os tabus sexuais dos papéis familiares (...). Fundamentalmente, estabelece-se uma relação de poder ou controle entre a vítima e o agressor que, não necessariamente, é uma pessoa adulta.

Mello (2002), fundamentando-se na perspectiva construcionista, e partindo do pressuposto de que as nomeações ou construções de sentido são negociadas em um espaço social, são coletivas e são talhadas durante vários anos, imprimindo mudanças que se “naturalizam”, trata, em sua tese, a questão do abuso sexual como:

(...) a categorização de uma construção social que se constitui em práticas discursivas, sustentadas por dispositivos institucionais fundados a partir de vivências diversas tais como, as interações face a face, as mediadas pelos meios de comunicação e em última instância, pelos processos históricos vivenciados pelas pessoas (MELLO, 2002, p.12).

No campo das discussões acerca da consolidação do “abuso” no Brasil, o autor ainda acrescenta que:

O que se verifica é que o termo “abuso”, associado a outro termo ou empregado isoladamente, é referência para classificar modalidades de violência contra a criança e adolescentes, tais como espancamento, negligência. E permanece sendo um termo especialmente empregado para se referir a uma prática sexual interdita por ser realizada entre um adulto e uma criança, (“abuso sexual”). Portanto, “abuso” como um tipo, classifica, nomeia uma ação e é assegurado, como uma classificação, por vários dispositivos (leis, organizações, por exemplo) (idem, 2002, p. 197).

A diversidade das acepções nos mostra que por mais que aspiremos precisar, o conceito de violência sexual infantil é uma tarefa difícil dada a amplitude dos aspectos focalizados.

Em nossas tentativas de esclarecer a definição acerca do “abuso sexual ou violência sexual”, estamos longe de conseguir contemplar todas as faces desse fenômeno numa única definição, haja vista que os termos “criança”, “sexual” e “abuso” modificam-se de cultura para cultura e são socialmente construídos, ou seja,

há muitas variações entre as culturas e as subculturas em relação à definição precisa do que constitui o abuso, por isso, sua contextualização é imprescindível (SANDERSON, 2005; AZEVEDO; GUERRA, 1988).

Diante dessas perspectivas, não pretendo praticar a desconstrução do termo ou gerar mais uma definição para engrossar a lista das que já existem, mas contextualizar a ocorrência desses acontecimentos no bojo das definições que são praticadas por nossos interlocutores, sempre que possível relacionado ao discurso institucional da ONG onde foram feitas as coletas de dados, o contato e a seleção da informante desta pesquisa.

Assim, faço uso das duas terminologias, **violência sexual** e **abuso sexual**, indiscriminadamente, sempre que me referir ao conjunto de acontecimentos ligados a qualquer tipo de comportamento e/ou envolvimento sexual, através ou não de contato físico, abarcando ou não violência, de crianças e adolescentes dependentes em atividades sexuais com adultos ou com qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, em que haja uma diferença de idade¹⁶ ou de poder em que a criança é usada como objeto sexual para a gratificação das necessidades ou dos desejos, para qual ela é incapaz de dar um consentimento consciente por causa do desequilíbrio no poder, ou de qualquer capacidade mental ou física.

Incluo na contextualização do termo, todo tipo de contato sexualizado, desde falas eróticas ou sensuais e exposição da criança a material pornográfico, carícias íntimas, relações orais, anais, vaginais com penetração ou não, além do voyerismo e exibicionismo, entre outros.

A ocorrência do abuso sexual infantil pode ser classificada de acordo com Azevedo e Guerra (1988) em intra e extra familiares conforme sejam praticadas por

¹⁶ Essa diferença de idade é usualmente estabelecida como cinco anos, contudo, a questão da diferença significativa de idade entre o abusador e a vítima é um aspecto discutível (KRISTENSEN; FLORES; GOMES, 2001).

familiares ou não da vítima. Considerando que o termo “abuso sexual”, geralmente, não caracteriza o grau de parentesco das pessoas envolvidas e está relacionado à prática sexual entre adulto e criança ou adolescente, é importante esclarecer que o “abuso sexual” infantil, de que trato nesta pesquisa, refere-se exclusivamente àquele praticado por membros de uma mesma família, tendo um adulto e uma criança ou adolescente como personagens.

Ponderando que as práticas sexuais violentas se configuram conforme o agente do ato, o contexto, o laço parental, a intencionalidade, as conseqüências para os envolvidos, etc., passo a mostrar algumas variantes associadas a esse fenômeno¹⁷:

a. Incesto: Qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente, entre um adolescente e uma criança, ou ainda, entre adolescentes, quando existe um laço familiar, direto ou não, ou mesmo uma mera relação de responsabilidade.

Essa definição de incesto está de acordo com a abordagem jurídica do fenômeno, já que à luz da psicanálise, a relação incestuosa é baseada em um laço parental, em que sem uma, a outra não poderá existir, e será permeada pelos “componentes da pulsão sexual que já estão operando no organismo da criança e que o estado de sua própria sexualidade lhe impõe” (CRIVILLÉ, 1997, p. 140-141).

b. Estupro: Do ponto de vista legal, é a situação em que ocorre penetração vaginal com uso de violência ou grave ameaça.

c. Sedução: Situação onde há penetração vaginal sem uso de violência em adolescentes virgens de 14 a 18 anos incompletos.

¹⁷ Conceitos baseados na obra de Monteiro Filho e Phebo (1997) que tem por base o Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940) e Hazeu (2004).

d. Atentado violento ao pudor: Circunstância onde há constrangimento de alguém, a praticar atos libidinosos, sem penetração vaginal, utilizando violência ou grave ameaça, sendo que, em crianças e adolescentes de até 14 anos, a violência é presumida, como no estupro.

e. Assédio sexual: Caracteriza-se por propostas de contrato sexual. Quando é utilizada, na maioria das vezes, há posição de poder do agente sobre a vítima, que é chantageada e ameaçada pelo agressor.

f. Exploração Sexual: Inserção de crianças e adolescentes no mercado do sexo. Aqui são incluídas a pornografia infantil e a prostituição.

Sobre as repercussões dessas modalidades de abuso, a literatura nos mostra a não unanimidade dos posicionamentos dos autores quanto aos “efeitos” na existência infantil (AZEVEDO; GUERRA, 1998; MELLO, 2002; FARINATTI; BIAZUS; LEITE, 1993; ROUYER, 1997; SANDERSON, 2005). Estes pontuam que os impactos advindos da ocorrência do fenômeno podem variar consideravelmente, ainda que a maior parte dos autores indique que é prejudicial.

Que o abuso sexual infantil tem um impacto nas crianças é algo inquestionável. O que está em discussão é em qual direção o impacto vai – positivo ou negativo. O que está claro é que o impacto não é apenas sexual, mas também emocional e psicológico” (SANDERSON, 2005, p. 169).

Sanderson (idem) delimita os fatores que estão no domínio dos possíveis impactos do abuso sexual infantil: a) a idade da criança/adolescente na época do abuso; b) a duração e frequência do abuso; c) o(s) tipo(s) de ato(s) sexual(is); d) o uso da força ou violência; e) o relacionamento da criança com o abusador; f) a idade e o sexo do abusador e os efeitos da revelação.

Outros autores como Loeber e Hay (apud HUTZ, 2002), apontam a ocorrência do abuso, como uma das causas que talvez explique o comportamento

delinqüente. Isso não significa que toda criança abusada se tornará um delituoso, mas o fato de ter sido abusada a coloca numa situação de risco social para o desenvolvimento, aumentando as chances de que ela venha apresentar esse problema de conduta.

A violência contra crianças e adolescentes representa um fator de risco para o desenvolvimento adequado, resultando desde comportamentos desadaptados como agressividade na escola, casos de marginalidade, delinqüência, até sintomas psicopatológicos, doenças psiquiátricas e fisiológicas (MCWHIRTER apud LISBOA; KOLLER, 2002, p. 193).

Teicher (2002) em pesquisa realizada na área dos maus-tratos infantis, refere que esses acontecimentos podem ter efeitos negativos duradouros no desenvolvimento das funções do cérebro. Menciona achados em ressonância magnética e eletroencefalográficos que associam a ocorrência de formigamentos, alucinações, irregularidades nas ondas cerebrais das regiões frontal e temporal do cérebro, diminuição do tamanho do hipocampo e amígdala, como indicativos da relação dessas disfunções à ocorrência do abuso.

Segundo o autor e seus colaboradores, o abuso seria capaz de “moldar” o cérebro para exibir comportamentos adaptativos, provavelmente desencadeados por uma onda de mudanças hormonais que podem aumentar o risco de obesidade, diabetes, hipertensão, problemas psiquiátricos, incluindo uma alta propensão ao suicídio e a degeneração das estruturas do cérebro.

A alternativa lógica é que a exposição precoce ao estresse, gera efeitos moleculares e neurobiológicos que alteram o desenvolvimento neuronal de uma forma adaptativa que prepara o cérebro adulto a sobreviver e a se reproduzir num mundo perigoso (TEICHER, 2002, p. 85).

Alguns autores concordam que o quadro clínico predominante nas vítimas da violência sexual está associado ao que o *Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders* (Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Distúrbios Mentais -

DSM-IV), utilizado pelos profissionais de saúde no diagnóstico de sofrimento mental, classifica de Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEP) e se caracterizaria principalmente por reações fisiológicas e psicológicas resultantes da exposição crônica ou acidental a situações traumáticas e eventos estressantes, tais como estupro, violência, desastres, catástrofes naturais, etc (SANDERSON, 2005; BENETTI, 2002; FARINATTI; BIAZUS; LEITE, 1993).

Algumas manifestações possíveis do TEP são sentimentos de culpa, a esquiva fóbica de situações ou atividades que lembram ou simbolizam o trauma original, prejuízo na modulação do afeto, comportamento auto-destrutivo e impulsivo, sintomas dissociativos, queixas somáticas, sensações de inutilidade, vergonha, desespero ou desamparo, de dano permanente, perda de crenças anteriormente mantidas, hostilidade, retraimento social, sensação de constante ameaça, prejuízo no relacionamento com outros, sonhos aflitivos com o evento que podem, em algumas semanas, mudar para pesadelos generalizados com monstros, etc. (APA, 1994).

Em síntese, a violência sexual infantil pode se apresentar em diferentes formas, com características próprias, ocorrendo em contextos específicos que fazem com que seja necessário diferenciá-la. É uma ação intersubjetiva e, portanto, requer intervenções especializadas nos planos intrasubjetivo e macro, isto é, o enfrentamento dos fatores que configuram o contexto violento e excludente das sociedades locais e da comunidade global (HAZEU, 2004).

Assim, no que tange à infância e adolescência, a compreensão das inter-relações entre o contexto onde a violência é deflagrada, a qualidade do contato que se estabelece nesse campo e as repercussões no desenvolvimento emocional, configuram o fundo de nossa investigação.

Na seqüência da construção do objeto desta pesquisa, para compreender o significado que a adolescente atribui à experiência vivida, passo a abordar alguns aspectos importantes relacionados à infância, período em que ocorreu a violência, pois, a compreensão e a classificação, bem como a experiência do que é ser criança e adolescente, modifica-se de tempo em tempo, de sociedade em sociedade e dentro da mesma sociedade, numa relação dinâmica que sofre influência de vários fatores que determinam o *modus operandis* de como estes sujeitos são vistos, tratados e inseridos no contexto social de sua época.

2.3. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Ferreira (1999, p, s/p) define o vocábulo criança como “um ser humano com pouca idade, menino ou menina; pessoas ingênuas, infantis” Por muito tempo, essa foi, ou ainda é, a percepção vigente que se reduz ao mito da “infantilização” da criança.

A etimologia de infância deriva de "Infante", do latim "*infans*" que significa incapaz de falar. Geralmente é o período que vai do nascimento até aproximadamente os 2/3 anos de idade, quando a fala já se transformou em um instrumento de comunicação (BRASIL, 2001).

Embora circule socialmente o saber que a criança viva é diferente da criança teorizada, ainda pode ser facilmente encontrada no repertório lingüístico de muitas pessoas, a idéia de semelhança entre as mesmas, expressa nas falas dos adultos como: “*Não seja criança!*”, “*Você está sendo infantil!*”, “*Ao agir assim você parece uma criança!*”, etc. São muitas as situações do cotidiano em que, mesmo

sem perceber, depositamos sobre a criança o estigma de incapaz, dependente, incoseqüente e não habilitada a emitir opiniões válidas. Na entrevista realizada com a informante desta pesquisa, esse argumento pode ser verificado claramente na forma em que o pai lidava com a adolescente e com seus irmãos menores.

Em se tratando da adolescência, esse panorama não é muito diferente. Ora entendidos como problemáticos, ora como violentos ou indecisos, a adolescência também pode ser compreendida a partir de várias perspectivas. Ozella (2003) apresentando uma visão sócio-histórica da adolescência, enumera quatro categorias: a) características “típicas” da idade; b) parte de um processo de desenvolvimento, de transição para a vida adulta; c) uma fase inerente, algo que faz parte da natureza do homem e é inevitável d) resultado de uma construção social, que depende das relações sociais estabelecidas durante o processo de socialização.

Da mesma forma como acontece com a criança, costumamos estereotipar a concepção de adolescência, limitando-a à tese de um processo de transição entre infância e a fase adulta, um período de grande conturbação, confusão e impulsividade.

Nesta perspectiva, entender o discurso (o que se fala) e a concepção¹⁸ (o que se entende) de criança e adolescente, no momento atual, que não consensualmente é denominado pós-moderno¹⁹, nos remete ao fato de

¹⁸ “Nesse momento, pode ser útil tomarmos como referência alguns filósofos, ao fazerem distinções entre um *conceito* e uma *concepção*. David Archard sugere que todas as sociedades, em todas as épocas, tiveram o *conceito* de infância, ou seja, a noção de que as crianças podem ser diferenciadas dos adultos de várias formas. O ponto em que elas diferem é em suas *concepções* de infância, as quais especificam essas formas de distinção. Portanto, elas terão idéias contrastantes sobre questões fundamentais relacionadas à duração da infância, às qualidades que diferenciam os adultos das crianças e à importância vinculada às suas diferenças” (HEYWOOD, 2004, p. 22).

¹⁹ Outros autores citam este momento fazendo uso de outras nomenclaturas. Spink (2004), o chama de Modernidade Tardia, argumentando que é difícil nomear os tempos atuais de pós-modernidade, pois não se saberia o que viria depois da pós-modernidade. Seria a pós-pós-modernidade? Contudo, independente das questões nomenclaturais pondera que o que está sendo pontuado por diversos

compreender aquilo que os adultos pensam e sentem sobre os mais jovens (ANDRADE, 1998).

A pós-modernidade, nas últimas duas décadas, tornou-se um conceito relacionado a uma lenta transformação cultural nas sociedades ocidentais; uma mudança de sensibilidade que não deve ser entendida de forma exagerada, como alguns consideram, associando-a a transformações globais de paradigmas nas ordens social, cultural e econômica (HARVEY, 2004).

A natureza e a profundidade dessas transformações são discutíveis, mas os pesquisadores concordam que estas são significantes, nos campos da sensibilidade, nas práticas e nas formações discursivas, que distinguem um conjunto pós-moderno de pressupostos, experiências e proposições do período findo antecedente [modernidade] (idem).

Stein (2001) comentando a questão refere que:

O fim da modernidade é o momento em que não foi mais possível sustentarmos que é possível, através de um único sistema filosófico, dar explicações que tenham eficácia em todos os domínios do saber humano: em nível cognitivo, em nível de conhecimento, em nível prático, em nível moral e também em nível subjetivo, em nível artístico, etc. No momento em que perdemos esta unidade de um sistema, ou a possibilidade de haver um sistema filosófico que explique as diversas regiões fundamentais do saber e do convívio humano, neste momento chegamos ao fim da modernidade. (STEIN, 2001, p. 21).

Nesse campo em que procuramos situar a concepção de criança e adolescente no período pós-moderno, Hazeu (2004, p. 15) afirma que “ser criança é parcialmente responder pela expectativa do que é considerado criança pelos adultos de quem ela depende biologicamente na lógica da organização da sociedade”.

Com as mudanças ocorridas diante do advento da pós-modernidade, o olhar sobre a criança e o adolescente, e seus papéis na sociedade, vem sendo

autores é que houve uma ruptura, a passagem de uma sociedade feudal para um outro tipo de formação social que define um novo período histórico.

alterado. Do ponto de vista jurídico, o ECA no seu Art. 2º, ao definir criança como a pessoa de até doze anos incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos, procura reconhecê-los como sujeitos de direito.

As instituições e os profissionais que atuam com a infância, inicialmente interpretam a proposição “sujeito de direitos” como sujeito social, com direito a educação, saúde, profissionalização, moradia etc. Passados os anos e diante do não atendimento de algumas demandas sociais das crianças e dos adolescentes e principalmente o empobrecimento do país e a desestrutura familiar, temos percebido considerável dissonância entre o discurso legal do Estado e o cuidado com desenvolvimento da criança e do adolescente.

O aumento da violência contra a criança e o adolescente é sintoma da confusão do papel e do lugar destes nos campos social e jurídico, principalmente no que tange ao direito à liberdade, ao respeito e a dignidade. A realização concreta das leis e discursos pode contribuir para gerar crianças e adolescentes bem nutridos como sujeitos psicológicos²⁰, realizando sua inserção social plena, materializando o discurso de um estatuto que procura amparar e resguardar os direitos desses entes em formação, que nem sempre é praticado como deveria no campo empírico, o que acarreta no surgimento de “infâncias” num mesmo contexto, o pós-moderno.

Diante desta realidade, não podemos generalizar as “demandas infantis”, pois crianças e adolescentes apresentarão questões diferenciadas, de acordo com os seus respectivos momentos sócio-histórico e de desenvolvimento.

Nas classes sociais mais favorecidas, a criança é apresentada entre outros adjetivos, na cultura popular, como um “espertinho pedante” (STEINBERG; KINCHELOE, 2004). Mas toda essa rápida “evolução” tem um preço, pois, ao

²⁰ O conceito de nutrição psicológica (PIMENTEL, 2005) será utilizado, sempre que possível, nas análises do material empírico.

“conseguir” lidar com tantas situações adversas e com um número maciço de informações, “a criança passa a ser vista como um supergaroto que tem poderes espetaculares e uma competência precoce” (ELKIND, 2004, p.18).

Novos estudos mostram que muitas vezes elas experimentam as mesmas pressões que as mães solteiras que trabalham, como esforçar-se para administrar o estresse da escola, o trabalho em casa e a dinâmica interpessoal da família. (...) Se alguém assume responsabilidades do meio adulto desde a idade dos sete anos, manifestações físicas e psicológicas de estresse e fadiga durante a adolescência não surpreenderiam ninguém (STEINBERG; KINCHELOE, 2004, p. 75, 78).

Na contemporaneidade, percebemos que “as noções tradicionais da infância como um tempo de inocência e de dependência do adulto foram minadas pelo acesso das crianças à cultura popular durante o século XX” (idem, p. 33). Com a mídia impulsionando a proliferação infinita de significados, a fronteira entre crianças, adolescentes e adultos se desvanece, ocasionando possíveis desajustamentos psicossociais.

Quando há rompimento da fronteira de contato, a criança e o adolescente podem vivenciar disfunções que impedem o auto-reconhecimento das suas necessidades. As repercussões mais ou menos rígidas e crônicas se organizam conforme a modalidade do desajustamento: introjetivo, projetivo, confluyente, deflexivo ou retroflexivo²¹ (PIMENTEL, 2003).

Sobre o adolescente pós-moderno, pairam diferentes exigências e expectativas da família, amigos e comunidade, sugerindo o desenvolvimento gradual de sua autonomia na perspectiva de que, na idade adulta, já tenha desenvolvido a capacidade de tomar decisões, de exercer julgamentos e de regular apropriadamente o próprio comportamento.

²¹ Disfunções de contato são mecanismos defensivos do ego que torna-se incapaz de realizar as funções de identificação e alienação dos alimentos que recebe do mundo (PIMENTEL, 2003).

A adolescência é caracterizada por uma série de transformações envolvendo fatores biológicos e culturais, contudo é uma manifestação singular que repercute sobre suas emoções, pensamentos e relacionamentos. Nesse processo, o adolescente encontra-se muitas vezes “perdido” num mundo que ainda não é o seu. A maturação psicológica não acompanha o desenvolvimento sexual, por isso buscará, em sua rede de relação, a proteção de suas angústias e temores, já que neste período, geralmente ocorre a perda de segurança em relação aos pais, que tem destituído o papel de “heróis” (CARVALHO; PINTO, 2002).

Os adolescentes e crianças pós-modernas conhecem o que anteriormente apenas os adultos sabiam. São esclarecidos sobre sexo e às vezes, muito cedo têm experiências sexuais descoladas da compreensão da sexualidade. Alguns já vivenciaram o uso de drogas e álcool. “O suicídio de adolescentes não existia como categoria durante a ‘infância antiga’. Em 1980 foi considerado a segunda entre as principais causas de morte de adolescentes, levando-se em conta apenas as mortes por acidente” (idem, p. 78).

Ao mesmo tempo em que o contexto pós-moderno é marcado por avanços significativos nas áreas da infância e adolescência, como a realização da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em 1989, e a elaboração do ECA, em 1990, também acarreta muitos problemas sociais que refletem um descompasso com os ganhos adquiridos pela população infanto-juvenil. Uma conclusão a que chegamos é que a infância continua sendo entendida com as mesmas concepções e olhares de dois ou três séculos atrás.

Situações como o trabalho infantil e exploração sexual quando não são energicamente reprimidas, produzem marcas deléveis e impedem que crianças e adolescentes gozem do direito pleno ao respeito a garantia dos seus direitos e

singularidades, não apenas no sentido biológico, mas, principalmente enquanto indivíduos capazes de experimentar, aprender, concluir, agir, intervir e evoluir.

É eficaz promover a ruptura com a ideologia desqualificadora de que a criança e o adolescente representam seres incompletos. É compreendendo, respeitando e valorizando os potenciais e os limites para crescer e enfrentar os dilemas cotidianos, que a criança e o adolescente fazem e refazem os alicerces de suas identidades e participam da construção da história e da cultura de seu tempo (ANDRADE, 1998).

Trazer à discussão essas questões é oportuno, pois, entendemos que as práticas sexuais violentas ou não, as concepções de *criança*, *adolescente* e *abuso*, são socialmente construídas, portanto estes esclarecimentos são imprescindíveis na fundamentação de qualquer posicionamento acerca da violência sexual infantil.

No próximo capítulo, abordo o delineamento da pesquisa de campo e uma breve perspectiva dos pressupostos teóricos nos quais esta pesquisa encontra-se fundamentada e que circunscreve a atenção dada pela Psicologia e pela Terapia Ocupacional à problemática do abuso sexual infantil intrafamiliar.

3 A TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste capítulo serão contempladas as descrições do tipo de investigação, postulados, objetivos e os procedimentos metodológicos aos quais recorreremos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa voltada para os significados que as pessoas atribuem as suas ações (LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 2005).

Nos pólos teórico e morfológico situa-se na lógica compreensiva do contato e das relações. No técnico, se constitui como um estudo de caso, que trata do relato de uma informante que traz, no seu adolescer, lembranças e sentimentos vinculados à ocorrência da violência sexual sofrida na infância. Além desta escolha, dada a minha formação profissional, faço uma tentativa de trilhar um caminho dialógico entre a Terapia Ocupacional e a Psicologia Fenomenológica Gestáltica. É uma tarefa que requer uma postura holística que contemple a possibilidade de uma ação conjunta desses dois campos do saber, em prol de um objetivo comum: compreender os significados do abuso sexual intrafamiliar. Não se trata de uma tentativa de fundi-las ou postular sobre uma “possível complementaridade” epistemológica, mas refletir sobre seus papéis na interface e nas particularidades.

Gribits e Darrault-Harris (2004, p. 108) afirmam que:

Os pressupostos fenomenológicos-qualitativos, indicam que o comportamento humano, freqüentemente, tem mais significados do que os fatos pelos quais eles se manifestam. Ressaltam a necessidade de observação do sujeito na perspectiva de um contexto social e cultural dos significados latentes do comportamento humano.

Nesse contexto, Goldenberg (2003) considera que a condução de uma pesquisa qualitativa depende, dentre outras coisas, da biografia do pesquisador, de suas opções teóricas, do contexto mais amplo e das imprevisíveis situações que

ocorrem no dia-a-dia. Esse tipo de pesquisa representa uma valiosa contribuição para o desenvolvimento do conhecimento das ciências que se valem dos seus pressupostos.

3.1 A INTERFACE ENTRE A PSICOLOGIA E A TERAPIA OCUPACIONAL PARA A PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO ABUSO

Na pós-modernidade, os pesquisadores reformularam os temas e práticas, elaborando diretrizes como valorizar o singular, o idiossincrático e o contextualmente situado, em vez das leis gerais.

Ao postular e validar um observador participante, a investigação perde seu caráter unidimensional, passando a reconhecer a bidirecionalidade de toda produção de conhecimento e a solicitar uma postura ética decorrente da implicação pessoal na produção do conhecimento e na prática de uma clínica psicológica (GRANDESSO, 2000, p. 55).

A preocupação da Psicologia em separar-se da Filosofia, conduziu os investigadores à sistematização de teorias e práticas afinadas com a ênfase iluminista no progresso e na tecnologia. O projeto científico moderno teve por fundamento recorrer aos parâmetros apontados pelos métodos lógicos e empíricos que permitiam descobrir leis gerais para o comportamento. A correspondência com a realidade criteriosamente observada e confirmada pela replicação dos resultados de observações científicas obtidas, também eram critérios do projeto da ciência Psicologia.

Do ponto de vista da Terapia Ocupacional, é possível afirmar que a profissão, trazida para o Brasil num momento de mudanças marcantes no cenário

sócio-político mundial (após a segunda grande guerra), passou e tem passado por inúmeras transformações decorrentes de sua evolução teórica e da crescente autonomia em relação às outras ciências.

Medeiros (2003, p. 29), retrata este período pelo qual a profissão vem passando, referindo que:

Tomada como profissão, a prática da Terapia Ocupacional é bastante nova, comparada as demais. Como área do conhecimento, ou ciência, que pretende ser, é mais nova ainda. Não conta com uma tradição de conhecimentos próprios bem sistematizados e, por isso, ainda não pode ter epistemologia própria, como as demais ciências. No entanto, este esforço já foi iniciado com publicações de trabalhos que procuram trazer algumas reflexões para o debate epistemológico.

No campo das proposições pós-modernas para a produção do conhecimento, a ciência Terapia Ocupacional, é fruto deste “novo olhar”, pois, tendo como instrumento de atuação o uso da atividade, “a própria profissão se configura como uma atividade eminentemente crítica do ato de fazer e, portanto, da postura do Ser” (JORGE, 1995, p. 37).

Diante desse panorama, a Terapia Ocupacional, vê-se inserida ativamente na produção do conhecimento no contexto pós-moderno, pois, participa, juntamente com outras profissões, de um processo de transformação nos atendimentos à saúde de modo geral, caracterizado pelo uso de atividades expressivas e criativas, associadas a abordagens psicodinâmicas e sociais (NASCIMENTO, 1991).

Com o passar dos anos, a filosofia e a prática da Terapia Ocupacional evoluíram em duas direções: a) aplicação de conhecimentos derivados de ciências reducionistas biológicas, comportamentais e médicas; b) “visão orgânica” e fenomenológica de homem, em que os Terapeutas Ocupacionais consideram o contexto, o significado e a natureza subjetiva da experiência.

Seu objeto de estudo aproxima-se do da Psicologia, no momento em que tenta conhecer o comportamento humano e suas funções mentais e emocionais; aproxima-se do da Sociologia, ao considerar e tentar entender o homem como um ser social, de relações, de participações, criando e sendo criado pelo modo de vida da sociedade em que se insere; aproxima-se da Biologia ao estudar a dimensão anatomofisiológica do corpo humano (condição material de sua existência e de suas atividades); aproxima-se da Medicina ao buscar compreender as dimensões de saúde e doença no corpo individual e social (MEDEIROS, 2003, p. 27-28).

Nesta dissertação de mestrado em Psicologia, a investigação das qualidades do problema de pesquisa, atende ao critério de estabelecer uma interface entre a Terapia Ocupacional, área em que atuo, e a Gestalt-terapia, que fundamenta os estudos da linha de pesquisa.

As concepções de homem e ciência de ambas as disciplinas articulam seus métodos e teorias, considerando a compreensão da experiência como fundamento para o estudo de indivíduos e grupos. Além disso, a coleta de dados é orientada pela não preocupação em generalizar os dados.

Martins (2004, p. 295) afirma que “não cabe, no uso da metodologia qualitativa, a preocupação com a generalização, pois o que a caracteriza é o estudo em amplitude e em profundidade”. Em concordância com esta postura, o estudo de caso, permite a possibilidade de analisar profundamente a questão norteadora desta pesquisa.

3.2 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso se originou a partir da parceria para realizar pesquisas e intervenções de cunho psicológico e ocupacional, estabelecida entre o Núcleo de

pesquisas Fenomenológicas (NUFEN) e o Movimento República de Emaús, ONG sediada em Belém, como uma das entidades que vem contribuindo para o enfrentamento de questões sociais graves como a violência, trabalho precoce, exploração sexual, exclusão social, dentre outros.

A ONG define-se como uma entidade de caráter popular, sem fins lucrativos, cuja missão institucional é “lutar pela garantia dos direitos e pela cidadania de crianças e adolescentes em situação de rua e exclusão social na região amazônica” (MOVIMENTO REPÚBLICA DE EMAÚS, 2004). É considerada uma organização de referência na atenção à criança e ao adolescente que vivem na rua, vítimas de exclusão, exploração e/ou violência, tanto no Estado do Pará quanto no Brasil.

Nesse campo institucional, a pesquisa foi desenvolvida em uma das ações da ONG, Projeto Arte de Viver, cuja atenção é dirigida para “adolescentes do sexo feminino, em situação de rua, abuso e exploração sexual, vítimas de violência e trabalho doméstico e se constitui como um espaço de retaguarda para as meninas e adolescentes (idem, p. 6).

O projeto Arte de Viver é considerado pela comunidade local, referência no atendimento desta clientela. Em 2004, recebeu 06 menores que tinham história de abuso sexual intrafamiliar reconhecida pela instituição, configurando possíveis participantes da pesquisa. Em campo, verificamos que destas, duas eram assíduas às atividades do projeto, enquanto as demais mantinham participação institucional irregular, o que reduziu a potencial participação do conjunto identificado no estudo.

Os limites da realidade institucional do grupo direcionou a realização do estudo de um caso, com o objetivo de compreender o significado do abuso sexual intrafamiliar. Nesta perspectiva, os critérios estabelecidos para inclusão na pesquisa

e escolha da participante foram: aceitar participar da pesquisa, assinando o termo de consentimento livre e esclarecido, assiduidade no projeto e ter história de abuso sexual intrafamiliar reconhecida pela ONG.

Assinalo que atendemos as diretrizes determinadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) para realização de investigações com humanos, especialmente com menores. Assim, submetemos o projeto ao comitê de ética da universidade.

Martins (2004, p. 294) afirma que:

Para que a pesquisa se realize, é necessário que o pesquisado aceite o pesquisador, disponha-se a falar sobre sua vida, introduza o pesquisador no seu grupo e dê-lhe liberdade de observação (...) exige uma aproximação baseada na simpatia, confiança, amizade, empatia, etc”.

Para identificar as participantes que atendiam todos os critérios da pesquisa, analisei documentos do arquivo da instituição: relatórios, protocolos, livros, fichas de entrevista que compunham e o *corpus* de identificação dos casos, descrevendo o motivo de encaminhamento, histórico, dados do agressor, procedimentos legais realizados, resumo dos fatos, relatórios de atendimentos (quando havia) e encaminhamentos. Das 06 menores identificadas, apenas uma atendeu plenamente os critérios.

Para a abordagem da informante, recorri às mediações das educadoras que a assistiam diretamente. Para contatá-la, antes de realizar a entrevista, fui introduzido no grupo que se reunia semanalmente. Adotei a postura de observador participante, procurando tornar-me familiar ao grupo e interagir com a informante, antes de abordá-la individualmente, pois compartilhamos da tese de que “o cotidiano é parte inseparável da produção de informação sobre o sujeito estudado” (GONZÁLEZ-REY, 1997, p. 106).

O cuidado com a inserção e a aproximação da adolescente, objetivou não impor a presença masculina em um grupo em que só haviam mulheres: educadoras, oficinas e voluntárias. Não sendo uma presença comum, não sabia de que forma as partícipes do grupo e a informante reagiriam à minha presença. Por isso, me coloquei observando a dinâmica interacional de modo participativo.

A observação direta apresenta a vantagem metodológica de permitir um acompanhamento mais prolongado e minucioso das situações. Essa técnica, complementada pelas técnicas de entrevista em profundidade, revela o significado daquelas situações para os indivíduos, que sempre é mais amplo do que aquilo que parece em um questionário padronizado (GOLDENBERG, 2003, p. 34).

Estabelecido um clima de abertura e confiança pela constante presença no cotidiano do grupo, pude realizar com a adolescente a única entrevista, em ambiente reservado, no próprio espaço institucional. A entrevista gravada em áudio contém a descrição da vivência do abuso sexual pela adolescente e foi estruturada a partir de temas gerais para específicos, na seguinte ordem: escola, família, arte de viver, abuso, Eu.

Não foram elaboradas perguntas previamente, apenas questões norteadoras focalizadas na temática a ser investigada, permitindo que a informante falasse livremente. Os desdobramentos destas questões e a forma de condução da entrevista seguiam a disponibilidade da informante em falar de sua experiência.

Segundo Sanderson (2005), por se sentirem envergonhadas, muitas vítimas de abuso sexual, evitam a intimidade nos relacionamentos devido a necessidade de encobrir ou negar os sentimentos. Diante deste quadro, falar de sua história, torna-se uma tarefa complexa e muitas vezes, “dolorosa”. Justifica-se, assim, a etapa anterior referente a observação participante, que procurou favorecer

uma relação de empatia e confiança entre pesquisador e informante a fim de facilitar o processo da entrevista.

No que se refere ao tratamento dos dados, a perspectiva qualitativa permite tratar da linguagem enquanto discurso pronunciado, considerando-a fonte de revelação do sentido. Assim, a análise do seu discurso transformado em texto, está baseada em algumas diretrizes da Teoria da Interpretação de Ricoeur (1999), cuja proposta é desvelar o sentido do discurso, que “é efetuado como evento, mas compreendido como sentido” (RICOEUR, 1999, p. 50); nos pressupostos da Gestalt-terapia (POLSTER; POLSTER, 2001; RIBEIRO, 1985, 1997; PIMENTEL, 2003, 2005); nutrição psicológica (PIMENTEL, 2005) e áreas, componentes e contextos de desempenho em Terapia Ocupacional (AOTA, 2002).

As contribuições de Paul Ricoeur (1999), visam a extração e a interpretação do sentido. Para o autor, o discurso pode ser entendido a partir de dois pólos que o constituem: o discurso enquanto **evento** e o discurso enquanto **significação** e, neste sentido, “todo discurso é efetuado como evento, todo discurso é compreendido como significação. O que pretendemos compreender não é o evento, na medida que é fugidio, mas sua significação que permanece” (idem, p, 74).

O autor propõe uma metodologia de análise que focaliza a linguagem em três momentos: ato locucionário, ato ilocucionário e ato perlocucionário. O primeiro, também chamado de ato proposicional, faz referência ao ato de dizer, ou seja, o que o falante expressa verbalmente. Se exterioriza nas frases enquanto proposição, seja de desejo, ordem, dúvida, etc. É o conteúdo formal de cada discurso. O segundo, está ligado àquilo que fazemos ao dizer, sendo apresentada pelos conteúdos não-verbais que acompanham a fala do indivíduo, fazendo-se identificar pela mímica, pelos gestos, pausas, entonações, etc, designando aquilo que o falante expressa

através da linguagem corporal e simbólica. O terceiro, está vinculado aquilo que fazemos pelo fato de falar. Ricoeur afirma que é o discurso enquanto estímulo, ou seja, é o reflexo da linguagem no outro (ibidem).

Da Gestalt-Terapia, nos valem dos conceitos: **a) figura-fundo**, que assinala o destaque de uma parte da configuração total do estímulo (figura) enquanto que a outra parte recua e é mais amorfa (o fundo). No campo existencial, esse conceito se manifesta quando se considera que os problemas humanos não podem ser entendidos isoladamente, eles sempre se sobrepõem a algo mais amplo, mais complexo. “A figura não é uma parte isolada do fundo, ela existe no fundo” (RIBEIRO, 1985, p. 74); **b) contato**: na definição de Ribeiro (1997) é um convite ao encontro das diferenças. De acordo com Polster e Polster (2001), apropriar-se do que é assimilável ou rejeitar o que é inassimilável no novo, leva à mudança, de modo que fazer contato é incompatível com permanecer o mesmo. Aqui é importante retomar a questão relacional, pois é impossível pensar contato, encontro e mudança sem uma relação que os torne possíveis. Assim, a idéia de contato envolve necessariamente relação, pois é nela que o homem se modifica e modifica aos outros, sendo também de importância fundamental no contexto desta pesquisa a abordagem das disfunções de contato – introjeção, projeção, retroflexão, deflexão e confluência (POLSTER; POLSTER, 2001).

Outro conceito que talvez nos permita entender o significado do abuso sexual é o de nutrição psicológica proposto por Pimentel (2005). A autora considera que a oferta de alimentos nutritivos tais como amor, respeito, diálogo, escuta, etc, pelo cuidador, favorece o desenvolvimento emocional, social e criativo. Comparando a fome psicológica com a fome física, afirma ainda que a nutrição psicológica da criança será mais saudável quanto mais aprender a mastigar, a cortar, a engolir e

expelir os alimentos com base no critério da auto-avaliação e da escolha de apreciar e rejeitar o sabor ou a textura. Um resultado desta aprendizagem é uma expressão do Eu mais livre das pressões para uniformizar o gosto e a capacidade de escolher.

Ao escolher, a criança vai se tornando sujeito da linguagem, do pensamento, de suas relações pessoais e projetos – todos estes processos são ativados pela intencionalidade. Na seqüência, o/a adolescente se movimentará no mundo revelando segurança e estima sólidos; os adultos viverão de modo independente, autônomo e capacitado para escolher e dizer sim ou não de acordo com o contexto existencial (idem).

No campo da Terapia Ocupacional, contribuíram para as análises os conceitos que a *American Occupational Therapy Association* delimita como as áreas de desempenho (e suas sub-áreas), os componentes de desempenho e os contextos de desempenho (ANEXO A), que delimitam o campo de domínio da Terapia Ocupacional (AOTA, 2002).

As **áreas de desempenho** representam amplas categorias de atividades humana que fazem parte, tipicamente, da vida cotidiana (alimentação, socialização, vestir-se, desempenho no trabalho, etc.). Para que haja um engajamento bem sucedido nessas áreas, são necessárias capacidades humanas fundamentais – em graus variados e em diferentes combinações – que denominamos de **componentes de desempenho** (processamento sensorial, força muscular, coordenação motora, memória, conduta social, etc.). Os **contextos de desempenho**, por sua vez, consistem em aspectos temporais (cronológico, desenvolvimento, ciclo de vida, etc.) e ambientais (físico, social e cultural), em que as áreas e os componentes de desempenho sempre são considerados, existindo um relacionamento interativo entre

ambos, que contribui para que “o enfoque na função, nas áreas de desempenho, seja a preocupação final da Terapia Ocupacional” (AOTA, 2002, p. 831).

A efetivação da análise teve como ponto de partida a transcrição da entrevista gravada em áudio, leitura e releitura do material. Durante a transcrição, valorizei as peculiaridades da informante como: construção frasal, repetições, pausas, erros gramaticais, etc. A transformação do discurso em texto, procurou expressar da forma mais fidedigna possível, a manifestação do ato locucionário na busca da compreensão do registro escrito.

Em seguida, criei algumas **unidades de significação ou categorias**, que fazem referência a agrupamentos de significados que se repetiram durante a fala da informante, exemplificados por trechos literais da entrevista que justificam a categoria que está sendo analisada. Nesta etapa, também houve a participação da informante na releitura da entrevista e discussão acerca das unidades de significação.

Sempre que possível, associei o conteúdo da fala, do ato de dizer (ato locucionário), às manifestações de outras formas de linguagem apresentadas, como a mímica, gestos, posturas, etc. (ato ilocucionário), visando alcançar o sentido do discurso em sua totalidade, buscando a compreensão do registro escrito, por meio de suas manifestações verbais e não-verbais.

Para formar uma conclusão acerca dos sentidos emocionais e da repercussão nas áreas de desempenho, procedi uma **reflexão sobre as significações desveladas**, de modo a compreender os significados atribuídos pela informante à experiência vivida do abuso sexual.

A seguir, apresento nos resultados, um panorama sucinto do caso estudado e as análises. A entrevista encontra-se na íntegra compondo o APÊNDICE A do corpo deste trabalho.

4 RESULTADOS

Flávia²² é uma adolescente de 18 anos, que dos 9 aos 11 anos foi vítima de abuso sexual do pai. É a primogênita de uma prole de 5 filhos. Desde muito cedo experienciou atos violentos por parte do pai contra si, além de presenciá-los contra sua mãe e seus irmãos menores. Relatou que a convivência do casal era turbulenta e repleta de ameaças de ambas as partes. Discussões e brigas constantes, geralmente relacionadas a ciúmes, marcavam o cotidiano familiar.

O genitor foi descrito como homem violento e de pouco trato para com as crianças e a esposa, com quem foi casado durante 16 anos. As fontes documentais citam a morte da mãe praticada pelo marido e a retirada das 5 crianças da guarda do pai pelo conselho tutelar e a conseqüente prisão do mesmo.

O assassinato ocorreu em 21 de agosto de 1998, quando a mãe estava trabalhando no comércio do bairro em que moravam. O crime supostamente foi motivado pela denúncia feita ao conselho tutelar de que o pai:

(...) estaria praticando atos libidinosos com duas filhas dele. Ele pensou que a denúncia tivesse sido feita pela esposa, disse a testemunha. Quanto à esposa estava trabalhando, o marido chegou de carro (...) perguntou pelos filhos e sem esperar que ela respondesse, fez os três disparos. (GOLVÊA, 1998, p.10).

Conforme as fontes, os abusos ocorreram com Flávia, mas também eram praticados com todos os seus irmãos. O prontuário de registro não informa se a mãe da menina tinha ou não conhecimento do abuso praticado pelo pai.

A denúncia feita pela direção da escola onde Flávia estudava, provocou a retirada das crianças do ambiente doméstico pelo conselho tutelar que os encaminhou para um abrigo.

²² Pseudônimo, de escolha da própria informante.

O pai foi preso e sentenciado a 19 anos de prisão em regime fechado. Devido a morte da mãe, as crianças permaneceram no abrigo por quase cinco anos, sendo posteriormente tutelados por uma ex-funcionária desta instituição, com quem moram até os dias de hoje.

Os principais encaminhamentos institucionais dados ao caso pela ONG Emaús, através do projeto arte de viver, foi ofertar ações educativas e sociais, e encaminhar as duas mais velhas, ao projeto tamba-tajá²³ e ao programa primeiro emprego.

Atualmente, Flávia permanece vinculada ao projeto *Arte de Viver*, participando das ações pedagógicas do mesmo. Estuda em uma escola pública e freqüenta esporadicamente uma igreja evangélica de seu bairro, onde também participam das atividades religiosas seus irmãos e a tutora.

Feita a breve descrição do caso, passo as análises da entrevista transformada em texto, somando ao material, elementos de outras fontes de dados. Apresento as **categorias ou unidades de significação** identificadas por S₁, S₂,..., de acordo com a ordem em que as apresento no texto, algumas sub-unidades em que desenvolvo as análises e à **reflexão das significações** que pude desvelar no discurso da adolescente. Em última instância, objetivei me aproximar o mais plenamente do sentido atribuído pela informante à experiência do abuso sexual intrafamiliar.

²³ O projeto garante apoio psicossocial à crianças e adolescentes e orienta suas famílias e a comunidade para o combate e a prevenção da violência sexual (BERGER, 2003, p. 7).

4.1 UNIDADES DE SIGNIFICAÇÃO

4.1.1 Dificuldade em falar da sua vivência do abuso sexual (S₁)

Percebida desde os primeiros momentos através de manifestações **indiretas** durante o discurso, através do ato ilocucionário, com pausas na fala, olhares fugidios, distanciamento, expressão de dúvida e incertezas quanto a sua participação na pesquisa. Possivelmente a demonstração de preocupação e resistência em falar da experiência, sugere uma expressão de contato retraído. Para estabelecermos uma relação efetiva, como um encontro genuíno amoroso e dialógico, a informante precisaria de condições facilitadoras (PIMENTEL, 2005).

A dificuldade, também se manifestou de forma **direta** ao responder à pergunta que indagava sobre o incômodo de falar de si mesma:

P: Falar sobre isso te incomoda?

I: Às vezes.

O seu olhar cabisbaixo sugeria tristeza.

De forma mais específica, destaca essa dificuldade diante da possibilidade de falar:

a. Para um homem

Mesmo tendo estabelecido uma relação de confiança comigo, a informante revela a dificuldade em falar de sua experiência, de sua vida, e acredita que é mais fácil falar “dessas coisas” para uma mulher.

P: Ser um homem que te entrevista te incomoda?

I: *Ah, algumas parte da minha vida, isso incomoda.*

P: Se uma mulher te entrevistasse se sentiria diferente?

I: *Sim.*

A figura masculina não está muito presente em sua rotina. Ter sido abusada pelo pai, sua figura masculina de referência, contribui para a configuração da postura adotada para comigo e para com outras pessoas do seu convívio social.

Durante a releitura da entrevista a informante acrescentou que, no período seguinte às ocorrências do abuso, prisão do pai e morte da mãe, apresentava um certo “pavor” quanto à figura de homens, que acabou se estendendo a todos aqueles próximos de seu convívio social. Assim relata que ao ver um homem em via pública lhe observando:

I: *“tinha a impressão que ele estava tirando toda a minha roupa só com olhar...lembrava do meu pai”.*

b. Para outras pessoas

A informante manifesta o medo da discriminação e da revelação de sua história aos outros.

I: *Pensei assim...ele vai querer saber tudo da minha vida e depois ele vai pegar e vai espalhar pra todo mundo, aí todo mundo vai ficar sabendo, aí todo mundo vai ficar **me olhando** assim...ah, eu sei a história dessa **menina, é feia, é assim... assim... sabe como é...me discriminando** (grifo nosso).*

O ato de dizer (locucionário) apresenta o verbo “discriminar”, que está relacionado diretamente ao convívio social. Conjecturo que ao usar este verbo, a informante traz o significado do “não ser aceita pelo outros”, que aponta um medo

íntimo, contendo a sua própria auto-discriminação, do EU, quando faz uso indireto da função emotiva (eu): **me discriminando**.

Considerando “discriminação” enquanto segregação, como aponta Ferreira (1999), a informante sugere que suas funções expressivas de contato estão disfuncionais pela contração da fronteira, que “é o ponto em que a pessoa experimenta o ‘eu’ em relação ao que é não-‘EU’” (POLSTER; POLSTER, 2001, p. 115).

A fragilidade do auto-suporte demonstra uma vulnerabilidade, carência e um sentimento de impotência de Flávia. Teme que a sua história seja exposta ou que seja dominada e precise se defender contra isso. Ribeiro (1997) considera que o modo como uma pessoa faz contato consigo e com o mundo associa-se ao grau de individualização, maturidade e auto-entrega com que vive, em um dado momento, “porque o contato é a expressão experienciada e visível da realidade interna de si mesmo. Tudo na natureza é contato e sem contato tudo perde sentido, agoniza e morre” (idem, p. 15).

O temor da informante, possivelmente, está relacionado a alguns fatores como a revelação da sua história, percepção negativa da auto-imagem e da auto-estima.

Quando usa o verbo “olhar” e o adjetivo “feia”, respectivamente, dá a entender como ela se vê e como ela se sente. Esse predicativo também aparece em outros momentos de sua fala:

I: 6ª. É uma série **feia**, né?

P: Feia?

I: É.

P: Por quê?

I: *Por que eu faço... 5ª e 6ª, e eu tenho 18 anos. É feio né.*

P: Isso é feio?

I: *É. Quando alguém me perguntar assim...Flávia que série tu faz. Ah, eu faço supletivo. Credo, não acredito que tu tens 18, todo mundo fala assim,...**horível**.*

O predicativo “feio”, nos transmite o significado de “errado”, “fora do padrão”, “diferente do que é convencional ou esperado”. Ou seja, cursar o supletivo e a idade que apresenta para a série que cursa, não é convencional, não é esperado, é diferente dos demais, então, é “feio”.

Prosseguindo nesta perspectiva, o que a incomoda não é apenas o conhecimento de sua história pelos outros, nem o que os outros pensariam de sua idade ou série escolar, mas a forma que os outros podem vê-la, semelhante a forma como ela própria se vê e se sente: feia.

Creio que as dificuldades apresentadas pela informante, estão intimamente relacionadas a uma auto-imagem pobre, que por muito tempo fora reforçada pelas investidas do pai abusador e ainda hoje se mantém viva na história da adolescente.

A forma como se vê e se sente, interfere diretamente nas relações sociais que estabelece e reforça o distanciamento para com o outro, sua auto-discriminação, ou seja, também está relacionado a dificuldade do estabelecimento do contato e parece interferir diretamente em três importantes sub-áreas de desempenho: a) socialização; b) atividades educacionais; e c) exploração do lazer e diversão.

Algumas repercussões nos campos ocupacional e psicológico provocadas pela violência sexual, são possíveis de observar na sub-área de desempenho da

socialização, que se refere à capacidade de interagir com outras pessoas nos meios contextual e cultural apropriado para satisfazer suas necessidades emocionais e físicas e apresenta reflexos na sub-área das atividades educacionais (AOTA, 2002).

A adolescente referiu, durante os encontros, que sua inibição diante dos outros lhe trouxe muitos prejuízos ao participar de um ambiente de aprendizagem. Segundo ela, sempre evitava falar com as pessoas. Esse isolamento iniciou com meninos e depois se estendeu a todos do ambiente escolar, inclusive sua professora. Quando argüida em sala de aula sobre a existência de dúvidas, sempre respondia negativamente, com o objetivo de manter-se no isolamento social.

A sub-área da exploração do lazer também pode ser relacionada com as sub-áreas anteriores, pois, a dificuldade em interagir com o outro não permitiu avançar no estabelecimento de laços de amizade. Além disso, refere que não tinha “prazer” em sair de casa, em brincar ou se divertir de alguma forma.

Como se vê, as três sub-áreas citadas, estão intimamente relacionadas e fortemente influenciadas pelo contexto de desempenho social e cultural, pois, algumas condutas oriundas das lembranças do abuso, são desencadeadas em função das rotinas sociais e das expectativas do grupo social em que se encontra inserida.

O discurso e o significado trazidos pela informante, aproximam-se das considerações feitas em Sanderson (2005) denominadas “efeitos interpessoais do abuso sexual em crianças”. Segundo a autora, esses “efeitos” manifestam-se na forma como essas crianças se relacionam com os outros e na qualidade desses relacionamentos. Enfatiza que a criança pode retrair-se a tal ponto para conseguir ficar “invisível” e evita, cronicamente, a proximidade do outro, apresentando-se como

uma criança que evita o contato visual, tenta esconder o rosto e oculta o corpo sob várias camadas de roupas.

4.1.2 Sentimentos em relação ao agressor (S₂)

a. De hostilidade

Em vários momentos do discurso, a informante manifestou e enfatizou sentimentos hostis em relação ao pai-agressor como forma de externalização de suas respostas ao abuso sexual intrafamiliar sofrido. Desses, destaco o sentimento que define como “raiva”, que aparece inúmeras vezes no seu discurso, assumindo várias conotações:

a.1 Como reação imediata à violência psicológica e física do pai ante os atos sofridos, da ameaça de privação social e da possibilidade de repetição de novas agressões.

*I: Olha amanhã vocês vão todos pra aula, se eu souber que vocês conversam por aí, que vocês tão falando com algum menino, vocês **vão virar casaco de pele. Eu peguei, fiquei com raiva.***

Mais uma vez, a informante faz uso da função emotiva (eu) e a associa diretamente com o sentimento manifesto, revelando no e pelo discurso sua subjetividade, que segundo Benveniste (apud BRANDÃO, 2004, p. 56), “é a capacidade do locutor se propor como sujeito do seu discurso”.

a.2 Como associação à tristeza.

I: *Ah, às vezes, quando eu to triste eu fico com raiva (fala com veemência).*

Neste contexto, esse sentimento surge quando a informante passa a pensar no ocorrido. A lembrança da violência física, do abuso, abandono, a morte da mãe, faz emergir do fundo o sentimento, que assume, neste sentido, conotação de revolta. Como é uma sensação inacabada, a Gestalt permanece figurando como elemento que constitui o fundo do seu campo intencional.

O desejo de punição do agressor, também surge em seu discurso, quando:

- Deseja a “cegueira” do pai.

I: *Os vizinhos sabem. Aí ele, (imitando o pai) “por essa luz que eu to vendo, eu queria ficar cego”. Ah. Nem praquela luz espocar na cara dele e ele ficar cego mesmo (fala não com raiva mas com humor). É, eu fico olhando pra ele.*

- Deseja agredi-lo fisicamente.

I: *Quando penso no meu pai, que se eu pegasse ele, dá vontade de pipocar a cara dele.*

- Deseja a morte do pai na cadeia.

I: *Um dia desses ele falou: “Eu quero morrer”...quase que eu disse, “então morra praí”.*

Com relação ao caráter punitivo, seus desejos são manifestados de forma a reproduzir no agressor, parte das formas de violência sofridas ou presenciadas: violência física, psicológica e talvez, a morte.

Contudo, a manifestação do ato ilocucionário não condiz com a expressão do ato locucionário.

I: *Tem dia que penso nisso tudo que aconteceu...aí me dá muita raiva, muita raiva (risos).*

O ato ilocucionário contido nesta proposição, sinaliza uma dissonância afetiva nos sentimentos em relação ao pai. Seu ato locucionário revela o uso de um vocábulo que faz referência a um sentimento hostil e seu discurso não-verbal aponta outra significação, pois fala da raiva por entre risos. Percebo que a medida que a entrevista favorecia uma reflexão e resgate da relação com o pai, mais difícil se tornava para a informante descrever o sentido desta relação para a significação do abuso sofrido.

Analisar a manifestação ilocucionária da informante (risos) indicativa de alegria e contentamento, com o sentimento verbalizado (tristeza), é possível recorrendo ao conceito de figura-fundo proposto em Gestalt-terapia.

É uma dialética que “jamais pode ser entendida em separado, uma vez que a figura ‘tem’ um fundo que lhe permite revelar-se e do qual ela procede” (RIBEIRO, 1985, p. 74). Por mais que tenhamos como figura o fenômeno do abuso sofrido, este não pode ser entendido de forma desprendida do fundo que dá suporte a essa compreensão, a qualidade da relação da informante com pai.

No contexto do caso em análise, a relação figura-fundo manifesta-se de forma extremamente fluída, sua organização está em constante mudança. Embora no discurso surja um tema, uma figura, mais firme e clara, esta figura adquire, a todo instante, matizes novos, na razão em que a adolescente, consciente ou inconsciente, volta ao seu “fundo” e de lá, traz novas significações.

Ao lado das coisas observadas, vistas, ditas, existe um espaço infinito, muitas vezes indisponível à nossa percepção e compreensão. Este é um limite que

vivenciamos na pesquisa dos sentidos. Os chamados vazios estão plenos de sentido, por isso eram denominados de férteis por Perls (1979). Durante as análises perguntei-me varias vezes, por que será que estes vazios nos atraem e nos provocam freqüentemente? Creio que é porque neles, muitas vezes, está a chave da compreensão. “O que não nos chama a atenção numa coisa, num tema, num local, pode esconder exatamente aquilo que buscamos” (RIBEIRO, 1985, p.76).

b. Dissonância afetiva

Flávia expressa o sentimento de raiva e desejo de punição em relação ao pai, porém, por mais que expresse o sentimento de “raiva”, enfatizando-o em alguns momentos, esse sentimento é colocado em dúvida quando passa a refletir sobre a sua relação com o genitor.

I: *Minha relação com ele? (Silêncio.)*

P: O que ele representa pra você?

I: *Pra mim? Qualquer pessoa, assim.*

P: Quais sentimentos você tem em relação a ele?

I: *Eu tinha pena dele. Agora não tenho mais.*

P: Hoje você sente o que?

I: *Nada. Raiva às vezes.*

A dissonância desvelada é percebida:

b.1. Diante da incerteza do sentimento que chama de “raiva”.

I: *Nada. Raiva às vezes.*

b.2. Ao declarar “raiva”, mas sentir-se na “obrigação” de não abandoná-lo para morrer na cadeia, mesmo que tivesse desejado sua morte anteriormente.

I: Já pensou se ele morre, aí depois eu vou ficar pensando assim, puxa eu nunca mais vou ver o papai, poderia ir ver pelo menos um dia.

b.3. Ao brincar com o pai na cadeia.

I: As vezes eu falo assim...brincando. Fale seu Rogério (rindo).

P: Tu brincas com ele?

I: Eu brincava antes, quando ele tava solto. Depois que nós viemos pra cá, pro Emaús, que começou a cuidar do caso, ele foi preso.

Diante deste quadro, sinto-me confuso, inquieto e me pergunto. Que voz ouvir? A da adolescente-criança que manifesta revolta diante da violência rememorada ou a da filha que brinca com o pai na cadeia e verbaliza sobre a relação com o genitor por entre sorrisos?

Ao refletir sobre essa questão, penso que a complexidade dos afetos, a intencionalidade da consciência que procura promover saúde mesmo quando recorre ao desajustamento criativo e a necessidade do outro em nossa vida, são elementos contidos na dialética figura-fundo das vivências da informante. Assim, na dinâmica do enredo existencial está configurado um quadro em que seus desejos têm duplas funções, logo não há contradição, mas valências fracas em que nenhum consegue tornar-se figura.

Ao dizer “*Que ele pague pelo que fez. Mas é meu pai, e eu filha, posso brincar com ele e cuidar dele, para que não morra sem mim*”. Expressa o sentido que há em escutar as duas respostas. Relembro também que compreender a dinâmica da relação afetiva entre pai e filha requer novas investigações.

4.1.3 Consciência dos sentimentos (S₃)

Em vários momentos da entrevista, a informante descreve acontecimentos de grande carga emotiva no campo existencial humano como morte e violência por exemplo, como se estivesse discursando sobre algo “natural”, simples. As manifestações ilocucionárias apresentadas indicam a naturalidade com que trata desses temas, apontando para a consciência que tem de seus sentimentos em relação ao ocorrido e a representatividade que essas temáticas assumem no conjunto de suas experiências vividas.

Desses episódios, destaco dois que considero de maior relevância:

a. A naturalidade em lidar com a morte da mãe

P: Tua mãe é falecida?

(com a cabeça diz que sim)

P: Você tinha quantos anos quando ela faleceu?

I: 11.

P: Como ela morreu?

I: *Meu pai matou minha mãe (falando com naturalidade).*

(...)

P: Como foi que aconteceu a morte da tua mãe?

I: *Foi assim: Meu pai entrou lá em casa. Ele tinha revólver. Ele encheu de bala e falou, agora, hoje eu mato ela. A mulher que cuidava de nós, disse: “não seu Rogério, não faz isso”. Ele disse: eu mato ela. Ele pegou cerveja, bebeu uns três copos, aí depois ele foi atrás dela. Nessa época, era época de círio. Um menino foi avisar ela e disse: foge. Ela disse: “por quê?” “Por que o seu Rogério vem aí, ele vai*

te matar". Ela olhou pro cara, começou a rir e o cara perguntou: por que tu ta rindo? Por que quem morre em época de cívrio é Peru. Ela ainda tirou graça (rindo).

No senso comum, talvez a postura adotada pela adolescente diante de um relato de morte fosse interpretada com frieza, ausência de sentimentos, etc. Em se tratando do relato de morte da mãe, talvez fossem esperados manifestações emotivas intensas ou posturas indicativas de tristeza e desalento, ainda mais se considerarmos o contexto e a forma em que o assassinato aconteceu.

Contudo, o ato locucionário apresentado, é acompanhado por um conjunto de atos não-verbais (ilocucionário) que se contrapõem àquilo que o senso comum nos direciona.

Mesmo diante de um apelo perlocucionário íntimo que tenta me direcionar ao campo da rigidez afetiva da informante, entendo que sua postura diante do relato apresentado expressa a presença efetiva da reversibilidade figura-fundo, na fluidez de seu campo existencial.

Considerando que "em certo sentido, toda a vida de uma pessoa forma o fundo para o momento presente" (POLSTER; POLSTER, 2001, p. 48), compreendo a relação existente entre a manifestação locucionária e a postura ilocucionária da informante, como indicativos de que esse fato, outrora apresentado como figura, hoje compõe o fundo, que poderá sob determinadas circunstâncias está livremente disponível como fonte de novas figuras.

O conjunto, relato verbal e manifestações não-verbais acerca da morte da mãe, expressa o significado atual que este episódio assume no campo psico-afetivo da adolescente, considerando que, 7 anos após esses acontecimentos, o papel de figura é assumido pela lembrança da violência sexual e pela relação com o pai.

Podemos ainda acrescentar a esta questão, a tese de Ribeiro (1997, p. 67) de que “a fala, o corpo e suas relações com o ambiente nos revelam a pessoa e sua singularidade, nos revelam a forma que, ao longo dos anos, ela experienciou e introjetou, tornando-se no que é”.

Assim, a consciência dos sentimentos em relação à morte da mãe, pode ser entendida a partir de uma perspectiva introjetiva, na qual a adolescente investe sua energia na incorporação passiva daquilo que o ambiente lhe proporciona. “É como se qualquer coisa que existisse fosse inviolável; ela não pode mudá-la; precisa aceitá-la como ela é” (POLSTER; POLSTER, 2001, p. 90).

Na perspectiva do que considera o conceito de nutrição psicológica (PIEMENTEL, 2005), acreditamos que devido à rapidez em que a sucessão de fatos envolvendo a morte da mãe aconteceu – a denúncia – o assassinato – o abrigo – a adolescente não pode “mastigar” de forma correta o conjunto das novas experiências, e a rápida deglutição dos sentimentos tendeu à introjeção, pois engoliu o que era inadequado para ela.

b. A naturalidade em lidar com o abuso

A consciência dos sentimentos da informante acerca da morte da mãe, apresentada anteriormente, foi entendida a partir de nossa compreensão, por compor, no “agora” da adolescente, o fundo de seu campo existencial.

Em se tratando da violência sexual sofrida me perguntei, como entender a consciência desses sentimentos que figuram, a partir da naturalidade em que lida com a violência sexual, etc.?

Para prosseguir no sentido dessas reflexões, relato um momento que considero fundamental no transcorrer dessa pesquisa durante a etapa da coleta de

dados. A importância do comentário que segue se dá pela necessidade de compreendermos o contexto em que o fato narrado aconteceu.

Como as informações acerca da adolescente, sua família, sua casa, etc., que obtivemos, eram até então, exclusivamente fornecida pelos documentos e interlocutores da instituição, decidimos ir a campo, investigar o contexto *in loco* da ocorrência do abuso e dos fatos relatados.

Mesmo sem o endereço correto, apenas com informações de populares, conseguimos conhecer o bairro, a vizinhança, o local da morte da mãe e a casa onde Flávia viveu boa parte de sua infância.

Mesmo passados 7 anos dos acontecimentos narrados, alguns populares lembravam com clareza daquele episódio.

Ao nos apresentarmos a um senhor, vizinho antigo da residência da informante com o gravador na mão pedindo algumas informações, o mesmo depois de algumas palavras, começou a verbalizar com conotação de defesa, dizendo que haviam boatos inverídicos sobre seu envolvimento no abuso sexual de uma criança portadora de necessidades especiais. Pensava, talvez, que fôssemos alguma autoridade policial e afirmava que, esses acontecimentos, no entorno, eram comuns, e referiu pelo menos dois outros casos recentes de abuso sexual de crianças naquela área.

Assim, compreendemos a postura da adolescente ao lidar com a violência, pois, o contexto social, familiar e relacional em que viveu a infância, era marcado corriqueiramente por atos violentos, dentro e fora do ambiente doméstico.

Talvez, por isso, tratar dessas questões, significa tratar de algo “natural”, a partir de sua realidade experiencial, postura que está em consonância com a síndrome da acomodação da criança vítima de abuso sexual descrita por Summit

(apud ROUYER, 1997) e por Farinatti, Biazus e Leite (1993), em que “a criança aprende a aceitar a situação e sobreviver a ela” (ROUYER, 1997, p. 68).

Ressalta-se, ainda, que ao compreendermos a consciência dos sentimentos vinculados à ocorrência do abuso sexual a partir desse prisma, não estamos atribuindo à experiência ocorrida no passado, a exclusiva responsabilidade pela maneira como a informante se expressa no presente.

Estamos falando do princípio da contemporaneidade, em que o presente ou o aqui-agora, convivem com o organismo e com o passado que são uma história, numa relação de figura-fundo, de todo-parte, ou seja, a experiência presente é explicável a partir de sua relação com o campo fisiológico, que dentro do conceito de campo não é apenas o corpo, mas também a realidade ou o lócus onde o corpo se encontra e age, que corresponde, em Terapia Ocupacional aos contextos de desempenho, que cria uma situação a-histórica, em que o passado passa a ter um valor relativo (RIBEIRO, 1985; AOTA, 2002).

4.1.4 A família “reconstruída” (S₄)

O espaço doméstico em que se deu o desenvolvimento da infância da adolescente, era caracterizado, dentre outras coisas:

- Pela negligência:

I: Eu andava só de calcinha na rua quando eu era pirralha (...). Papai dá uma roupa pra mim...Não ia custar nada...toma meu filho, toma essa roupa pra ti. Ele pegava, gritava com eles, batia...

- Pela violência física:

I: Quando ele subia era só pra dá porrada na gente, ele batia em nós...

I: *Antes de nós dormir, ele me deu um tapão no meu rosto...*

I: *Do abuso eles não lembram, mas lembram que ele batia neles.*

- Pela violência emocional:

I: *...vocês vão virar casaco de pele...*

- Pela violência sexual:

I: *Ele chegou até abusar de mim. Dos meus irmãos, de todos, abusou de todos, até do pequenininho.*

Após a morte da mãe e a prisão do pai, a adolescente e seus irmãos menores foram tutelados por uma educadora do abrigo em que residiam e, diante disto, se viram na possibilidade de reestruturar seus laços como uma “nova” família.

Nesse contexto, destaco alguns aspectos dessa “reestruturação” manifestados no discurso da informante:

a. A relação com as tias e o tio

No relato de Flávia, podemos perceber que seu espaço doméstico era de uma família de classe média, baseada no modelo hegemônico nuclear, formada por um pai, principal provedor e detentor da autoridade e do poder²⁴, uma mãe, submissa, que dava os primeiros passos rumo à independência financeira e os filhos, que viviam sob a autoridade do pai e da mãe, “cuidados” por uma pessoa assalariada, que segundo informações documentais confirmadas posteriormente, após a morte da mãe, viria assumir o papel de esposa do agressor.

²⁴ “Embora autoridade e poder se refiram a relações de comando e obediência, o modo como se expressam é diferente. A autoridade reporta-se a experiências comuns vividas no passado e seu exercício visa preservar posições hierárquicas já estabelecidas e que fazem parte da tradição de comando no interior de um grupo ou associação. Já as relações de poder se manifestam no confronto com o instituído e abrem caminho para se transformarem, até mesmo se subvertendo a posições tradicionais de comando” (ROMANELLI, 2005, p. 80).

Com a prisão do pai, Flávia e seus irmãos foram encaminhados a uma instituição de abrigo que procurava mantê-los juntos. Contudo, diante da possibilidade de separação, por sugestão da justiça, em que meninos e meninas seriam abrigados em espaços diferentes, a informante e seus irmãos passaram a compor a dinâmica familiar de uma funcionária da instituição que os tutelou.

Deste momento em diante, a informante passa a vivenciar uma formação familiar diferente daquela que tinha antes.

P: Com quem você mora?

I: *Minha tia (disse com a expressão séria).*

P: Tua tia e quem mais?

I: *Nós cinco de irmãos e minha tia.*

P: Quantas mulheres e quantos homens?

I: *Dois homens e três meninas.*

P: Alguém mais na casa?

I: *É. Quer dizer...nossa casa, da tia Marta e do tio Paulo, por isso eu to com os dois juntos.*

A adolescente sai de uma formação familiar nuclear para uma estrutura caracterizada por aglomerados familiares, formados pelos membros de uma mesma família, irmãs, irmãos, avós, primos, tios e tias.

Nesse novo contexto relacional, o tipo e a qualidade do contato estabelecido com cada “novo parente” expressa o momento adaptativo da adolescente diante desse período de mudança em que “a família não é mais vista como organizada por normas ‘dadas’, mas sim, fruto de contínuas negociações e acordos entre seus membros e, nesse sentido sua duração no tempo depende da duração dos acordos” (BILAC, 2003, p. 37).

a.1. As tias

Mesmo que o ato locucionário de Flávia indique sua aceitação à nova condição de estruturação familiar, ao tratar das relações que estabelece nesse contexto, evoca sentimentos desagradáveis, apontados por seu ato ilocionário.

I: *É. Quer dizer...nossa casa, da tia Marta e do tio Paulo, por isso eu to com os dois juntos.*

P: Com quem você mora?

I: *Minha tia (disse com a expressão séria).*

A adolescente também aponta a necessidade de falar desses sentimentos, mesmo que o foco da entrevista não tenha lhe proporcionado explorar esse aspecto. Ao ser perguntada sobre uma questão, direciona sua resposta para um viés que traduz sua necessidade de manifestação dos sentimentos em relação à tia.

P: Você se sente responsável por eles?

I: *Sinto. Às vezes. Às vezes eu fico com raiva da minha tia.*

No discurso da informante, notamos a presença de duas “tias”. À primeira, casada, dedica a princípio um tratamento familiar de respeito:

I: *Minha tia...a senhora...*

Porém, ao lidar com a possibilidade da ocorrência da violência por parte dessa “tia” para com os irmãos menores, a destitui de um possível posto de parentesco.

I: *Ela só bate nele porque nós não somos nada pra ela.*

Essa conduta indica o reconhecimento que a adolescente tem dos limites existentes entre laço familiar e parentesco baseado na consangüinidade.

P: Esse tio, é irmão do teu pai ou da tua mãe?

I: *Não nenhum deles é tio de verdade.*

Em relação à primeira tia, demonstra por meio de sua manifestação ilocucionária, certo desconforto ao ser cobrada por algo que considera fazer bem (almoço) para os irmãos menores, do qual tem um retorno que reforça a postura de cuidadora dos irmãos.

I: Nem sabe. Aí quando ela chega, ela fala. Ela gosta que eu faço comida do tipo dela. Só que eu faço pra eles do meu tipo. Só que eles gostam...gostavam como eu fazia...Aí ela chegou e mandou eu fazer do jeito dela (falando com raiva).

Assim, a primeira tia é apresentada como uma figura repressora, que cobra, que ordena e que coíbe a adolescente à expansão de suas fronteiras de contato na área relacional e afetiva, principalmente com figuras masculinas, interferindo na área de desempenho da socialização e possivelmente da experiência sexual.

I: Aí ela viu o menino, aí ela me chamou. “Tu tá gostando dele?” (falando rispidamente) Aí começou a falar alto comigo. “Porque que tu tá gostando dele?” Eu não quero que tu fique com esse menino não.

A segunda tia, é a que detém a tutela dos 5 irmãos e é mencionada poucas vezes na entrevista.

I: (...) ela quer que eu pegue os meninos, por que... quem tá cuidando dos meninos no âmbito da....tutela deles é a tia Rita que não é casada, entendeu? Ela mora em outra casa, mas ela vai de vez enquanto vê se tá tudo em ordem.

A imagem cuidadora da segunda tia apresentada pelo ato locucionário de Flávia, é questionada diante do relatado dos momentos imediatos após o abuso sexual sofrido e a possibilidade de transferir a guarda dos menores para a adolescente.

I: *Aí minha tia ficava com raiva de mim – “Menina solta minha mão” - Tia eu não posso, tia, não dá.*

I: *Ela quer que eu converse com ele...*

P: Para que?

I: *Pra ele pegar logo e dividir a casa, ela quer que eu pegue os meninos (...)*

Sobre esse trecho da entrevista, em um encontro, a informante acrescenta que a sua relação com a tutora (segunda tia) é semelhante à primeira: “*Cheia de brigas*”.

Os conflitos entre Flávia e as tias, reflete uma dinâmica familiar em que a qualidade do contato estabelecido encontra-se comprometido.

a.2. O tio

É citado poucas vezes na entrevista, e é descrito pela adolescente como ameaçador, devido às várias menções que faz de agredir fisicamente os irmãos menores, mesmo sem ter consumado as ameaças, o que difere da primeira tia que mais de uma vez chegou a infringir sobre o irmão caçula essa modalidade de violência.

I: *Já teve conflito com meu tio, já. Com o Paulo, né?*

P: Quem já teve atrito com ele?

I: *Com o Marcos, o caçula.*

I: *Aí ele fica com raiva por que o tio quando ta com raiva, ele faz menção que vai dar um soco na gente. Ele é capaz mesmo.*

P: Ele já bateu em você?

I: Não. Ele já jogou um copo na minha irmã caçula. Tem vez que eu to assim, na sala de aula e eu imagino o tio Paulo entrar na escola e me dá um tapão no meu rosto...aí eu chegando em casa e ele vem me dá um monte de porrada, gritar comigo, me agredir, entendeu?

O tipo de relação que a informante estabelece com os “tios” dentro do contexto de reestruturação de uma “nova família”, é marcado por acontecimentos e condutas que podem ser comparados com o momento anterior em que Flávia e seus irmãos estavam sob a autoridade do pai.

A violência física e conflitos existentes no conjunto relacional da família que tutela e família tutelada, apontam uma dicotomia existente nessas duas realidades. O que percebemos nesse contexto é a existência de duas famílias, uma dentro da outra, em que a primeira mantém uma relação de dominação e poder sobre a segunda, poder este, legalmente amparado.

Considerando o conjunto dos acontecimentos e a qualidade do contato que se estabelece, pode ser que no campo simbólico, Flávia encontre-se num contexto de revitimização, onde o papel do pai é desempenhado pelas tias e pelo tio, direcionando a informante a projetar na família adotiva, os sentimentos e temores, antes relacionados ao genitor.

I: Tem vez que eu to assim, na sala de aula e eu imagino o Tio Paulo entrar na escola e me dá um tapão no meu rosto...aí eu chegando em casa e ele vem me dá um monte de porrada, gritar comigo, me agredir, entendeu?

Fazendo uso do ato locucionário de Flávia, exemplificamos nossa compreensão, na tentativa de estabelecer uma analogia entre os aspectos simbólicos desvelados relacionando o contexto da “nova família” e o contexto familiar anterior em que ocorreram os abusos.

Família original	Família adotiva
<i>“Ele pegava, gritava com eles, batia”</i>	<i>“Aí começou a falar alto comigo”</i>
<i>“Aí ele pegou e começou a dar porrada na gente. Tinha um monte de pau no canto da sala, o que ele encontrava pela frente ele dava”</i>	<i>“Ele já jogou um copo na minha irmã caçula”</i>
<i>“Quando ele subia era só pra dá porrada na gente, ele batia em nós”.</i>	<i>“...quando ela me bateu eu tava lá no canto brincando...”</i>
<i>“...se eu souber que vocês conversam por aí, que vocês tão falando com algum menino, vocês vão virar casaco de pele”</i>	<i>“Eu não quero que tu fique com esse menino não”</i>

Contudo, mesmo diante de uma realidade familiar “semelhante” a anterior, a conduta responsiva manifestada pela adolescente, não a coloca numa posição de jugo como na experiência familiar em que se relacionava com o pai. Essa polaridade pode ser verificada:

- Quando reage verbalmente ao descontentamento da tia, se colocando e permitindo expressar sua opinião:

I: *“Ah, a senhora come, se quiser comer, se não, não come” (...)* ***“Aí eu falo pra ela que eu não vou fazer”***

- Quando manifesta sua vontade, apesar da proibição:

I: *“Aí ela queria que eu namorasse com outro menino. Só que **eu não quero”**.*

A presença da função emotiva (EU) no ato locucionário da adolescente, nos direciona à compreensão de que, mesmo diante da “reconstrução” de um cenário de revitimização, que favorece a rememoração das várias formas de violência sofrida, Flávia se coloca, se expressa, se desprende, sinalizando uma mudança no seu campo existencial, o que conota uma possível expansão de suas fronteiras de contato, significado que analisaremos adiante.

b. A relação com os irmãos

O tipo e a qualidade da relação que a adolescente estabelece com seus irmãos menores perpassa pelas áreas do **cuidado e proteção**, dando a entender que a postura a qual adota, seria aquela que os outros esperariam dela, pois esse é o seu papel, definindo essa relação como “normal”. Essa perspectiva pode ser percebida através do ato locucionário de Flávia quando:

- Sente-se responsável e demonstra o cuidado para com os irmãos menores:

P: Você se sente responsável por eles?

I: *Sinto. (...) Eu peguei e saí sem ele vê, fui lá botar o lanche pros meninos jantarem, depois eu fiz eles dormirem rapidinho e voltei pra lá (...) Quando tava fazendo o almoço nem via o que tava acontecendo...*

- Afirma dar atenção suficiente a eles:

I: *Ela quer que eu dô mais atenção que eu dô pra eles. Eu dô pra eles, só que ela nem fica lá pra vê!*

- Protege os irmãos menores das investidas do pai:

I: *Ela passou a mão na...no... no coisa dela. Na vagina dela. Eu disse: a Marta vai ficar dormindo aqui com nós. Aí tem vez que eu nem dormia. Aí quando eu tava lá acordada, que eu tava vendo, ele chegava e ele não mexia.*

P: Não mexia com eles quando você ficava acordada?

I: *É. Aí eu ficava acordada de noite. Pelo menos assim ele não mexia com ninguém.*

- Demonstra preocupação com questões relacionadas ao abuso sexual:

I: *Pra eu saber que ele tava mexendo com ela, foi porque eu via ela ta brincando, sabe...e teve um dia que ela não tava mais. Aí teve que chamar ela:*

Marta vem cá, “ela, que é?” O pai mexe contigo? “E ela, como?” Mexendo contigo. Aí eu peguei uma boneca, tirei todinha a roupa da boneca e falei olha...faz de conta que tu é o pai, como é que o pai faz contigo? Ela passou um tempão pra ela fazer pra mim, aí depois que ela pegou e mostrou pra mim.

(...)

P: Como você sabe que eles não lembram?

I: *Eu jogo verde pra eles.*

I: *(...) Ainda bem né, que eles não lembram.*

Ao preocupar-se com as conseqüências do abuso sexual, Flávia sinaliza a não aceitação de seus sentimentos em relação ao ocorrido, projetando nos irmãos menores os significados subjetivos acerca do abuso sexual intrafamiliar, que no seu campo existencial são parcialmente negados.

I: *Ah, por que eles podem ficar com raiva, e...revoltado com a vida. Sei lá.*

P: Tu és revoltada com a vida?

I: *Ah, as vezes,*

Um outro fato a ser considerado é a conduta da adolescente para com os irmãos menores de responsabilidade, atenção, cuidado, doação e preocupação com a segurança. Essa postura é geralmente associada à função materna, que desde muito cedo a adolescente toma para si, quando se vê diante da figura de uma mãe parcialmente ausente que vem a falecer.

Enquanto a figura paterna assume destaque no relato da informante, a mãe passa despercebida, como uma coadjuvante e possivelmente negligente e sem iniciativa diante dos atos violentos do marido para com os filhos. Sua participação na história relatada é mínima e cheia de lacunas. Não acreditou nos relatos da filha

sobre o abuso sofrido e quando esboçou uma possível reação, sucumbiu diante das ameaças do marido.

I: Antes de nós dormir, ele me deu um tapão no meu rosto. A Patrícia ficou, “bora Flávia”, chamei ela. Aí depois a minha mãe me viu, ela disse, ei menina ta chorando? Eu disse, não. Quando olhei pra cima meu pai fez bem assim pra mim (mostrando a mão aberta como sinal de ameaça de batê-la novamente).

I: A mamãe. Ela chegou a pensar que era mentira minha.

No dia de sua morte, porém, a genitora teve a comprovação material da ocorrência do abuso e foi trabalhar normalmente.

I: Ela só soube quando pegou na minha farda e tava toda suja de pau. Daí nós fomos...fugimos lá pro Conselho Tutelar.

A adolescente, diante desta postura da mãe, mesmo antes de sua morte, já assumia uma relação de “cuidados” para com os menores. O fato de ser a filha mais velha deve ser levado em consideração, pois a torna, por convenção, a principal mediadora dos interesses da família junto à justiça e aquela que “deve” tratar com o pai sobre os assuntos financeiros e sobre o abuso, negado pelo genitor.

I: Aí quando eu vou lá ainda bota a culpa em mim ainda.

Ao competir com a tia, o cuidado dos menores, também reafirma o papel de “cuidadora” assumido.

I: Aí quando ela chega, ela fala. Ela gosta que eu faço comida do tipo dela. Só que eu faço pra eles do meu tipo. Só que eles gostam...gostavam como eu fazia...Aí ela chegou e mandou eu fazer do jeito dela (falando com raiva). Ela chega lá da escola dela e fica com raiva. Por que tu fez assim, não sei o que (fala brigando imitando a tia). Ah, a senhora come, se quiser comer, se não, não come (risos).

Em visita ao espaço doméstico em que Flavia reside com seus irmãos, é percebido claramente esse tipo de relação estabelecido, pois, a adolescente assume para si todos os cuidados relacionados à ordem da casa (limpeza, alimentação, arrumação, etc), enquanto que os demais, desfrutam de seus cuidados.

Nesse contexto, Flávia assume para com os irmãos, um papel que lhe faz abrir mão de sua própria singularidade, caracterizando uma postura disfuncional retroflexiva, em que o seu desejo baseia-se no que os outros desejam que ela seja – mãe (POLSTER; POLSTER, 2001; RIBEIRO, 1997).

Entendemos, assim, que a postura adotada se apresenta enquanto figura rígida no campo existencial da informante, limitando a amplitude da abertura em sua vida e restringindo suas possibilidades de novas modalidades de contato, impedindo seu crescimento e expansão, pois o crescimento depende substancialmente da renovação das possibilidades de contato.

4.1.5 Dificuldades no campo relacional (S₅)

As dificuldades apresentadas por Flávia no campo relacional, sempre estiveram evidentes desde os nossos primeiros encontros em que adotava uma postura deflexiva para comigo, a fim de evitar o contato direto.

Dentre os inúmeros contextos em que esse aspecto pode ser percebido, destaco:

a. Com a nova família

De acordo com o que o ato locucionário apresenta, podemos atribuir as dificuldades no campo relacional com a família:

- À possibilidade de reviver a violência doméstica.

I: *O meu irmão fala que ela bate nele, as vezes.*

I: *Ele já jogou um copo na minha irmã caçula. Tem vez que eu to assim, na sala de aula e eu imagino o Tio Paulo entrar na escola e me dá um tapão no meu rosto...aí eu chegando em casa e ele vem me dá um monte de porrada, gritar comigo, me agredir, entendeu?”*

- Ao ser exigida de seu papel de cuidadora:

I: *As vezes eu fico com raiva da minha tia.*

P: Por que?

I: *Por que tem dia que ela exige muito de mim...ela quer algo mais. Aí eu falo pra ela que eu não vou fazer tudo aquilo que ela quer que eu seja para eles...*

P: O que ela exige de você?

I: *Ela quer que eu dê mais atenção que eu dê pra eles. Eu dê pra eles, só que ela nem fica lá pra vê!*

- Ao ser privada da possibilidade de relacionar-se com os outros:

I: *(...) A minha tia, ela percebeu que eu tava gostando do menino. Só que ela não achou ele legal. (...) É difícil eu sair, eu sou mais caseira. Quando eu vou sair, aí a Patrícia chega...Flávia umbora sair comigo, aí eu vou. Aí quando é...tia, posso sair com a Patrícia ? Aí elas pegam um susto na hora, pra onde tu vai, com quem tu vai? (...) Eu não quero que tu fique com esse menino não.*

Os conflitos no campo relacional existentes entre a informante e a família adotiva, podem ser entendidos a partir de dois aspectos básicos: a lembrança da violência sofrida e a privação de sua autonomia.

Quando Flávia assume para si a responsabilidade pelos menores, o papel de cuidadora e protetora, apresenta concomitante a necessidade de independência quanto à forma e qualidade do cuidado que oferece.

Nesse ponto, o processo de tutelamento a incomoda, pois vê-se, novamente sob a autoridade e a vontade de outrem, que no seu campo simbólico projeta o pai.

“Ela quer que eu seja pra eles”

“Ela quer que eu dê mais atenção”

“Ela quer que eu vá vê-lo”

“Ela quer que eu converse com ele”

“Ela não quer que eu converse com o menino”

No discurso da adolescente é identificado o exercício da imposição da vontade (autoridade) do outro, sob a espontaneidade da informante, o que interfere diretamente no campo relacional entre a pessoa que inicia a interação (exerce o poder) e quem responde a ela (deve obedecê-la).

Diante deste cenário, Flávia assume uma postura de acomodação e reação, compondo assim a presença de sua antítese ou “qualidade polar”. “Ela fica ali como pano de fundo, dando dimensão à experiência presente, e ainda assim é suficientemente poderosa para surgir como uma figura por direito próprio se reunir forças suficiente” (POLSTER; POLSTER, 2001, p. 76).

Assim, podemos analisar a postura adotada pela adolescente diante das inúmeras manifestações da vontade da tia, a partir de uma modalidade de polaridade da gestalt que é a cisão *topdog/underdog*, segundo Perls, na qual a luta é entre o senhor e o escravo.

O senhor ordena, dirige a repreende, e o escravo reage com sua passividade ou sua falta de compreensão, ou incapacidade, ou fingindo que tenta seguir as ordens do senhor, sem obter sucesso. Entretanto, as polaridades têm dimensões infinitas, como o modo de viver do meu irmão e o meu, minha gentileza e minha crueldade (...) (POLSTER; POLSTER, 2001, p. 77).

E no caso de Flávia, sua acomodação e reação.

No pólo que denomino como acomodação, a postura disfuncional de confluência pode ser percebida, pois, “concentra-se sobretudo em saber se os outros gostam do que ela faz” (idem, p. 108). Assim, quando a recompensa não ocorre na medida suficiente, ela retorna pesarosa, ressentida (com raiva) ou desconfiada.

Nesse contexto, Flávia se vê sob a vontade da tia: *Ela quer...ela quer...ela não quer...e* responde a isso, atendendo às expectativas que lhe são impostas, o que manifesta um problema crônico da confluência – “uma base fraca para relacionamentos” (ibidem, 2001, p. 105).

Nesse sentido, o ato locucionário da adolescente desvela suas respostas:

“Ela quer que eu seja pra eles” – e eu estou me esforçando pra ser.

“Ela quer que eu dê mais atenção” – eu dou atenção.

“Ela quer que eu vá vê-lo” – e vou.

“Ela quer que eu converse com ele” – converso e até brinco.

“Ela não quer que eu converse com o menino” – não fico, não gosto mais dele.

Sobre essa questão, Polster e Polster (2001, p. 112) acrescentam que “cada um de nós precisa ter um espaço psicológico no qual somos nossos próprios senhores e para qual algumas pessoas podem ser convidada, mas que ninguém deve invadir”

No pólo que chamei de reação, podemos perceber uma postura de Flávia no sentido da cura desta disfunção no campo relacional com a nova família, na medida que se permite expressar, questionar e emitir opiniões próprias.

“Só que eu faço pra eles do meu tipo”

Segundo Polster e Polster (2001, p. 108)“ os antídotos para a confluência são o contato, a diferenciação e a articulação. O indivíduo precisa começar a experienciar escolhas, necessidades e sentimentos que sejam seus e não tenham que coincidir com as de outras pessoas”.

Assim, acomodação e reação alternam-se enquanto figura-fundo de uma realidade existencial no campo relacional da informante que ainda representa uma gestalt aberta. Percebe-se que as resoluções internas no campo subjetivo da adolescente para lidar com as dificuldades no campo relacional com a nova família, encontram-se em desenvolvimento, compondo uma realidade em que o equilíbrio tende à expansão²⁵.

b. No convívio social

Atribuo as dificuldades encontradas por Flávia no campo relacional a dois fatores básicos: uma possível conseqüência nociva do abuso sexual sofrido e ao reforço ao isolamento social promovido pela família adotiva.

Sanderson (2005, p. 207) pontua que crianças abusadas sexualmente podem vir a apresentar-se, no campo relacional, “de forma inibida em relação a si mesma, a sua identidade e ao seu corpo”. Nesse campo, percebemos no discurso da adolescente, a manifestação de uma postura disfuncional deflexiva, que se caracteriza enquanto manobras para evitar o contato e pode se manifestar tantos pelos atos locucionários (falar em rodeios, falar sobre em vez de conversar com,

²⁵ Sobre a expansão das fronteiras de contato, tratarei na próxima unidade de significação S₆.

linguagem estereotipada, etc.) quanto pelos ilocucionários (rir daquilo que se diz, não olhar pra pessoa com quem fala, exprimir emoções brandas em substituição a emoções intensas, etc.) (RIBEIRO, 1985).

Assim, a informante apresenta por meio de manifestações verbais (ato locucionário) e não-verbais (ato ilocucionário) uma postura disfuncional deflexiva não só para comigo, mas para uma grande parte das pessoas que convivem com ela em seu meio social e que representam novas possibilidades de contato.

Compreendemos que para a adolescente, estar em contato pode demonstrar vulnerabilidade, carência e o sentimento de impotência. Ela teme que essa vulnerabilidade seja exposta ou que seja dominada, por isso evita o contato, esquiva-se.

P: Tens muitos amigos lá na escola?

I: *Não. Só duas meninas.*

P: Conversa muito com elas?

I: *Só, quando elas tão indo pra casa. **Não sei** ficar falando na sala de aula.*

P: E fora de lá?

I: *Só na escola mesmo.*

P: Tens religião?

I: *Sim. Sou evangélica.*

P: E na igreja? Tens amigos?

I: *Tenho. Só que **eu não gosto** de ficar falando por que elas são muito....patricinha.*

No ato locucionário, verificamos a função emotiva (eu) desvelando dois aspectos ligados ao convívio social.

a) Um estado:

“Não sei”

b) Um desejo:

“Não gosto”

No primeiro, verificamos o quanto a postura adotada por Flávia é fortemente influenciada pelo contexto de desempenho em que a interação ocorre. A dificuldade em relacionar-se no ambiente escolar, talvez esteja ligado à qualidade das relações estabelecidas com seus pares, onde a confiança se mostra fundamental. Outra hipótese é, mais uma vez, a possibilidade que a presença da figura de um homem esteja influenciando nesse processo.

No segundo aspecto, a dificuldade não se manifesta enfocada no ambiente, mas no conjunto relacional que a compõe e nas características que Flávia vê em seus possíveis interlocutores – “patricinhas”.

A externalização ilocucionária hostil da informante para com as “patricinhas”, conota o objetivo contido no desejo desvelado – afastar-se.

Ao retratar a proximidade com os outros por meio de manifestações de hostilidade, nos permite entender a postura que a mantém alheia ao contato, que reflete nas dificuldades encontradas em seu campo relacional no convívio social. Talvez assim, sinta-se segura a não expor seu “segredo” e a não experimentar a sensação de impotência que sente como um resultado possível do abuso sexual, diante de pessoas “melhores” que ela – “*patricinhas*”.

Nesse aspecto, importantes componentes de desempenho podem estar comprometidos e limitar a ação de Flávia em algumas áreas de desempenho. Dos componentes, destacamos a dificuldade em algumas habilidades psicossociais como conduta social, habilidades interpessoais e auto-expressão, que podem

comprometer áreas de desempenho como as atividades educacionais e lazer e diversão.

4.1.6 Expansão das fronteiras de contato (S₆)

Contato é um conceito rico e complexo que pode ser entendido como teoria, técnica ou arte. Nesta pesquisa em que buscamos o sentido atribuído ao abuso sexual intrafamiliar, nos valem de contato enquanto processo e como base fenomenológica da compreensão do significado da mudança (RIBEIRO, 1997).

Segundo Polster e Polster (2001, p. 113) o contato é o “sangue vital do crescimento, o meio para mudar a si mesmo e a experiência que se tem do mundo” baseado num conjunto de diferenças que ocorre num lugar privilegiado – a fronteira.

A fronteira é o lugar do encontro de forças e energias diferentes, independentes de sua qualidade, aspecto que deve ser levado em consideração ao tratarmos da experiência do abuso sexual intrafamiliar, pois essa “qualidade” assume papel importante no contexto de nossas análises, pois no ato locucionário apresentado pela informante, percebemos a existência de encontros de excelente qualidade e de péssima qualidade, o que conduz para um processo transformador positivo ou negativo.

Nesta unidade nos deteremos a analisar o contato positivo, que favorece a expansão das fronteiras da informante e a direciona para o crescimento e mudanças positivas.

Desde a unidade anterior (S₅) sinalizávamos alguns aspectos em que poderíamos perceber uma possível expansão das fronteiras de contato da adolescente, que nos faz retomar algumas categorias e sub-unidades analisadas.

a) A relação com os tios

Na relação com os tios, em que o ato locucionário de Flávia nos faz entender algumas de suas dificuldades no campo relacional, a informante não mantém rígidas suas fronteiras, pelo contrário, demonstra sua capacidade interna de assimilação da nova experiência. Essa proposição pode ser melhor compreendida ao percebermos Flávia se permitindo:

-Expressar seus sentimentos:

I: *As vezes **eu** fico com raiva da minha tia.*

I: *A minha tia, ela percebeu que **eu** tava gostando do menino.*

-Manifestar suas vontades:

P: Você já se interessou por alguém?

I: *Já (...).*

I: *Aí **eu falo** pra ela que, fazer tudo aquilo que ela quer que eu seja para eles...*

-Questionar as vontades das tias:

P: O que ela exige de você?

I: *Ela quer que eu dê mais atenção que **eu** dê pra eles. Eu dê pra eles, só que ela nem fica lá pra vê!*

P: Não sabe o que você faz...

I: *Nem sabe. Aí quando ela chega, ela fala. Ela gosta que eu faço comida do tipo dela. Só que **eu faço** pra eles do meu tipo (...).*

Colocando o senso do EU como figura, no seu campo relacional, Flávia esboça uma reação que sinaliza uma provável expansão de suas fronteiras, ao decidir opor-se a um relacionamento confluyente.

Imposição da autoridade	Pólo da acomodação	Pólo da Reação (Expansão)
<i>“Ela quer eu seja”</i>	No campo subjetivo atende a expectativa da tia, quando cumpre o papel esperado – a mãe	<i>“Eu não vou fazer”</i>
<i>“Ela quer que eu dê mais atenção pra eles”</i>	<i>“Mas eu dô”</i>	<i>“Só que eu faço pra eles do meu tipo</i>
<i>“Só que a minha tia quer que eu vá lá dia 28 ver ele”</i>	Relata que foi visitar o pai	<i>“Só que eu não quero”</i>

O predomínio da função emotiva (eu) no ato locucionário que ilustra o pólo da reação é reforçado por uma postura ilocucionária de decisão, vontade própria e iniciativa para a mudança. Essa idéia pode ser corroborada ao destacarmos alguns verbos que acompanham a função emotiva - *eu **faço**, eu não **vou**, eu **falo*** – indicativos da ação, locomoção/direcionamento e expressão, respectivamente, no sentido do crescimento, da mudança, de assumir o comando da situação e dar voz a sua singularidade. Assim, a promoção da expansão não ocorre de forma forçada ou consciente, por meio do contato, ela simplesmente acontece.

Esse caminho de expansão, apresentado pela informante, reverbera com a perspectiva gestalt, que valoriza a mudança numa expectativa de que a existência e o reconhecimento da novidade são inevitáveis se permanecer com as suas experiências à medida que elas próprias se formam (POLSTER; POLSTER, 2001).

Ervin e Mirian Polster (2001, p. 65) afirmam que “os sinais de que a pessoa está presente na experiência são a atenção aberta às alternativas e o senso de ter uma escolha entre essas possibilidades”. Nesse campo, o ato locucionário apresentado, aponta para a expansão das fronteiras quando a adolescente manifesta a capacidade de avaliar e escolher entre as inúmeras alternativas que a experiência lhe proporciona, desvelando a necessidade e a iniciativa para a expansão de suas fronteiras no campo relacional e no convívio social e afetivo.

I: *Os meninos da escola **eu não gosto**; os meninos da igreja **eu não gosto**. Pra namorar **tem que ser** menino de outro bairro e de outra igreja. Só que da minha igreja os meninos são muito galinha. Eles namoram com uma e com outra (...). **Aí eu não vou com eles, eu não sou besta.***

I: *Quando eu to gostando de alguém **eu não gosto** de falar pra elas.*

A capacidade de escolher, enquanto manifestação que sinaliza uma mudança no campo existencial que caminha à expansão, também pode ser associada a um aprendizado na seleção dos alimentos psicológicos que lhe são oferecidos com base no critério da auto-avaliação.

Nesse contexto, Pimentel (2005, p. 29) acrescenta que:

Em tais aprendizagens, as qualidades dinâmicas da mastigação, a práxis da agressividade positiva, a metabolização e a nutrição psicológica contribuem para o desenvolvimento de perfis infanto-juvenis e adultos autônomos, cujas posturas existenciais estão voltadas para a expansão das fronteiras de contato.

No campo das áreas de desempenho, a postura desvelada indica uma evolução na capacidade de ação nos componentes da conduta social, habilidades interpessoais e auto-expressão, que refletem nas áreas da socialização e exploração do lazer ou diversão, já que a expansão de suas fronteiras lhe permite ampliar seu campo relacional que por sua vez favorece o desempenho de seus papéis ocupacionais, de filha, aluna, mulher, etc.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esta pesquisa buscamos compreender os significados que a informante atribui à ocorrência do abuso sexual intrafamiliar, analisando seu discurso e procedendo uma interpretação fenomenológica a partir daquilo que os atos locucionários e ilocucionários produziam em nós, articulando cada unidade analisada com alguns conceitos da gestalt-terapia, nutrição psicológica e pressupostos da Terapia Ocupacional.

Evidentemente que nem todos esses conceitos e fundamentos teóricos puderam ser articulados em todas as unidades, mas sempre encontrávamos no discurso da informante alguns aspectos que podiam ser melhor compreendidos à luz dessa fundamentação.

Finalizando, devemos considerar que a perspectiva fenomenológica que norteia esta pesquisa não nos forneceu resultados preditivos ou generalizáveis, mas desvelamentos baseados na descrição e compreensão do vivido pela adolescente no seu campo existencial que reflete na sua forma de ser-no-mundo e nas interações que estabelece consigo e com seus pares.

Diante do conjunto de dados a que tivemos acesso, documentos, relatos, entrevistas, etc, procuramos, por meio da articulação entre teoria e discurso, entender novas nuances que permeiam a ocorrência da violência sexual no contexto familiar.

Atualmente não são poucas as pesquisas que se dedicam a estudar este problema. No campo fenomenológico, por exemplo, encontramos uma gama variável de análises que procuram entender facetas diferentes desse fenômeno. Nesse contexto, nossa pesquisa vem somar ao conjunto das obras que tratam desta

problemática, de forma singular, compondo um olhar único sobre essa questão, ao tratar a temática no bojo das articulações teóricas da fenomenologia existencial gestáltica em diálogo com alguns pressupostos da Terapia Ocupacional.

Sobre essa questão, destaco que as áreas e componentes de desempenho citados, foram elencados mediante a análise do discurso. Para um maior aprofundamento no campo da Terapia Ocupacional, seriam necessárias outras modalidades de intervenção como a aplicação de avaliações específicas para cada área, o que destoaria de nossa proposta. Por isso, nos limitamos a listá-las, sempre que possível, ao final de cada unidade.

Das unidades em que procedemos à análise do discurso, alguns aspectos nos direcionam a acreditar que o estudo realizado mostrou que foi possível desvelar alguns dos significados que a adolescente atribui à experiência do abuso sexual intrafamiliar. Outros, ainda necessitam de novas investigações. A riqueza dos dados coletados e a complexidade do caso estudado nos faz acreditar que estamos longe de concluir as investigações e compreensão dos significados subjetivos da informante diante da violência sofrida.

Por isso, algumas reflexões se fazem necessárias sobre os significados desvelados e possíveis desdobramentos no campo existencial e relacional de Flávia. Um aspecto que nos chama atenção e que merece destaque pela clareza com que se mostra no discurso da adolescente é o quanto a ocorrência da violência sexual sofrida interfere na forma como a mesma se vê (auto-imagem) e como se sente (auto-estima), desencadeando um conjunto de problemas no campo psíquico, ocupacional, afetivo e relacional.

Com a auto-estima e auto-imagem pobres, a adolescente tem caminhado rumo ao isolamento social, o que compromete sua área de desempenho da

socialização e mostra reflexos em seu desempenho escolar, na formação de novos vínculos sociais e afetivos, pois se vê feia e inferior às outras meninas do seu meio, “*as patricinhas*”.

Esse isolamento gerado por uma auto-imagem e auto-estima afetadas, além de comprometer o bom desempenho de seus papéis ocupacionais, também pode predispor-la à revitimização pela violência, já que no processo de aliciamento, o isolamento serve para excluir a criança ou o adolescente do resto da família, facilitando a abordagem do abusador e o segredo (SANDERSON, 2005).

Isolar-se, além de oferecer “perigo” em múltiplas áreas de seu desenvolvimento saudável, também compromete a qualidade do contato que estabelece consigo e com os outros, aspecto fundamental que conduz ao crescimento (POLSTER; POLSTER, 2001).

O contato é tido como uma função primordial que sintetiza a necessidade de união e separação do indivíduo com o outro e/ou com o meio em que se encontra inserido e que inevitavelmente o conduz à mudança. Assim, acreditamos que no contexto do abuso sexual intrafamiliar, a qualidade do contato pode estar comprometida e a diminuição dessa capacidade “aprisiona o homem na solidão” (idem, p. 112). Essa “solidão” a que Ervin e Mirian Polter (2001) se referem pode ser entendida como isolamento, afastar-se diante da possibilidade do novo contato, que pode ser compreendida como o reflexo de uma má nutrição psicológica, em que alimentos nocivos como abandono, violência, maus-tratos, dor, etc, foram-lhe oferecidos pelo “cuidador”, abusador.

No discurso de Flávia vários tipos de contatos são estabelecidos a partir dos encontros positivos ou negativos que vivencia e algumas modalidades disfuncionais são encontradas (S₃, S₄ e S₅). Como contatos positivos que colaboram

para a expansão de suas fronteiras podemos citar aqueles que estabeleceu com o pesquisador, com as educadoras do projeto arte de viver, com a diretora da escola que lhe acolheu e com os irmãos menores. Como contatos negativos que colaboram para a rigidez ou contração de suas fronteiras, podemos citar aqueles estabelecidos com os tios, com a mãe e principalmente com o pai.

Com os tios, a experiência do contato pode ter significados e repercussões totalmente opostas, por isso, não podemos dizer que foi totalmente negativa, mesmo que a violência física sempre estivesse presente e associada à tentativa de garantir e estabelecer o poder sobre a adolescente e seus irmãos menores. Os conflitos gerados a partir dessa relação foram fundamentais para que Flávia pudesse se sentir coagida diante de uma revitimização simbólica, ao ponto de reagir, expressar-se, manifestar suas vontades e sentimentos em direção à expansão de suas fronteiras.

A relação com a mãe é difícil de ser analisada, mas o que foi possível compreender no discurso da informante, é que a mãe se mostrou como negligente diante de todo o fato relatado, assumindo um papel nos abusos.

Papel que consiste em *não saber* (daí o fracasso de comunicação entre ela e a criança), ou em suspeitar e não conseguir tomar medidas necessárias para detê-lo. Tal conduta pode ser qualificada como *conivência*” (FUKS, 2005, p. 25).

Contudo, Hooper (apud FUKS, 2005) propõe uma outra perspectiva para entendermos essa tão complicada relação, caracterizando o efeito produzido na mãe pela suspeita inicial e pela descoberta posterior do abuso como *vitimização secundária*, denominando de *vitimização primária* aquela da qual o objeto é o filho.

No caso de Flávia, acreditamos que a conduta adotada pela genitora pode ser entendida por uma mistura dessas teses, pois a mãe foi tão vitimizada quanto os

filhos, contudo, mostrou-se negligente diante das investidas do marido. Se sua omissão estivesse relacionada à dúvida quanto a ocorrência dos abusos, provavelmente teria tido outra postura no dia em que teve a comprovação material deste fato.

Diferente de outras situações de vitimização secundária, como a de maridos ou mães perante estupros, nesse caso a mãe tem relações antigas com o abusador. A situação configura-se como uma difícil escolha, e não é de forma imediata que a mãe passa a acreditar na filha, ou a querer que o companheiro saia de casa. O papel da mães encontra-se fragilizado, e freqüentemente elas parecem 'desistir' de ocupar os lugares de mulher e de mãe; isso antecede, por vezes durante bastante tempo, a concretização do abuso" (FUKS, 2005, p. 26).

Diante disto, não qualificamos a mãe de Flávia como responsável pelos abusos, mas podemos entendê-la como uma figura ausente que tenta renegar suas próprias percepções, no intuito de proteger uma certa unidade familiar, ou ainda, por sentir medo da agressividade do agressor, postura que fortemente influencia a adolescente a assumir seu "papel" mesmo antes de sua morte.

Sanderson (2005) pontua que o abuso sexual em crianças distorce o sentimento de identidade da criança e causa confusão de papéis e relata muito bem essa questão no contexto intrafamiliar.

Essas crianças apresentam uma "pseudomaturidade" que as fazem parecer sensatas, responsáveis demais para sua idade, e desempenham papéis semi-adultos. Podem revezar papéis de adultos e infantis ao serem protegidas pelos pais ou agirem como superprotetoras de outras crianças mais novas, especialmente irmãos menores. Elas quase se tornam a "mamãezinha" ou homem da casa. São supersensíveis às necessidades e humores dos outros em detrimento das próprias necessidades. Essas crianças parecem muito auto-suficiente, o que mascara suas próprias necessidades desesperadas (idem, 2005, p. 208).

Em outro pólo dessa questão, encontra-se a relação que a informante estabelece com o Pai, que mostra uma maior complexidade. É a ele que Flávia dá o papel central de seu enredo e direciona a maioria dos sentimentos desvelados.

Embora não seja possível quantificar (e não é esse nosso objetivo) a relação da criança com o abusador e não se possa avaliar, considerando-se os laços sanguíneos, é preciso considerar a proximidade e a qualidade do relacionamento. Em se tratando do pai, devido a proximidade deste para com a vítima, manifesta-se o sentimento de traição, aumentando as possibilidades de um maior impacto, principalmente em se tratando do pai biológico ao invés de um padrasto. Para se compreender de modo mais pontual a amplitude deste impacto sobre quem sofre o abuso, é necessário que sejam feitas investigações sobre a qualidade, a proximidade, o significado do relacionamento, o significado que este tem para as crianças, o grau de confiança depositado no abusador e o grau de traição da confiança experimentada pela criança (SANDERSON, 2005).

Esse conjunto de fatores pode gerar uma confusão de sentimentos em relação ao agressor que necessitariam de outras pesquisas para seu desvelamento. No caso de Flávia, vemos uma relação em que a dissonância afetiva se mostra evidente (S₂) e compõe o fundo de seu campo existencial como uma situação inacabada, em que ainda não conseguiu dizer-lhe tudo que pensa e sente sobre a violência sofrida, permanecendo na intenção de dizer, no quase.

“Eu quero morrer”...quase que eu disse, “então morra praí”.

Neste sentido, Polster e Polster (2001, p. 53) acrescentam que “se essas circunstâncias inacabadas foram suficientemente poderosas, o indivíduo nunca estará satisfeito por mais que seja bem-sucedido em outras direções, até que haja um fechamento”.

Essa questão ainda pode ser visualizada quando Flávia projeta no tio a figura do pai. A adolescente se coloca, expressa, opina, gera sentimentos, etc, em relação à maioria das pessoas com quem se relaciona, principalmente as tias. Mas,

em se tratando do tio, mesmo diante de provas concretas de sua conduta violenta, nega essa possibilidade, mas vê e gera nele, situações em que sua conduta se aproxima daquela que mantinha diante do genitor.

P: Ele já bateu em você? É violento?

I: *Ele? Não. Ele não é. Mas quando ele ta com raiva... Ele já jogou um copo na minha irmã caçula. Tem vez que eu to assim, na sala de aula e eu imagino o Tio Paulo entrar na escola e me dá um tapão no meu rosto... aí eu chegando em casa e ele vem me dá um monte de porrada, gritar comigo, me agredir, entendeu?*

Por isso, em se tratando da relação com o pai, é necessário que Flávia tenha um acompanhamento psicoterapêutico que lhe auxilie na compreensão e na forma de lidar com essas questões, a fim de que possa expandir suas fronteiras sem qualquer demanda que lhe redirecione a uma nova rigidez, pois, “sempre que as questões inacabadas formam o centro da existência de uma pessoa, a efervescência mental dela fica impedida” (POLSTER; POLSTER, 2001, p. 53).

Ao entrarmos em contato com a adolescente de modo respeitoso, compreensivo e atento às suas manifestações verbais e não-verbais, pudemos identificar que os múltiplos significados que atribui à ocorrência do abuso sexual intrafamiliar encontram-se ligados a fatores que formam o fundo de onde figura a experiência do abuso, como a relação com o pai e o “novo” contexto doméstico de revitimização.

Ao concluir esta dissertação temos clareza que novos desdobramentos deitariam luz sobre o caso estudado. Se hoje, fizéssemos outra entrevista com a adolescente, talvez alguns fatores que formam o fundo e seus significados seriam

desvelados, pois no seu campo existencial o conjunto das experiências vividas é rico de possibilidades que podem fluir e a qualquer momento tornar-se figuras e atualizar o auto-contato.

A perspectiva fenomenológica existencial gestáltica, em diálogo com a Terapia Ocupacional, permitiu-nos compreender possíveis significações existenciais do abuso sexual intrafamiliar para Flávia. Apresentar este material é desejar contribuir com outros profissionais na estruturação de intervenções de cunho preventivo e tratamento, além de oferecer indicativos para prosseguirem produzindo conhecimento da subjetividade das vítimas de abuso sexual, também dos agressores e de outros familiares.

REFERÊNCIAS

ABRAPIA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTI-PROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção - guia de orientação para educadores**. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, n.8, jul./dez. 2002. p.84-135.

ANDRADE, A. N. A criança na sociedade contemporânea: do 'ainda não' ao cidadão em exercício. **Psicologia Reflexão Crítica**, Porto Alegre, v.11, n.1, 1998. p.161-174.

AOTA – AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION. Terminologia uniforme para a Terapia Ocupacional. In: NEISTDT, M. E.; CREPEAU, E. B. **Terapia Ocupacional**. Apêndice f. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2002. p. 831-836.

APA. **Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders**. 4. ed. Washington D.C: American Psychiatric Association, 1994.

ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, n.2, v.7, jul./dez. 2002. p. 3-11.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (a) **Infância e Violência doméstica**. v.1, São Paulo: LACRI-USP, 2002.

_____ (b). **Infância e Violência doméstica**. v.2, São Paulo: LACRI-USP, 2002.

_____. **Pele de asno não é só história: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família**. São Paulo: Roca, 1988.

_____ (Org.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BENETTI, S. P. C. Maus-tratos da criança: abordagem preventiva. In: HUTZ, C. S. **Situações de risco e vulnerabilidade da infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2002. p. 132-150.

BERGER, S. D. **Caminhos trilhados na busca por assistência à violência sexual: um enfoque na adolescência - relatório de progresso: período abril a outubro de 2003**. Disponível em: <<http://www.ipas.org.br/arquivos/dados/anexo8.doc>>. Acesso em: 10 jan. 2006.

BILAC, E. D. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, M. C. (Org.). **A família contemporânea em debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 29-38.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência Intrafamiliar**: orientações para a prática em serviço. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002.

_____. Ministério da Saúde. **Fundamentos técnico-científicos e orientações práticas para o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento** - parte 2: desenvolvimento. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001.

_____. **Código Penal Brasileiro**. Decreto lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940.

CARVALHO, A.; PINTO, M. V. Ser ou não ser...quem são os adolescentes? In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M. (Org.). **Adolescência**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex-UFMG, 2002. p. 11-29.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 25-62.

CRIVILLÉ, A. Nem muito, nem pouco. Exatamente o necessário. In: GABEL, M. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997. p. 132-143.

EASTMAN, A. C. Relatório mundial sobre a violência e a saúde da OMS: uma resposta ao desafio da violência. **Revista da saúde**, São Paulo, ano 3, n. 3, dez. 2002. p. 12-25.

ELKIND, D. **Sem tempo para ser criança**: a infância estressada. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. T. S. (Coord.). **Circuitos e curto-circuitos**: atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Veras, 2001.

FARINATTI, F.; BIAZUS, D. B.; LEITE, M. B. **Pediatria Social**: a criança maltratada. Rio de Janeiro: Medsi, 1993.

FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário Aurélio século XXI**. Versão eletrônica 3.0. Lexikon informática Ltda, 1999.

FUKS, L. B. Abuso sexual de crianças na família: reflexões psicanalíticas. In: VOLNOVICH, J. R. (Org.). **Abuso sexual na infância**. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2005. p. 13-32.

GABEL, M. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1997.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOLVÊA, I. Ex-marido mata mulher a tiros. **O Liberal**. Belém, 22 ago. 1998. Caderno policial, p. 10.

GONZÁLEZ-REY, F. **Epistemología cualitativa y subjetividad**. São Paulo: EDUC, 1997.

GRANDESSO, M. A. Para uma epistemologia da pós-modernidade. In: _____ . **Sobre a reconstrução do significado**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p.49-112.

GRUBITS, S.; DARRAULT-HARRIS, I. Método qualitativo: um importante caminho no aprofundamento das investigações. In: GRUBITS, S.; NORIEGA, J. A. V. (Org.). **Método qualitativo: epidemiologia, complementariedades e campos de aplicação**. São Paulo: Vetor, 2004. p. 105-132.

GUERRA, V. N. A. **Violência de Pais contra Filhos: procuram-se vítimas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **Violência de Pais contra filhos: a tragédia revisada**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GUIMARÃES, F. R. Um novo olhar sobre o objeto da pesquisa em face da abordagem interdisciplinar. In: FERNANDES, A.; GUIMARÃES, F. R.; BRASILEIRO, M. C. E. (Org.). **O fio que une as pedras: a pesquisa interdisciplinar na pós-graduação**. São Paulo: Biruta, 2002. p. 13-25.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HAZEU, M. **Direitos sexuais da criança e adolescente: uma visão interdisciplinar para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Movimento República de Emaús, Belém: Sagrada família, 2004.

_____. **Banco de dados sobre violência e contra criança e adolescentes na região metropolitana de Belém de 1998 – 1999: Dados e reflexões sobre a problemática**. Belém: Movimento República de Emaús. Centro de defesa da criança e do adolescente Emaús, 2001.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

HUIZINGA, J. **O declínio da Idade Média**. Tradução Portuguesa. Lisboa/Rio de Janeiro: Ulisseia, 1978.

HUTZ, C. S. (Org.). **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

JORGE, R. C. **Psicoterapia Ocupacional: história de um desenvolvimento**. Belo Horizonte: GESTO, 1995.

KRISTENSEN, C. H.; FLORES, R. Z.; GOMES, W. B. Revelar ou não revelar: uma abordagem fenomenológica do abuso sexual em meninos. In: BUINS, M. A. T;

HOLANDA, A. F. **Psicologia e Pesquisa Fenomenológica**. São Paulo: Ômega, 2001.

LESSARD-HÉBERT, M.; GOYETTE, G.; BOUTIN. **Recherche Qualitative**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

LISBOA, C. S. M.; KOOLER, S. H. Considerações éticas na pesquisa e na intervenção sobre violência doméstica. In: HUTZ, C. S. (Org.). **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência**: aspectos teóricos e estratégias de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MARCONDES FILHO, C. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. **Perspectiva**, São Paulo. n.2, v.15, abr./jun. 2001. p.20-27.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, n. 2, v. 30, mai./ago. 2004. p. 289-300.

MEDEIROS, M. H. R. **Terapia Ocupacional**: um enfoque Epistemológico e social. São Carlos: EdUFSCAR, 2003.

MELLO, R. P. **Do estranhamento à familiaridade**: estratégias e contradições na construção da noção de “abuso sexual infantil intrafamiliar”. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

MONTEIRO FILHO, L.; PHEBO, L. B. **Maus-tratos contra criança e adolescente**: Guia de orientação para profissionais de saúde. 2. ed. Petrópolis: Autores&Agentes&Associados, 1997.

MOTTA, M. P.; TAKATORI, M. A assistência em Terapia Ocupacional sob a perspectiva do desenvolvimento da criança. In: DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. (Org.). **Terapia Ocupacional no Brasil**: fundamentos e perspectivas. São Paulo: Plexus Editora, 2001. p. 117-135.

MOVIMENTO REPÚBLICA DE EMAÚS – **Relatório geral**, Belém, 2004.

NASCIMENTO, B. **A loucura, trabalho e ordem**: o uso do trabalho e da ocupação em instituições psiquiátricas. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

NIC – NATIONAL INFORMATION CLEARINGHOUSE. **What is Child Abuse and Neglect?** Disponível em: <<http://www.childwelfare.gov/pubs/factsheets/whatiscan.cfm>>. Acesso em 20 mar. 2006.

NOGUEIRA, S. E.; SÁ, M. L. B. P. Atendimento psicológico a crianças vítimas de abuso sexual: alguns impasses e desafios. In: PRADO, M. C. C. A. (Coord.). **O mosaico da violência**: a perversão na vida cotidiana. São Paulo: Vetor, 2004.

OZELLA, S.. A adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais In: _____ (Org.). **Adolescências construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003, p. 17-40.

PLAC – PROGRAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA COMUNITÁRIA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Belém: UEPA, 2001.

PEARLS, F.; HEFFERLINE; R.; GOODMAN; G. **Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.

PERLS, F. S. **Escarafunchando Fritz: dentro e fora da lata do lixo**. São Paulo: Summus, 1979.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, n. 5, v. 81, nov. 2005. p. 197-204.

PIMENTEL, A. **Psicodiagnóstico em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Nutrição psicológica: desenvolvimento emocional e social**. SP: Summus, 2005.

PINTO JÚNIOR, A. A. **Violência sexual doméstica contra meninos: um estudo fenomenológico**. São Paulo: Vetor, 2005.

POLSTER E.; POLSTER, M. **Gestalt-Terapia Integrada**. São Paulo: Summus, 2001.

PORTO, M. S. G. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, jul./dez. 2002. p.152-171.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia: refazendo um caminho**. São Paulo: Summus, 1985.

_____. **O Ciclo do Contato**. São Paulo: Summus, 1997.

RIBEIRO, M. A.; FERRIANI, M. G. C.; REIS, J. N. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 2, v.20, mar./abr. 2004. p. 456-464.

RICOEUR, P. **Teoria das interpretações**. Lisboa: Edições 70, 1999.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. 6. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003. p.73-88.

ROSA, S.; SILVA, S. M. Proteção *versus* agressão: Violência doméstica como a grande contradição familiar. In: Movimento República de Emaús. **Violência contra crianças e adolescentes em Abaetetuba, Belém, Cametá e Paragominas**. Belém: Centro de defesa da criança e do adolescente, 2004. p. 20-24.

ROUYER, M. As crianças vítimas, conseqüências a curto e médio prazo. In: GABEL, M. (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1997. p. 62-71.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais**. São Paulo: M. Books, 2005.

SANTOS, N. R. O caminho para combater a violência e promover a paz. **Revista da Saúde**, São Paulo, ano 3, n. 3, dez. 2002. p. 4-5.

SANTORO JÚNIOR, M.; GUERRA, V. N. A. Münchhausen syndrome by proxy: “uma doença fabricada”. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Telecartas-Abril**. Universidade de São Paulo: LACRI, 2003. p. 04-14.

SEI, M. B. **Desenvolvimento emocional e os maus-tratos infantis**: uma perspectiva Winnicottiana. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2004.

STEIN, E. **Epistemologia e crítica da modernidade**. 3. ed. Ijuí-RS: Unijuí. 2001.

STEINBERG, S. R.; KINCHELOE, J. L (Org.). **Cultura Infantil**: a construção corporativa da infância. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. 6. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003. p.23-27.

TEICHER, M. H. Feridas que não cicatrizam: a neurobiologia do abuso infantil. **Scientific American Brasil**. n.1, jun. 2002. p. 83-89.

THEOPHILO, R. **Violência Psico física na criança e no adolescente**. Disponível em: <<http://www.psicologia.org.br/internacional/ap26.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2004.

UNIP – UNIVERSIDADE PAULISTA. **Palestra sobre conceito neuroevolutivo**. 2004. Disponível em: <<http://www5.unip.br/comunicacao/exibenoticia.aspx?codnoticia=1105>>. Acesso em: 15 mai. 2006.

ZALUAR, A. Violência e crime. In: Miceli, S. (Org). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré; ANPOCS, 1999. p. 13-107.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM A INFORMANTE

A seguir, apresento a transcrição completada da entrevista de Flávia, em que usei “I” para identificar as falas da informante e “P” para as falas do pesquisador. Os nomes das pessoas envolvidas, são fictícios.

Ao sentarmos para a entrevista disse:

P: Bom, deixa eu pegar aqui meu gravador pra gente começar (abri minha pasta e retirei o gravador para pô-lo em cima da mesa). Ela então demonstrou uma expressão de descontentamento com aquele ato e disse:

I: Poxa, você tinha que tirar o gravador?

P: Sim. Não posso gravar sem você saber que está sendo gravada.

E brinquei:

P: Você poderia me processar depois.

Ela riu.

Neste momento liguei o gravador e coloquei-o em cima da mesa:

P: Vou deixá-lo aqui. Vamos fazer de conta que ele não está ai. Não vamos olhar para o gravador. Mas por quê? Tem trauma de gravador?

I: Não.

P: Sim, Flávia. O que estávamos conversando? Ah, você estava preocupada se eu ia me embora ou não. Por que essa preocupação?

I: Por que? Sei lá.

P: Tu tens medo de quê? De eu te entrevistar e sumir?

I: É assim...não...por que...eu já conheço melhor você e a Ingrid.

(Ingrid é a Terapeuta voluntária que também interagiu com o grupo)

P: Você acabou se identificando com agente?

I: *É. Vocês são pessoas legais.*

P: Eu já falei pra ti da nossa pesquisa, dos nossos objetivos. Hoje quero conversar um pouco sobre a tua história de vida. Falar sobre isso te incomoda?

I: *(Com um olhar tristonho.) Às vezes.*

P: Por quê?

I: *Por que? Por que eu não gosto, ora. Falar... sobre a minha vida. Mas algumas vezes, depende pra quem eu vô falar.*

P: Dependendo com quem você vai falar, faz com que você se sinta mais ou menos a vontade?

I: *É.*

P: Comigo você se sente à vontade ou está incomoda?

I: *A Vontade, agora eu te conheço...*

P: Ser um homem que te entrevista te incomoda?

I: *Ah, algumas parte da minha vida, isso incomoda.*

P: Se uma mulher te entrevistasse se sentiria diferente?

I: *Sim.*

P: Por que?

I: *Por que? Por que... assim... deixa eu vê como posso te falar...pode ser por que...ah. não sei como te explicar.*

P: Mesmo eu sendo já familiar pra ti, ainda te incomoda a figura masculina?

I: *Diminui mais.*

P: O que você pensou quando eu propus te entrevistar?

I: *Pensei assim...ele vai querer saber tudo da minha vida e depois ele vai pegar e vai espalhar pra todo mundo, aí todo mundo vai ficar sabendo, aí todo mundo vai ficar me olhando assim...ah, eu sei a história dessa menina, é feia, é assim... assim... sabe como é...me discriminando.*

P: Eu sei. Você acha que a tua história, é uma história feia?

I: *As vezes. Pra mim é, eu não gosto que ninguém saiba, aí...pra mim é feia.*

P: Quando eu pedi para te entrevistar você começou a pensar essas coisas?

I: *Não, pensei assim...por que...o que é que vai me entrevistar, o que é...sobre o que...isso que eu pensei.*

P: E hoje, depois que já conversamos em outros dias, você está mais tranqüila?

I: *Tô.*

P: Podemos continuar, agora, nossa entrevista?

I: *Sim.*

P: Você está estudando? Qual série?

I: *6ª. É uma série feia, né?*

P: Feia?

I: *É.*

P: Por que?

I: *Por que eu faço...eu faço 5ª e 6ª e eu tenho 18 anos. É feio né.*

P: Isso é feio?

I: *É. Quando alguém me perguntar assim...Flávia que série tu faz. Ah, eu faço supletivo. Credo, não acredito que tu tens 18, todo mundo fala assim,...horrível.*

P: Não é horrível. Todos nós temos problemas e as vezes acontecem coisas que nos impedem de estudar. Você é tão jovem, tem 18 anos, lembra que antes eu te falei que tenho alunos com idade de serem meus pais, mas só agora estão estudando? Qual o turno em que você estuda?

I: *De noite.*

P: Tens muitos amigos lá na escola?

I: *Não. Só duas meninas.*

P: Conversa muito com elas?

I: *Só, quando elas vão indo pra casa. Não sei ficar falando na sala de aula.*

P: E fora de lá?

I: *Só na escola mesmo.*

P: Tens religião?

I: *Sim. Sou evangélica.*

P: E na igreja? Tens amigos?

I: *Tenho. Só que eu não gosto de ficar falando por que elas são muito....patricinha.*

P: Como é a tua presença lá na tua igreja, de que forma você participa?

I: *Já tive mais lá, agora não to muito participando não.*

P: Por que diminuiu a participação?

I: *É assim, eu...eu gosto muito de cantar. Lá não tem coral para cantar, aí eu...eu também eu não faço muita questão como eu fazia antes.*

P: Com quem você mora?

I: *Minha tia (disse com a expressão séria).*

P: Tua tia e quem mais?

I: *Nós cinco de irmãos e minha tia.*

P: Quantas mulheres e quantos homens?

I: *Dois homens e três meninas.*

P: Alguém mais na casa?

I: *É. Quer dizer...nossa casa, da tia Marta e do tio Paulo, por isso eu to com os dois juntos.*

P: Teus tios são irmãos da tua mãe, do teu pai ou tios agregados?

I: *Agregados.*

P: Como é a tua relação com teus irmãos?

I: *Normal.*

P: É você que cuida deles?

I: *Quando a tia não ta em casa eu fico lá cuidando, já fiz almoço pra eles, o lanche pra aula...*

P: Você se sente responsável por eles?

I: *Sinto. As vezes. As vezes eu fico com raiva da minha tia.*

P: Por que?

I: *Por que tem dia que ela exige muito de mim...ela quer algo mais. Aí eu falo pra ela que eu não vou fazer tudo aquilo que ela quer que eu seja para eles...*

P: Mas o que ela quer que você seja para eles?

I: *Sei lá. Mas ela nunca ta satisfeita. Toda hora briga...reclama.*

P: O que ela exige de você?

I: *Ela quer que eu dê mais atenção que eu dê pra eles. Eu dê pra eles, só que ela nem fica lá pra vê!*

P: Não sabe o que você faz...

I: *Nem sabe. Aí quando ela chega, ela fala. Ela gosta que eu faço comida do tipo dela. Só que eu faço pra eles do meu tipo. Só que eles gostam...gostavam como eu fazia...Aí ela chegou e mandou eu fazer do jeito dela (falando com raiva). Ela chega lá da escola dela e fica com raiva. Por que tu fez assim, não sei o que (fala brigando imitando a tia). Ah, a senhora come, se quiser comer, se não, não come (risos).*

P: Você briga com ela ?

I: *Não. Só as vezes...eu não sou de ficar assim, respondendo na cara de ninguém.*

P: E como é a relação dos teus irmãos com ela?

I: *Com ela? Ah, tem vez que eles pego ...aí eles fico com raiva dela.*

P: Por que?

I: *Por que é assim. O meu irmão fala que ela bate nele, as vezes. Ela só bate nele porque nós não somo nada pra ela.*

P: Qual irmão?

I: *É o mais velho.*

P: Qual a idade dele?

I: *11. Ele fica com raiva. Um dia eu cheguei, ela tava lá pro canto, né. Tia Marta me deu porrada (falando com raiva imitando o irmão). Por que ela te bateu? Tava eu e a Izabela, a Izabela é deste tamanho (gesticulando, mostrando que é de baixa estatura) criança ainda, quando ela me bateu eu tava lá no canto brincando...*

P: Izabela é a caçula?

I: *Não a Izabela é só nossa prima mesmo.*

P: Prima, filha dela?

I: *É. Aí duas hora ela foi pra lá brincar com ele aí ela pegô,...”mas titia foi ela que veio brincar pra cá”. Aí ela ela pegô, não tava nem aí, ela chegô lá e deu um tapão nele. Ele pegô e veio pra cá chorando. Aí falo, a titia me dá*

porrada, só me dá porrada por que eu não sô nada pra ela, por isso que ela faz isso comigo. Aí ele ficô com raiva, ele não gostou.

P: Tem mais algum irmão teu que tem conflito com ela?

I: *Já teve conflito com meu tio, já. Com o Paulo, né?*

P: Esse tio, é irmão do teu pai ou da tua mãe?

I: *Não nenhum deles é tio de verdade.*

P: O tio Paulo é marido dela?

I: *É.*

P: Quem já teve atrito com ele?

I: *Com o Marcos, o caçula.*

P: Quantos anos tem o caçula?

I: *10. Aí ele fica com raiva por que o tio quando ta com raiva, ele faz menção que vai dar um soco na gente. Ele é capaz mesmo.*

P: Ele já bateu em você? É violento?

I: *Ele? Não. Ele não é. Mas quando ele ta com raiva... Ele já jogou um copo na minha irmã caçula. Tem vez que eu to assim, na sala de aula e eu imagino o Tio Paulo entrar na escola e me dá um tapão no meu rosto...aí eu chegando em casa e ele vem me dá um monte de porrada, gritar comigo, me agredir, entendeu?*

P: Você tem 18, quais as idades dos outros irmãos?

I: *Patrícia com 15, Marta com 13, Adriano com 11 e Marcos com 10.*

P: Aqui em Belém você tem algum parente?

I: Não.

P: Onde estão os parentes de vocês?

I: *Da parte da minha mãe estão em Minas Gerais. Da parte do meu pai estão em Santa Catarina.*

P: Conheces Santa Catarina?

I: *Quando eu era pirralha.*

P: E você não tem contato com algum desses parentes?

I: Não.

P: Você os conhece?

I: Não.

P: E tua mãe?

I: *Não tenho mais.*

P: Tua mãe é falecida?

P: (com a cabeça diz que sim) Você tinha quantos anos quando ela faleceu?

I: 11.

P: Como ela morreu?

I: *Meu pai matou minha mãe (falando com naturalidade).*

P: Como foi?

I: *Foi assim. Meu pai nesse dia pegou eu e minha irmã, né, a Patrícia... aí ele pegou eu e ela e começou a dar porrada em nós...*

P: Por que bateu em vocês? Tava bêbado?

I: Não. Tava normal.

P: Era comum ele bater em vocês?

I: Era (falou de modo natural).

P: Sim...

I: *Aí ele pegou e começou a dar porrada na gente. Tinha um monte de pau no canto da sala, o que ele encontrava pela frente ele dava. Aí ele pegou, mandou, a casa era grandona, a casa tava limpinha mas ele mandou a gente limpar tudo de novo. A casa do Bengui. Ele pegou, mandou limpar a casa todinha. Só de raiva. Depois, a piscina tava limpa, ele mandou, limpar, já tava de noite. 11 horas, ele mandou nós ficar de castigo. Uma ficou no quarto e outra ficou lá na escada. Aí nós ficamos. Eu peguei e saí sem ele vê, fui lá botar o lanche pros meninos jantarem, depois eu fiz eles dormirem rapidinho e voltei pra lá. Depois ele pegava, ele subia. Quando ele subia era só pra dá porrada na gente, ele batia em nós. Depois ele pegou, mandou nós dormir, aí ele falou assim mesmo: Olha amanhã vocês vão todos pra aula, se eu souber que vocês conversam por aí, que vocês tão falando com algum menino, vocês vão virar casaco de pele. Eu peguei, fiquei com raiva. Antes de nós dormir, ele me deu um tapão no meu rosto. A Patrícia ficou, “bora Flávia”, chamei ela. Aí depois a minha mãe me viu, ela disse, ei menina ta chorando? Eu disse, não. Quando olhei pra cima meu pai fez bem assim pra mim (mostrando a mão aberta como sinal de ameaça de batê-la novamente). Eu contei tudinho pra diretora da escola onde estudava, o que tava acontecendo, que dava porrada em mim. Ele*

chegou até abusar de mim. Dos meus irmãos, de todos, abusou de todos, até do pequenininho.

P: O que fez além de bater?

I: Bateu e abusou. *Quando meu irmão fazia cocô na casa, ele fazia ...esfregava na cara dele, fazia ele comer. Quando tava fazendo o almoço, nem via o que tava acontecendo. Só via os meninos gritando pra lá na casa.*

P: Enquanto tua mãe era viva?

I: *Enquanto ela era viva.*

P: Ela sabia disso?

I: *Eu contava pra ela.*

P: Como ela reagiu?

I: *Ela ia levar a gente no conselho tutelar. Só que meu pai soube, aí ele chegou com ela e falou.*

P: O que?

I: *Que se ele perdesse, nós pra ela, ele ia matar ela. Ela ficou com medo não quis mais.*

P: Chegou a levar vocês no Conselho tutelar?

I: *Chegou.*

P: O que fez o Conselho Tutelar?

I: *la levar a gente pra fazer exame de corpo de delito. Só que não chegou a fazer o exame por que pensou que era mentira minha.*

P: Quem disse que era mentira?

I: *A mamãe. Ela chegou a pensar que era mentira minha.*

P: Não acreditou em ti?

I: *Não. Ela só soube quando pegou na minha farda e tava toda suja de pau. Daí nós fomos...fugimos lá pro Conselho Tutelar.*

P: Você e teus irmãos?

I: *A diretora levou nós duas. Eu e Patrícia, o resto ficaram tudinho em casa.*

P: Como ela decidiu levar vocês lá?

I: *Foi assim. Nós chegamos chorando lá. Aí a Patrícia...Não conta irmã, não conta...*

P: Chegaram chorando por que?

I: *Por que ele tinha abusado e queria dá porrada em nós. Ai ela pegou...Flávia o que vocês viram fazer aqui? Eu disse, eu vou contar pra diretora e a Patrícia ficou insistindo, não conta, não conta, vai da porrada tu vai vê. Eu contei pra diretora e ela disse que tinha que tomar uma atitude sobre isso. Ela pegou nós no mesmo dia. Tinha portão na frente a atrás, ela pegou e fugiu com nós duas...levou nós. Nesse dia era até prova... eu peguei... fui pra lá.*

P: Ficaram lá no conselho tutelar?

I: *Nós ficamos um tempão lá. Eu disse, tia, a senhora não vai chamar os meninos pra vir pra cá? Eles tão vindo. Depois ligaram pra lá pro conselho e falaram, olha fala aí pra Flávia que a mãe dela morreu. Eu ouvi.*

P: No mesmo dia?

I: *No mesmo dia. Eu peguei e fiquei ouvindo e eu disse, tia, e ela mentiu pra mim, que não. Depois a Patrícia começou a chorar. Eu disse, não chora Patrícia, não morreu não. Era mentira deles. Depois a mulher falou a verdade, “olha Flávia, sua mãe morreu”. Eu nem liguei, pra mim ela tava mentindo pra mim. Ela falou assim, “tu não vai chorar não?”. Eu falava, ah não, ela ta mentindo. Ela, “não Flávia, tua mãe morreu de verdade”. Como? Naquela hora eu perguntei pra senhora e a senhora disse que ela não tinha morrido? Mas agora não é. Pra mim era mentira. Ela mentiu a primeira vez pra mim...Aí depois lá vem os três, né.*

P: Quem foi buscar?

I: *O Conselho. Eles me vira e vieram correndo, me chamando Flávia, Flávia... quando eu fui ver o que era... a mamãe morreu.*

P: Mas eles viram?

I: Não.

P: Como foi que aconteceu a morte da tua mãe.

I: *Foi assim: Meu pai entrou lá em casa. Ele tinha revólver. Ele encheu de bala e falou, agora, hoje eu mato ela. A mulher que cuidava de nós, disse: “não seu Rogério, não faz isso”. Ele disse: eu mato ela .Ele pegou cerveja, bebeu uns três copos, aí depois ele foi atrás dela. Nessa época, era época de círio. Um menino foi avisar ela e disse: foge. Ela disse: “por que?” “Por que o seu Rogério vem aí, ele vai te matar”. Ela olhou pro cara começou a rir e o cara perguntou: por que tu ta rindo? Por que quem morre em época de círio é Peru. Ela ainda tirou graça (rindo).*

P: Onde ela estava?

I: *Ela fazia jogo do bicho.*

P: Tinha um ponto onde ela ficava?

I: *Tinha.*

P: Qual o motivo dele querer matá-la?

I: *Por que se ela ficasse com nós, além dele ser preso, ele nunca quis dar a casa que ele tinha pra ela. Ele não queria dar e não queria perder nós pra ela.*

P: Ele tinha medo de perder vocês?

I: *É porque ele, com certeza, ele sabia que nós fomos pro conselho, e ela sabia que ia sobrar pra ele. Aí ele ficou com raiva, foi lá e matou ela.*

P: E ele a matou lá no ponto mesmo?

I: *Foi. Ele chegou lá, ele tinha carro.*

P: Teu pai trabalhava com o que?

I: *Meu pai era dono de um restaurante...*

P: Lá no Bengüí?

I: *Em Icoaraci...depois não deu certo, ele arranjou briga lá pra Manaus. Ele vivia viajando. Pra onde ia, ele matava um.*

P: É?

I: *É. (Rindo e contando o fato com muita naturalidade).*

P: Como você sabe disso?

I: *Porque eu sei, porque eu fui atrás pra saber como era meu pai.*

P: Onde obtiveste estas informações?

I: *Eu perguntava pros outros. E todo mundo dizia: “o teu pai é assim e assim”. Um dia ele chegou, lá no Bengüí, a minha mãe já tinha deixado meu pai, ela tava grávida. Ele foi lá na casa da mulher com quem ela morava. “Se tu não mandar a Rosa embora, eu venho aqui e te mato e faço esse teu filho sair pela boca ainda”.*

P: Ele falou pra quem?

I: *Pra mulher, que ficou com a minha mãe. Ele ameaçou a mulher onde ela foi se abrigar pra que ela voltasse pra casa.*

P: E ela voltou pra casa?

I: Não, *ela foi pra outra casa.*

P: Vocês ficaram com ele?

I: *Sim.*

P: Você disse que ele a matou no ponto em que ela trabalhava?

I: *Foi. Ele chegou lá e disse: “ faz um jogo pra mim”. Ela olhou pra ele normal e disse: peraí que eu vou fazer. Aí quando ela abaixa a cabeça pra escrever, ele tira a arma e põe bem na nuca dela. Aí ele atira nela, dá três tiros: um na nuca, aí quando ela caiu a mão dela vem pra frente e um outro tiro pegou aqui (mostrando uma região do dorso do antebraço) e um outro no coração dela. Aí encheu de gente, em vez de pegarem meu pai, não, ficaram lá em cima dele olhando minha mãe, aí ele pegou o carro e fugiu.*

P: Ele foi preso quando no mesmo dia?

I: Não..égua...demorou. *Ele fugiu.*

P: E deixou vocês lá no Conselho Tutelar...

I: *O povo que não são besta, entraram e roubaram tudinho, tudo que tinha de bom, levaram.*

P: Você e teus irmãos foram abusados desde que idade?

I: *Ah, eu não lembro isso aí. Ele deixou a mamãe e nós ficamos um tempão com ele.*

P: Quanto tempo?

I: *Anos.*

P: Quando tua mãe tava em casa, tinha abuso?

I: *Não, quando eles brigavam tinha o quarto de hóspedes, aí ele pegava e empurrava ela pra lá, pra dormir lá no quarto de hóspedes. Aí ele dormia com nós cinco, nós cinco não, nem tinha o caçula ainda, aí ele dormia com nós trancado lá.*

P: Ele abusava dos quatro?

I: *Não. Ele marcava o dia de cada um.*

P: Como?

I: *Nós tava dormindo, aí ele ia lá...quem fosse o primeiro, ele pegava. Aí ele pegava, carregava no colo e botava lá na cama dele e ficava mexendo com nós.*

P: Aí vocês já sabiam o que ia acontecer?

I: *Já.*

P: Ele escolhia um de cada vez?

I: *É, ele escolhia. Tava assim, ó: Dormia um na cama, Marta dormia do outro lado; quem dormia junto só era eu e a Patrícia. A Marta, ele mexia mais quando tava de tarde. Pra eu saber que ele tava mexendo com ela, foi porque eu via ela ta brincando, sabe...e teve um dia que ela não tava mais. Aí teve que chamar ela: Marta vem cá, “ela, que é?” O pai mexe contigo? “E ela, como?” Mexendo contigo. Aí eu peguei uma boneca, tirei todinha a roupa da boneca e falei olha...faz de conta que tu é o pai, como é que o pai faz contigo? Ela passou um tempão pra ela fazer pra mim, aí depois que ela pegou e mostrou pra mim.*

P: O que ela fez na boneca?

I: *Ela passou a mão na...no... no coisa dela. Na vagina dela. Eu disse: a Marta vai ficar dormindo aqui com nós. Aí tem vez que eu nem dormia. Aí quando eu tava lá acordada, que eu tava vendo, ele chegava e ele não mexia.*

P: Não mexia com eles quando você ficava acordada?

I: *É. Aí eu ficava acordada de noite. Pelo menos assim ele não mexia com ninguém.*

P: E o teu irmão caçula, chegou a ser abusado?

I: *Chegou. Só que nenhum deles se lembra mais.*

P: Como você sabe que eles não lembram?

I: *Eu jogo verde pra eles.*

P: Como é que tu joga verde pra eles?

I: *Assim: Eu falo Marcos, tu lembra quando a gente dormia no quarto do Pai? – “Um pouquinho” - O pai mexia contigo Marcos (rindo ao lembrar do irmão) – “Não. Como assim mexer?”- Pegar aqui em ti menino (demonstra*

pegar no pênis do irmão). E ele, " não!" E o Marcos me olhou assim..."por que?"

Por nada. Ainda bem né, que eles não lembram.

P: E por que essa tua preocupação em saber se eles lembram ou não?

I: *Ah, por que eles podem ficar com raiva, e...revoltado com a vida. Sei lá.*

P: Tu és revoltada com a vida? (Ela riu)

I: *Ah, as vezes, quando eu to triste eu fico com raiva.*

P: Agora, que você está falando pra mim, o que está sentindo?

I: *Agora não to sentido nada.*

P: Estás bem?

I: Tô.

P: O que você acha que teus irmãos sentem em relação ao teu pai:

I: *Eles não gostam dele. Do abuso eles não lembram, mas lembram que ele batia neles. Era dono de uma loja e os meninos iam lá. Tinha roupa lá, os meninos queriam roupa. Papai dá uma roupa pra mim...Não ia custar nada...toma meu filho, toma essa roupa pra ti. Ele pegava, gritava com eles, batia*

P: Quais sentimentos você tem com relação ao acontecido?

I: *Tem dia que penso nisso tudo que aconteceu...aí me dá muita raiva, muita raiva (risos). Quando penso no meu pai, que se eu pegasse ele, dá vontade de pipocar a cara dele.*

P: Sente vontade de bater nele?

I: *É. Hoje ele ta preso agora.*

P: Tu vais visitar, tu falas com ele?

I: *Eu falo. É o jeito.*

P: Você se sente obrigada a ir?

I: *Não. Por que é assim ó. Ele pega as coisas, e ele tem que ficar dando dinheiro pra nós, por que como é que a gente vai ficar comendo? A casa que a gente mora é alugada. Aí tem que pagar pra gente. Ele dá é...pensão pra nós.*

P: Qual é a fonte de renda dele hoje?

I: *Na cadeia? Ele pede pra mulher dele, uma outra mulher agora...uma doida que fica com ele.*

P: Ela traz dinheiro para ele que passa para vocês?

I: *Ele tem uma loja e uns sete pontos de venda que ele aluga. Ele tem a casa que nós morava. É alugada.*

P: Ele tem dinheiro?

I: *Tem dinheiro, mas é mão de vaca.*

P: O que você sente quando encontra com ele?

I: *Eu trato....é o jeito...por que ele fica...com raiva, quando eu não chamo ele de pai. Uma vez eu chamei ele de Rogério. “Tu é doida é? Te lembra que eu sou teu pai, não sei o que” (imitando o pai).*

P: Isso é quando tu não chamas ele de pai?

I: *É. Ele fica com raiva. As vezes eu falo assim...brincando. Fale seu Rogério (rindo).*

P: Tu brincas com ele?

I: *Eu brincava antes, quando ele tava solto. Depois que nós viemos pra cá, pro Emaús, que começou a cuidar do caso, ele foi preso.*

P: Ele não foi preso pela morte da tua mãe?

I: *Não. Foi por nós. Aí quando eu vou lá ainda bota a culpa em mim ainda.*

P: O que ele diz pra ti?

I: *Que tudo que ta acontecendo...que aconteceu...é tudo mentira, aí fala assim mesmo pra mim. Minha filha eu nunca te vi nua na minha vida, não sei o que (imitando o pai). Mentira que todo mundo da rua já viu que o meu pai não tava nem aí pra nós. Eu andava só de calcinha na rua quando eu era pirralha. Todo mundo sabe lá na rua. Eu tenho até vergonha de ir pra lá (Risos).*

P: Os vizinhos sabem?

I: *Os vizinhos sabem. Aí ele, (imitando o pai) “por essa luz que eu to vendo, eu queria ficar cego”. Ah. Nem praquela luz espocar na cara dele e ele ficar cego mesmo (fala não com raiva mas com humor). É, eu fico olhando pra ele.*

P: Hoje como você descreve a relação de vocês?

I: *Minha relação com ele? (Silêncio.)*

P: O que ele representa pra você?

I: *Pra mim? Qualquer pessoa, assim.*

P: Quais sentimentos você tem em relação a ele?

I: *Eu tinha pena dele. Agora não tenho mais.*

P: Hoje você sente o que?

I: *Nada. Raiva às vezes.*

P: Raiva?

I: *Porque, eu penso é tipo assim...uma outra filha, assim...uma outra pessoa queria ver ele morto já, nem ia lá visitar ele, ficar levando as coisas pra ele. E ele ainda fica lá falando um monte de coisa. Aí me dá raiva. Um dia desses ele falou: “Eu quero morrer”...quase que eu disse, “então morra praí”. Aí vim embora de lá, nem dei confiança pra ele. Quando eu chego lá ele fica lá chorando – “minha filha me tira daqui, só tu que pode fazer isso” - eu me finjo de besta, não sei de nada. Eu não sei de nada. Te vira aí.*

P: Tu visitas ele com que frequência?

I: *Assim, quando ta acabando o mês já, aí eu vou lá, mas esse mês que passou eu não quis ir.*

P: Por quê?

I: *Não quis.*

P: E como recebe o dinheiro?

I: *O dinheiro. Ela manda botar lá no banco.*

P: Então você não tem necessidade de ir lá por causa do dinheiro?

I: *Mas aquela mulher lá...ela não dá o dinheiro todinho. Tem vez que ela põe só cinqüenta, cem,...lá. Só isso?*

P: Quanto é que ele deposita pra vocês?

I: *Quase dois salários. E ela põe só um pouquinho...E aí que eu tenho que ir lá falar pra ele. Cadê o resto do dinheiro, ta mandando pra onde? Pro bolso dela (com revolta).*

P: *E quando ele está depositando tudo direitinho, você vai visitá-lo?*

I: *Vou por que ele fica falando lá. E as vezes penso no que os outros falam – “Flávia tu tens que perdoar o teu pai, é teu pai” - Os outros falavam pra mim. Aí depois, só quando eu tinha pena dele, aí eu fico pensando...eu vou lá por que, já pensou se ele morre, aí depois eu vou ficar pensando assim, puxa eu nunca mais vou ver o papai, poderia ir ver pelo menos um dia. Aí eu fui lá. Mas só que eu não fui lá, mais.*

P: *Faz quanto tempo que você não vai lá?*

I: *Só um dia que eu fui.*

P: *Um dia como?*

I: *É. Todo final de mês. Só que eu não to com vontade de ir lá não. Só que a minha tia quer que eu vá lá dia 28 ver ele. Aí eu falei pra ela que...ah, eu não vou.*

P: *Por que ela quer que você vá lá?*

I: *Ela quer que eu converse com ele...*

P: *Para que?*

I: *Pra ele pegar logo e dividir a casa, ela quer que eu pegue os meninos, por que... quem ta cuidando dos meninos no âmbito da....tutela deles é a tia Rita que não é casada, entendeu? Ela mora em outra casa, mas ela vai de vez enquanto vê se tá tudo em ordem.*

P: Eu percebo que você fala pra mim do ocorrido com tranquilidade. Como você me explica isso?

I: *Como eu explico? Deixa eu explicar...é por que, pra mim, as vezes tudo já passou muito tempo já que tudo aconteceu.*

P: Ta com quantos anos já?

I: *Uns oito. Então. Antes eu tinha muita raiva. Quando eu andava aqui na rua...tia olha aquele menino me olhando, a senhora já contou pra ele? E as vezes a pessoa nem me conhecia. Pra mim, todo mundo que me olhava, sabia da minha história.*

P: Era o que você pensava?

I: *Era, porque eu ficava com muita raiva, eu tinha medo de andar na rua, de ver ele e ele querer me pegar de novo, tinha medo de andar pela rua por ai pra passear.*

P: Como você era antes do abuso?

I: *Ah, antes eu tinha medo. Se eu fosse sair com alguém, eu só saía pegando na mão de alguém, de que eu tava saindo. Aí minha tia ficava com raiva de mim – “Menina solta minha mão” - Tia eu não posso, tia, não dá. Aí qualquer coisa eu chorava...eu tinha até medo da minha sombra mesmo...(risos). E agora não, não tenho mais. Antes eu tinha medo, muito, de andar de ônibus. Quando eu vim pra cá pro Emaús...”Flávia tu vai pra lá pro Emaús..”.eu falei pra ela que eu não vinha, por que era longe. Ela passou um bom tempo vindo pra cá comigo pra depois eu vir sozinha. Pra eu ir pra escola foi a mesma coisa. Ela tinha que levar eu e depois trazer...agora não eu vou e venho só, ando só por aí.*

P: O que você viveu inda influencia tua vida hoje?

I: *Não.*

P: Em nada?

I: *Acho que não.*

P: Você é feliz?

I: *As vezes sim. As vezes não.*

P: Quando você é e quando não é feliz?

I: *Assim, quando eu to alegre, aí eu to feliz. Eu não sô de ta toda hora feliz, feliz, feliz...*

P: E quando você não está feliz?

I: *Quando ta chato em casa. As vezes lá em casa ta tudo legal, as vezes fica chato...*

P: Você se acha bonita?

I: *Não.*

P: Como você se vê?

I: *Como eu me vejo? Uma menina simples, feinha...assim que eu me vejo.*

P: Mesmo com esses olhos verdes aí, bonitões? (Risos)

I: *É.*

P: O que você ouve por ai a teu respeito?

I: *O que eu ouço? Eu ouço assim: “ tu é muito bonita, queria ter esse teu cabelo”, perguntam se é pintado e eu digo que é normal. Outra diz: Flávia, me dá os teus olhos pra mim? Elas falam assim pra mim.*

P: Mas você se vê diferente?

I: *É. Eu acho graça quando alguém fala isso sobre mim.*

P: Mesmo que você ouça. Você não pensa? Será que eles tem razão?

I: *Quando alguém fala, “hum..Flávia tu tá bonita”...eu falo...deixa de graça menino.*

P: Por falar em menino, tens namorado? Já namorou?

I: *Não.*

P: Nunca?

I: *Não.*

P: Já beijou na boca?

I: *Não.*

P: Por que nunca namorou?

I: *Por que é assim. Eu tenho 18, eu não to veeelhaaaa. Eu também não tenho muito...pra namorar. Os meninos da escola eu não gosto; os meninos da igreja eu não gosto. Pra namorar tem que ser menino de outro bairro e de outra igreja. Só que da minha igreja os meninos são muito galinha. Eles namoram com uma e com outra. Um dia eu tava sentada na praça, ele falou assim mesmo, “eu já fiquei com aquela menina ali da igreja, é fácil qualquer coisa ela vem, quer ver?” Aí eu não vou com eles, eu não sou besta.*

P: Você já se interessou por alguém?

I: Já.

P: E aí?

I: *Só que ele não mora aqui. Era assim, ó. A minha tia, ela percebeu que eu tava gostando do menino. Só que ela não achou ele legal. Mas eu não to gostando. Aí ela pegou, por isso que eu não gosto falar nada. Quando eu to gostando de alguém eu não gosto de falar pra elas. Entre eu e a Patrícia, a Patrícia é mais saidinha, sabe. É difícil eu sair, eu sou mais caseira. Quando eu vou sair, aí a Patrícia chega...Flávia umbora sair comigo, ai eu vou. Aí quando é...tia, posso sair com a Patrícia ? Aí elas pegam um susto na hora, pra onde tu vai, com quem tu vai? Ê tia eu vou com a Patrícia. Aí ela viu o menino, aí ela me chamou. "Tu ta gostando dele?" (falando rispidamente) Aí começou a falar alto comigo. "Porque que tu ta gostando dele?" Eu não quero que tu fique com esse menino não. Aí ela queria que eu namorasse com outro menino. Só que eu não quero (Fim da entrevista).*

ANEXO A – ÁREAS, COMPONENTES E CONTEXTOS DE DESEMPENHO

I- Áreas de Desempenho	II- Componentes de Desempenho	III – Contextos de Desempenho
<p>A. Atividades da Vida Diária</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Arrumar-se 2. Higiene oral 3. Banho de banheira/chuveiro 4. Cuidados com aparelhos pessoais 5. Vestir-se 6. Alimentação e refeição 7. Rotina de medicação 8. Manutenção da saúde 9. Socialização 10. Comunicação funcional 11. Mobilidade funcional 12. Mobilidade na comunidade 13. Resposta da emergência 14. Expressão sexual <p>B. Atividades de trabalho e Produtivas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Controle domiciliar <ol style="list-style-type: none"> a. Cuidado com as roupas b. Limpeza c. Preparação da refeição e limpeza d. Fazer compras e. Controle financeiro f. Manutenção domiciliar g. Procedimentos de segurança 2. Cuidado com os outros 3. Atividades educacionais 4. Atividades vocacionais <ol style="list-style-type: none"> a. Exploração vocacional b. Aquisição de emprego c. Desempenho no trabalho ou emprego d. Planejamento da aposentadoria e. Participação voluntária <p>C. Atividades de Lazer ou Diversão</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Exploração do lazer ou diversão 2. Desempenho no lazer ou diversão 	<p>A. Componente Sensório-motor</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Sensorial <ol style="list-style-type: none"> a. Consciência sensorial b. Processamento sensorial <ol style="list-style-type: none"> (1) Tátil (2) Proprioceptivo (3) Vestibular (4) Visual (5) Auditivo (6) Gustativo (7) Olfatório c. Processamento Perceptual <ol style="list-style-type: none"> (1) Estereognose (2) Cinestesia (3) Resposta à dor (4) Esquema corporal (5) Discriminação direita-esquerda (6) Constância de forma (7) Posição no espaço (8) Fechamento visual (9) Figura-solo (10) Percepção de profundidade (11) Relações espaciais (12) Orientação topográfica 2. Neuro-músculo-esquelético <ol style="list-style-type: none"> a. Reflexão b. Amplitude de movimento c. Tônus muscular d. Força e. Resistência f. Controle postural g. Alinhamento postural h. Integridade de tecidos moles 3. Motor <ol style="list-style-type: none"> a. Coordenação grosseira b. Cruzando a linha média c. Lateralidade d. Integração bilateral e. Controle motor f. Praxe g. Coordenação fina/destreza h. Integração visual/motora i. Controle oral-motor <p>B. Integração Cognitiva e Componentes Cognitivos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Nível de vigília 2. Orientação 3. reconhecimento 4. Espectro de atenção 5. Iniciação da atividade 6. Término da atividade 7. Memória 8. Seqüenciamento 9. Categorização 10. Formação do conceito 11. Operações espaciais 12. Resolução de problemas 13. Aprendizado 14. Generalização <p>C. Habilidades Psicossociais e Componentes Psicológicos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Psicológicos <ol style="list-style-type: none"> a. Valores b. Interesses c. Autoconceito 	<p>A. Aspectos Temporais</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Cronológico 2. Desenvolvimento 3. Ciclo de vida 4. Estado de incapacidade <p>B. Ambiente</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Físico 2. Social 3. Cultural

	<ol style="list-style-type: none">2. Sociais<ol style="list-style-type: none">a. Desempenho da funçãob. Conduta socialc. Auto-expressão3. Autocontrole<ol style="list-style-type: none">a. Habilidades de adequaçãob. Controle de tempoc. Autocontrole	
--	---	--